

IICA



RELATÓRIO DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA

Ottawa, Canadá

29 Agosto - 2 Setembro 1987



O QUE É O IICA?

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano. Suas origens datam de 7 de outubro de 1942, quando o Conselho Diretor da União Pan Americana aprovou a criação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Fundado como uma instituição de pesquisa agrônômica e do ensino de pósgraduação para os trópicos, o IICA, respondendo às mudanças e novas necessidades do Hemisfério, converteu-se progressivamente em um organismo de cooperação técnica e fortalecimento institucional no campo da agropecuária. Essas transformações foram reconhecidas oficialmente com a ratificação, em 8 de dezembro de 1980, de uma nova convenção, que estabeleceu como fins do IICA estimular, promover e apoiar os laços de cooperação entre seus 31 Estados membros para a obtenção do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.

Com um mandato amplo e flexível e com uma estrutura que permite a participação direta dos Estados membros na Junta Interamericana de Agricultura e em seu Comitê Executivo, o IICA conta com ampla presença geográfica em todos os países membros para responder a suas necessidades de cooperação técnica.

As contribuições dos Estados membros e as relações que o IICA mantém com 12 Países Observadores, e com vários organismos internacionais, lhe permitem canalizar importantes recursos humanos e financeiros em prol do desenvolvimento agrícola do Hemisfério.

O Plano de Médio Prazo 1987-1991, documento normativo que assinala as prioridades do Instituto, enfatiza ações voltadas para a reativação do setor agropecuário como elemento central do crescimento econômico. Em vista disso, o Instituto atribui especial importância ao apoio e promoção de ações tendentes à modernização tecnológica do campo e ao fortalecimento dos processos de integração regional e sub-regional.

Para alcançar tais objetivos o IICA concentra suas atividades em cinco áreas fundamentais, a saber: Análise e Planejamento da Política Agrária, Geração e Transferência de Tecnologia, Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural, Comercialização e Agroindústria, e Saúde Animal e Sanidade Vegetal.

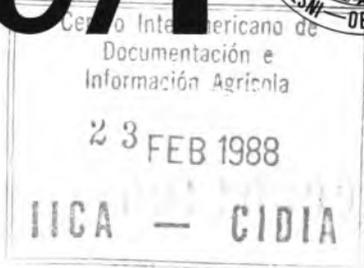
Essas áreas de ação expressam, simultaneamente, as necessidades e prioridades determinadas pelos próprios Estados membros e o âmbito de trabalho em que o IICA concentra seus esforços e sua capacidade técnica, tanto sob o ponto de vista de seus recursos humanos e financeiros, como de sua relação com outros organismos internacionais.

São Estados membros do IICA: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Países observadores: Áustria, Bélgica, Espanha, França, Israel, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, República Árabe de Egito, República de Coreia e República Federal da Alemanha.

OEA/Ser.C/IV.2.9
Outubro 1987
Original: espanhol

IICA



RELATÓRIO DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA

[Faint, illegible text, possibly a signature or stamp]

00001409

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
I. APRESENTAÇÃO	1
II. DISCURSOS PRONUNCIADOS NA SESSÃO INAUGURAL	
- Discurso do Excelentíssimo Sr. John Wise, P.C., M.P., Ministro da Agricultura do Canadá	5
- Discurso da Excelentíssima Sra. Jeanne Sauvé Governadora Geral do Canadá	11
- Discurso do Sr. Roger Clinch, Membro do Parlamento do Canadá	15
- Discurso do Sr. Eduardo Pesqueira, Secretário de Agricultura e Recursos Hidráulicos do México, Presidente da Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura e do Conselho Mundial de Alimentação.....	19
- Discurso do Dr. Martín E. Piñero, Diretor-Geral do IICA	
- Discurso do Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral da OEA	34
III. ATA DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA	
Sessão Técnica Preparatória.....	41
Sessão Preparatória.....	41
Primeira Sessão Plenária	42

Sessão de Abertura	44
Segunda Sessão Plenária.....	53
Terceira Sessão Plenária	57
Quarta Sessão Plenária	65
Quinta Sessão Plenária	75
Sexta Sessão Plenária	80
Sétima Sessão Plenária	86
Sessão de Encerramento	91
IV. DECLARAÇÃO DE OTTAWA	97
V. RECOMENDAÇÕES	
- No. I. Modernização do Setor Público Agropecuário	107
- No. II. Programas de Ajustamento Setorial	109
- No. III. Apoio aos Sistemas Nacionais de Pesquisa e Transferência de Tecnologia	111
- No. IV. Cooperação Horizontal e Transferência Internacional de Tecnologia	113
- No. V. Atividades do Sistema do OGIAR e de Outros Centros Internacionais de Pesquisa na América Latina e no Caribe	115
- No. VI. Desenvolvimento da Biotec- nologia na América Latina e no Caribe	117
- No. VII. Apoio Tecnológico aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo	120

- No. VIII.	Apóio à Integração Regional e às Negociações Comerciais ...	122
- No. IX.	Estudo de Estratégias para a Modernização da Agricultura ...	124
- No. X.	Plano Estratégico de Ação Conjunta para a Revitalização da Agricultura na América Latina e no Caribe	126
VI. RESOLUÇÃO		
No. 1.	Agradecimento ao Governo e ao Povo do Canadá	131
VII.	ASSINATURA DO RELATÓRIO	135
VIII.	ATAS DAS COMISSÕES DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES	139
IX.	RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CREDENCIAIS	151
X. DISCURSOS DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO		
-	Discurso do Sr. John Wise, P.C., M.P., Presidente da IX Conferência Intera- mericana de Ministros da Agricultura e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura	155
-	Discurso do Sr. Lincoln Myers, Ministro da Produção de Alimentos, Exploração Marinha, Florestas e Meio Ambiente de Trinidad e Tobago	158
-	Discurso do Dr. Martín E. Piñero, Diretor-Geral do IICA	162

XI.	LISTA DE PARTICIPANTES	167
XII.	FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO	213
XIII.	LISTA DOS DOCUMENTOS DE TRABALHO	221
XIV.	REGULAMENTO DA IX CONFERÊNCIA INTERAME- RICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA	225

I. APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura foi realizada em Ottawa, Canadá, de 31 de agosto a 2 de setembro de 1987. Foi convocada conjuntamente pela OEA e o IICA e contou com a participação de 31 países da América, 22 deles representados por seus Ministros da Agricultura, constituindo, assim, verdadeira cúpula hemisférica de agricultura.

O resultado dos debates concretizou-se na Declaração de Ottawa e em dez recomendações, divulgadas neste documento, que foram aprovadas por unanimidade, representando um mandato dos países americanos sobre o futuro da agricultura.

A Declaração de Ottawa evidencia o pleno consenso alcançado sobre o papel central que a dinamização e a modernização do setor agropecuário devem ter na reativação econômica e no desenvolvimento da América Latina e do Caribe, elemento chave para assegurar a estabilidade política e a paz na Região. Evidencia, também, a coincidência quanto às mudanças necessárias para concretizar essa função motora da agricultura, dentre as quais se situam melhoramentos e ajustes tanto nas condições externas como internas dos países, bem como a necessidade de incrementar as ações conjuntas para a solução de problemas concretos, fortalecendo o renascido processo de integração regional e sub-regional.

As recomendações da IX CIMA assinalam importantes diretrizes para o tratamento da problemática agrícola nos países da Região e nos organismos financeiros e de cooperação técnica internacional. A modernização do setor público agropecuário, os programas de ajustamento setorial, a tecnologia e a integração regional, bem como as negociações sobre comércio agrícola, são alguns dos temas específicos abordados nas recomendações.

O desejo de assegurar que o consenso alcançado no plano declarativo fosse transformado em ações concretas, sob um marco comum, ficou explícito numa das recomendações, em que ao IICA é solicitada a elaboração, em colaboração com os Estados membros, os demais organismos do Sistema Interamericano e outros organismos especializados, de um plano estratégico de ação conjunta em apoio à revitalização agrícola e ao desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe, cuja proposta deverá ser submetida à consideração do Comitê Executivo do IICA na reunião ordinária de agosto de 1988, como etapa preliminar à sua aplicação.

**II. DISCURSOS PRONUNCIADOS NA
SESSÃO INAUGURAL**

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SR. JOHN WISE, P.C., M.P.,
MINISTRO DA AGRICULTURA DO CANADÁ

É com muito prazer que, na qualidade de Ministro da Agricultura do Canadá e de Presidente da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, dou as mais calorosas boas-vindas a todos os que hoje aqui se encontram reunidos.

Inicialmente, quero registrar a presença ilustre de Sua Excelência a Governadora Geral do Canadá, Senhora Jeanne Sauvé. Também quero registrar a presença do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Embaixador João Clemente Baena Soares.

Saúdo todos os Ministros e Embaixadores dos Estados membros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA. Estendo cordiais boas-vindas também ao Diretor-Geral do Instituto, Dr. Martín Piñero, bem como aos dirigentes de outras entidades internacionais. Desejo, ainda, registrar a presença de membros do Parlamento canadense, bem como de representantes de governos de nossas províncias.

Aqui também estão reunidos muitos delegados dos Estados membros e de países Observadores. Além desses, devo registrar a presença de diversos membros do Corpo Diplomático, de organismos internacionais e de organizações canadenses não-governamentais. A todos, as minhas boas-vindas.

Senhoras e senhores:

Este é, sem dúvida, um encontro da mais alta relevância. Para o Canadá é uma grande honra ser anfitrião desta Conferência.

Duas outras famílias de países também se reunirão no Canadá este ano. Dentro de dois dias, na cidade de Quebec, seremos os anfitriões da Segunda Reunião de Cúpula de Países de Língua Francesa - ou seja, dos Chefes de Estado e Chefes de Governo dos países que têm o francês como língua comum. E em outubro os Chefes de Governo da Comunidade Britânica reúnem-se em Vancouver para o

seu encontro bienal. Nessas reuniões o Canadá continuará a desempenhar um papel chave em áreas tais como a campanha contra o "apartheid", a cooperação para o desenvolvimento econômico, a estabilidade econômica internacional e o intercâmbio cultural e tecnológico.

Hoje, outro importante encontro de povos e nações começa aqui, a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, juntamente com a Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Para o Canadá, trata-se de uma oportunidade para reiterar nosso compromisso com o IICA e com os temas constantes da agenda desta reunião.

A experiência eloquente do Canadá no campo da cooperação para o desenvolvimento permite-nos desempenhar um papel de intermediário digno de confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Valorizamos esse papel e queremos vê-lo fortalecido.

Por mais de quatro décadas o IICA vem promovendo e apoiando o desenvolvimento agrícola na América Latina e no Caribe. Por intermédio do IICA os Estados membros podem realizar muito mais do que, isoladamente, seria possível. O Instituto ajuda-nos a concentrar esforços nos desafios e problemas comuns a muitos ou a todos os Estados membros. Apóia-nos na identificação de interesses comuns e na promoção de ações complementares para ir ao encalço dos mesmos.

A participação do Canadá na qualidade de Estado membro do IICA teve início em 1972. Ao longo desses anos vários órgãos do nosso Governo federal têm participado de projetos relacionados com o IICA.

Muitos Estados membros têm-se beneficiado da presença ativa do Centro Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa-IDRC financiado pelo Governo canadense. A Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional-CIDA também tem financiado projetos e, em alguns casos, o Ministério sob a minha direção tem participado de projetos, o que continuará a fazer no futuro.

O Ministério da Agricultura do Canadá também tem colocado sua experiência à disposição da América Latina. Nossos cientistas têm colaborado com vários Estados membros no campo da genética animal e vegetal.

Hoje, o Canadá auspícia esta Conferência com um comprometimento em relação ao Instituto mais firme do que nunca. Confiamos plenamente na capacidade do IICA de trabalhar em prol dos nossos objetivos comuns no tocante ao desenvolvimento agrícola da América Latina e do Caribe.

Vimos todos a esta Conferência cõscios dos grandes desafios que as economias e os setores agrícolas da Região enfrentam.

Hoje, é evidente que as causas dos problemas da agricultura não são de todo setoriais. De fato, a maioria dos problemas básicos da agricultura é reflexo do que vem ocorrendo na economia internacional.

Na década de 80 constataram-se profundas mudanças de ordem tecnológica e estrutural na economia internacional. A crise da dívida externa, a recessão econômica internacional, a depreciação dos mercados de produtos básicos e as mudanças nas políticas internas são fatores que contribuíram para sobrecarregar enormemente as economias da Região.

Os efeitos desses fatos nos países da América Latina e do Caribe têm sido consideráveis: transferência maciça de recursos para o exterior, queda brusca do comércio e dos investimentos, inflação, redução do emprego, déficits do balanço de pagamentos e déficits fiscais mais elevados. Políticas macroeconômicas -taxas de juros, políticas fiscais, monetárias e de comércio- todas elas, frequentemente, afetam as políticas do setor agrícola.

Assim, por um lado, a agricultura depende de tais políticas porque estas inevitavelmente determinam os incentivos para a produção e a exportação. Por outro lado, na maioria dos Estados membros, a agricultura é tão vital que as políticas voltadas para o setor têm implicações na economia como um todo.

Do ponto de vista econômico, a agricultura é importante para o comércio exterior. Representa 18% do produto interno bruto da Região, 38% de todo o emprego e 32% das exportações. Além disso, na medida em que o setor agrícola crescer, poderá produzir um efeito multiplicador nos demais setores da economia. Do ponto de vista social, um setor agrícola ativo pode exercer enorme influência estabilizadora. Por todos esses motivos, a tomada de decisões em matéria de política deve refletir a interdependência entre o setor agrícola e os demais setores.

A agricultura pode, deve e precisa ser a força propulsora do crescimento econômico. Cabe-lhe orientar a revitalização das economias latino-americanas e caribenhas. Devemos ver a agricultura como uma solução para problemas econômicos de maior abrangência na Região.

Nesta Conferência concentraremos nossa atenção em atividades que ressaltam a integração da agricultura com outros setores. Esses esforços estimularão o crescimento da economia como um todo. Por isso, é necessário traçar políticas econômicas abrangentes nos Estados membros com a participação ativa de representantes do setor agrícola.

O sucesso de tais iniciativas depende de que nós, Ministros da Agricultura, dirijamos nossos esforços, por intermédio do IICA, para a modernização, a máxima eficiência, a diversificação e as ações de âmbito nacional no sentido de fortalecer as relações econômicas entre o setor agrícola e os demais setores da economia.

A esse respeito, os objetivos do Plano de Médio Prazo-PMP do IICA estão no caminho certo. O Plano é o instrumento pelo qual o IICA ajuda os Estados membros a solucionarem os problemas básicos que tolhem o desenvolvimento agrícola na Região.

Esses problemas e desafios estão bem definidos nos quatro documentos de trabalho desta Conferência. Examinam-se neles as perspectivas e o potencial da agricultura, os incentivos necessários à modernização, a inovação tecnológica e a crise do comércio internacional. No tocante a este último tópico, parece-me que todos os Estados membros estão sendo, de certa forma, afetados

pela situação atual do comércio agrícola internacional. Sem sombra de dúvida, as questões relativas ao comércio são primordiais para os desafios que defronta a agricultura em todos os nossos países.

Nesta Conferência será muito proveitoso que compartilhem informações e idéias sobre essas questões. Mas, obviamente, as soluções não surgirão desta Conferência, nem deve ser esse o nosso propósito.

A Rodada do Uruguai de negociações no âmbito do Tratado Geral de Tarifas e Comércio-GATT é, no meu entender, o melhor foro para levantar-se a questão da necessidade de que sejam reformadas as políticas agrícolas internas relativamente aos mercados internacionais de produtos básicos. É por essa razão que o Canadá não mede esforços no sentido de trabalhar para que a Rodada do Uruguai seja um processo efetivo, significativo e bem-sucedido.

Além desse processo, acredito que a cooperação entre os Estados membros é absolutamente essencial para solucionar os problemas na área da agricultura que todos compartilhamos. Somente trabalhando juntos -unindo nossos esforços- atingiremos a meta da modernização e do desenvolvimento agrícola.

Desse modo, na qualidade de ocupante da Presidência, espero que trabalhem no sentido de uma visão comum da forma de os países da Região poderem desenvolver novas estratégias econômicas nacionais, estratégias estas que incluam a agricultura.

Isso demandará o comprometimento dos países individualmente -e entre países- para fortalecer as relações intersetoriais. Esse é o único caminho pelo qual a agricultura poderá tornar-se a força propulsora da recuperação geral da economia na Região.

Dentre os elementos vitais para apoiar o desenvolvimento agrícola estão a pesquisa e a tecnologia. Portanto, a ênfase na cooperação nesse campo deve ser uma das prioridades desta Conferência. Só com o fortalecimento dos vínculos entre os Estados membros poderemos assegurar o uso eficiente dos recursos na pesquisa agrícola.

No meu entender, esses são os nossos principais objetivos, entre os muitos que temos em comum, propostos para esta Conferência. Estou certo de que faremos progresso tanto em relação aos mesmos quanto às demais questões à nossa frente.

Ao encerrar, quero aproveitar a oportunidade para assegurar-lhes que o Canadá continuará a apoiar o IICA. Daqui a pouco os senhores terão oportunidade de tomar conhecimento de uma significativa expressão desse apoio. Por ora, direi apenas que o Canadá acredita firmemente que o IICA é o melhor instrumento para a mudança que se faz necessária e para o desenvolvimento da agricultura nos Estados membros da América Latina e do Caribe. Esperamos ver essa Organização desempenhar um papel continuado e produtivo. De minha parte, aguardo prazerosamente o trabalho que nos espera nesta Conferência.

A todos os delegados dos Estados membros, aos demais representantes de governos e aos senhores observadores meus mais sinceros votos por que tenhamos uma conferência profícua e informativa.

Muito obrigado.

DISCURSO DA EXCELENTÍSSIMA SRA. JEANNE SAUVÉ,
GOVERNADORA GERAL DO CANADÁ

Em nome do povo do Canadá, tenho grande prazer em dar-lhes as boas-vindas a esta IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura.

Esta Conferência foi convocada pela Décima Sexta Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, que se realizou em novembro último na Guatemala. É para nós uma honra contar aqui hoje com a presença ilustre do Secretário-Geral dessa Organização, Senhor Baena Soares.

A Organização dos Estados Americanos, conforme a conhecemos hoje, foi inspirada pelo ideal de unidade hemisférica tal como inicialmente concebida pelo Libertador Simón Bolívar, tendo sido fundada em 1890 como União dos Estados Americanos, o que a torna a mais antiga organização regional do mundo. O Canadá respeita as tradições e ideais dessa grande Organização, e louvamos a convocação que fez desta Conferência como uma demonstração tangível da sua determinação de aumentar, mediante esforço cooperativo, o bem-estar econômico dos povos da Região.

Esta é a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura. A primeira se realizou em 1930, o que dá uma idéia do sentido de previsão dos governos de então e da natureza duradoura da agricultura como tema de grande relevância a ser tratado em base intra-regional. A primeira conferência antecedeu a fundação, em 1942, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

O Canadá, desde a sua adesão ao Instituto, em 1972, tem sido um ativo e até mesmo ardente partidário desse órgão, reconhecendo o vital papel por ele desempenhado no incentivo e apoio dos esforços dos Estados membros no sentido do seu desenvolvimento agrícola e do maior bem-estar de sua população rural. É devido à importância que atribuímos ao trabalho do IICA e à confiança que depositamos no seu pessoal, sob a competente direção de seu

Diretor-Geral, Dr. Martín Piñeiro, que nos sentimos orgulhosos de servir de sede desta Conferência.

O Canadá leva a sério o papel e a responsabilidade que tem na qualidade de país agrícola, bem como o impacto e a influência da agricultura no bem-estar econômico de praticamente todas as nossas dez províncias. Ao longo de toda a minha vida pública mantive-me profundamente cônica das duras realidades que nossos fazendeiros defrontam, de modo especial quando ocupei o cargo de Ministra do Meio Ambiente e me foi dado constatar que a agricultura envolve a administração de recursos no mais amplo sentido e que políticas nacionais em matéria de conservação do solo e da água são imperativas para que a viabilidade a longo prazo desse setor seja preservada.

Agora, quando viajo pelo Canadá, vejo mostras de que a agricultura exerce influência sobre cada faceta da nossa sociedade, desde o fabrico de equipamento agrícola, a produção de fertilizantes, a transformação e o transporte de produtos agrícolas, os estudos acadêmicos de economia e tecnologia e as atividades dos institutos de pesquisa, até o destacado papel de apoio dos governos federal e provinciais.

Não há dúvida de que o Canadá tem tido a ventura de dispor de abundantes recursos naturais, porém temos trabalhado arduamente para desenvolver nosso considerável potencial nessa área. A agricultura é, naturalmente, parte essencial da agenda canadense. Esta Conferência permitirá que indivíduos e instituições canadenses se inteirem dos desafios que confrontam a agricultura em outros Estados membros e nos propiciará orientação quanto à maneira pela qual nossos recursos poderão ser mais bem aproveitados em benefício da região canadense.

Hoje, os problemas que a agricultura defronta se afiguram de proporções gigantescas. O volume mundial de alimentos, que hoje excede os registrados no passado, contrastam com um estado permanente de fome e subalimentação, refletindo o fracasso da política existente em permitir que a agricultura preste sua plena contribuição ao desenvolvimento. O comércio internacional de produtos agrícolas encontra-se desordenado, em consequência das

forças protecionistas e dos excedentes estruturais enraizados em políticas de excesso de apoio. Para muitos países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas, a queda das receitas de exportação agrava o ônus do serviço da dívida e debilita ainda mais seus recursos de desenvolvimento. Um movimento migratório universal das áreas rurais para as urbanas é uma realidade aparentemente inexorável. A atenção à formulação de políticas agrícolas nunca foi tão vital. Uma conferência regional, como esta, com enfoque sobre comércio externo, incentivos ao produtor, política tecnológica, integração regional e cooperação técnica é, por conseguinte, altamente relevante e oportuna.

Hoje a agricultura é de interesse universal. Não constitui um problema apenas dos países mais pobres. Não é uma questão de "eles" e de "nós". Haverá neste hemisfério algum país, rico ou pobre, que não enfrente sérios problemas neste setor? Talvez a grande força de uma conferência como esta esteja no fato de estarmos unidos por esse interesse comum, de estarmos abertos a reformas e de nossa simples presença aqui demonstrar um compromisso com a cooperação internacional no setor agrícola. Asseguro-lhes que os senhores podem contar com o Canadá para a continuidade do desempenho de um papel vital nesse processo.

Gostaria de dizer alguma coisa sobre as relações do Canadá com os Estados membros que os senhores representam. Em primeiro lugar, não creio que deva insistir na grande importância que têm os Estados Unidos na vida do nosso país. Os vizinhos são sempre importantes, e quando, como neste caso, nosso único vizinho possui uma economia dez vezes maior do que a nossa, não deve causar surpresa a grande importância que o Canadá atribui ao diálogo e à cooperação com os Estados Unidos no contexto de nossas relações muito amplas e valiosas.

Ademais, a simples dimensão dos Estados Unidos pode, até certo ponto, taldar a nossa visão da América Latina e do Caribe, o mesmo talvez acontecendo, do outro lado, à percepção que a América Latina e o Caribe têm de nós. Como resultado, nós, no Canadá, muitas vezes não apreciamos devidamente a economia e a cultura dos países dos senhores, assim como os fluxos de comércio externo e os

investimentos na Região, que na realidade são bastante substanciais. Esse fato também pode diminuir o grau de percepção do quanto compartilhamos de ideais comuns, tais como os de democracia e de paz, e de problemas comuns, como os da dívida externa e dos entorpecentes. Esta Conferência não irá sanar o problema, mas certamente contribuirá para melhorar o nosso entendimento mútuo.

O edifício em que nos encontramos era, antigamente, uma estação ferroviária. Por mais de cinquenta anos testemunhou a partida para muitas viagens, o primeiro de muitos passos no sentido da realização de incontáveis sonhos e aspirações. Este simbolismo talvez seja apropriado à tarefa que os aguarda esta semana.

A função original deste edifício também deve lembrá-lhes que Ottawa não é o Canadá. Notei com prazer que os organizadores da Conferência tomaram medidas para que os senhores viagem para fora de Ottawa, de modo que possam, embora brevemente, apreciar um pouco o nosso panorama campestre. Estou certa de que serão calorosamente recebidos em todos os lugares por onde passarem e de que os canadenses também se beneficiarão dos novos laços que se forjarem.

Senhores e Senhoras, ao declarar aberta esta Conferência, daqui parto com a esperança de que as deliberações dos senhores serão coroadas por substancial consenso e progresso com relação aos muitos assuntos de vital importância em suas mãos e que, quando a mesma se encerrar, todos os presentes, pelo esforço e contribuição individual de cada um, sentirão que a Conferência terá sido uma experiência sumamente memorável e gratificante.

DISCURSO DO SR. ROGER CLINCH, MEMBRO DO PARLAMENTO E
SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MINISTRA DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO CANADÁ

É para mim uma honra dirigir a palavra à IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura. O tema central do debate -A modernização agrícola, o comércio internacional e a política de preços no contexto da integração regional e da atual conjuntura internacional- é muito oportuno e oferece uma boa base para o intercâmbio de idéias e propostas conducentes a recomendações e prioridades bem significativas para a Região.

É com prazer que acolho esta oportunidade de me encontrar com os Ministros de vários países do Hemisfério Ocidental, por duas razões.

A primeira razão é simplesmente ser a agricultura uma atividade primária comum a todos os nossos países; uma atividade primária que a todos cumpre desenvolver, se desejamos uma população sadia e uma economia próspera. Seja qual for o nível de aprimoramento de nossos setores industriais e de alta tecnologia, não podemos correr o risco de negligenciar a agricultura.

Os fundadores da nossa organização deram prova de perspicácia e previdência ao lançarem as bases que favorecem a cooperação, entre as nações do nosso Continente, em matéria de pesquisa e de desenvolvimento no domínio da agricultura. Desde há muito, os agricultores compreenderam a importância da cooperação como meio de aumentar a sua produção e melhorar a comercialização de seus produtos. Foram eles que asseguraram o êxito do cooperativismo no mundo inteiro. Da mesma forma, é indispensável que as nações compreendam a importância da cooperação como meio de solução dos diferentes problemas existentes no nível internacional.

A comunidade internacional não está aqui representada por inteiro, mas somos 29 países, e nossa voz será ouvida se propusermos recomendações positivas e inovadoras.

A segunda razão por que acolho a oportunidade de dirigir-lhes a palavra é que, como secretário parlamentar da Sra. Monique Landry, Ministra das Relações Exteriores, tenho especial prazer em anunciar, hoje, que a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional -ACDI- contribuirá com o montante de 4,5 milhões de dólares para ajudar a proporcionar ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura os recursos financeiros e técnicos necessários à execução de importantes projetos de desenvolvimento. A contribuição canadense é uma prova concreta do nosso apoio ao IICA como instituição e, mais especificamente, ao seu Plano de Médio Prazo.

Os fundos da ACDI, a serem desembolsados em quatro anos, atenderão a parte do custo de cinco diferentes programas.

O Ministério da Agricultura do Canadá é o principal organismo canadense de ligação com o IICA. Assim, a ACDI espera a cooperação do Ministério para o desenvolvimento desse projeto.

Gostaria de acrescentar algumas palavras sobre o trabalho que o Canadá vem realizando através de seu programa de assistência ao desenvolvimento destinado a ajudar os países mais pobres do Terceiro Mundo a aumentarem sua produção agrícola, segurança alimentar e desenvolvimento rural. Este ano, o Canadá gastará uns 2,7 bilhões de dólares em assistência oficial para o desenvolvimento. Essa soma representa quase 0,5% de nosso produto nacional bruto. Ainda mais importante do que o montante que aplicamos em desenvolvimento é a maneira de gastá-lo.

A agricultura, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar contam-se entre nossas mais importantes prioridades. Os projetos subvencionados pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional vão desde ensinar os trabalhadores das plantações de açúcar das Filipinas a cultivarem frutas e verduras para suas famílias, até demonstrar a tecnologia da produção de cereais dos prados canadenses nas terras áridas do Sudão, da Índia e do Paquistão. Esses projetos podem consistir simplesmente em aperfeiçoar implementos agrícolas de tração bovina para pequenos

agricultores da Tanzânia ou, mais requintadamente, na inseminação artificial e no transplante de embriões para melhorar o rebanho leiteiro do Brasil.

Os programas da ACIDI concedem prioridade à produção agrícola sistemática, aos requisitos conservacionistas e à demanda de melhores serviços para os produtores. Talvez o mais importante desses serviços seja a extensão agrícola -informação básica e direta sobre resultados de pesquisas, fitopatologia, métodos de cultivo e outras noções que o agricultor possa aplicar imediatamente.

Muitos dos senhores estão a par do apoio que a ACIDI presta neste momento a seus países. Ele abrange desde pesquisas sobre sistemas de exploração agrícola nas regiões andinas do Peru, desenvolvimento e diversificação da agricultura em Honduras e organização de grupos de indígenas na Colômbia, até um programa de transferência de tecnologia ao Brasil. O fornecimento de ração animal à Jamaica, a ajuda alimentar a título de socorro urgente ao Haiti, um laboratório de diagnóstico veterinário na Guiana, a reconstrução de estradas na Dominica e a reativação do cultivo de coco em Grenada, são justamente alguns dos projetos em execução. Esses programas ilustram os aspectos da agricultura de interesse para o Canadá e representam a competência que temos nesse campo. Também correspondem a vários dos temas inscritos na agenda desta Conferência.

A ACIDI trabalha em muitos níveis -com governos, com instituições internacionais e com instituições regionais, seja governamentais seja não-governamentais. No momento, subvenciona 50 projetos bilaterais em mais de 20 países das Américas, no valor de 180 milhões de dólares. Além disso, dezenas de organismos não-governamentais subvencionados por fundos da ACIDI empreendem uma série de projetos de desenvolvimento. O Canadá é o terceiro maior contribuinte do Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional -CGIAR, que vem desenvolvendo trabalho de vital importância e eficácia, em grande parte através do CIMMYT (Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo), no México, e do CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical), na Colômbia, e naturalmente também contribui com sua cota para o orçamento do IICA, através

do Ministério da Agricultura do Canadá, da ACIDI e do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento.

Os Ministérios da Agricultura das províncias e as faculdades de Agronomia de muitas universidades canadenses também colaboram. No decorrer de muitos anos, temos observado, no setor privado, a constituição de empresas de consultoria em matéria de agricultura, o que tem ampliado a reserva de especialistas a que a ACIDI pode recorrer para confiar a especialistas a gestão de projetos.

A África tem sido o foco de grande parte do esforço de ajuda da comunidade internacional nos últimos anos, pois prolongada seca e a fome impediram os agricultores africanos de produzir gêneros alimentícios. A meu ver, os resultados dos debates dos senhores nesta semana poderão ajudar os agricultores africanos a se tornarem mais produtivos e a África a obter mais rapidamente sua segurança alimentar.

Concluindo, quero enfatizar o compromisso do Canadá com um esforço global destinado a produzir uma revolução dramática na produção agrícola e na segurança alimentar do Terceiro Mundo. O fortalecimento da economia agrícola dos Estados membros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura é parte essencial desse compromisso mais amplo.

Estou encantado com o fato de os senhores terem escolhido o Canadá para sua reunião deste ano, e quero desejar-lhes grande sucesso nas deliberações que aqui tomarem.

Obrigado.

DISCURSO DO SR. EDUARDO PESQUEIRA, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
E RECURSOS HIDRÁULICOS DO MÉXICO, PRESIDENTE DA TERCEIRA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE
AGRICULTURA E PRESIDENTE DO CONSELHO MUNDIAL DE
ALIMENTAÇÃO

Há menos de um ano, o México teve a honra de ser o país sede da Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura, durante a qual foi aprovado o Plano de Médio Prazo 1987-1991.

Naquela ocasião, tornou-se evidente a necessidade de converter o setor agropecuário na força motora do crescimento econômico regional, impulsionando um processo destinado a alcançar a modernização desse setor e sua maior eficiência para a integração americana.

Historicamente, o setor agropecuário tem desempenhado papel fundamental no Continente Americano, como propulsor do desenvolvimento dos países da área. Por isso, a realização conjunta da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura constitui esforço de crucial importância para o desenvolvimento do setor agropecuário do Continente.

Assim, esta hospitaleira cidade de Ottawa converte-se, uma vez mais, no cenário geográfico onde se fala do futuro de nossos povos.

Este foro exige a melhor das disposições para abordar a problemática, tanto crônica como conjuntural, que afeta parte substancial de nossas economias.

Todos nós, representantes e membros da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, que delas participamos, manifestamos nosso interesse em alcançar cooperação internacional mais ampla e integração regional mais efetiva.

Cumpra estreitar a relação entre os países da América Latina: o comércio internacional mais dinâmico poderá redundar em maior integração latino-americana.

Para esse fim, será de suma utilidade a reunião de oito Chefes de Estado a ser realizada no próximo mês de novembro, na cidade do México. Raúl Alfonsín, da Argentina; José Sarney, do Brasil; Virgílio Barco, da Colômbia; Eric del Valle, do Panamá; Alan García, do Peru; Jaime Lusinchi, da Venezuela; Julio María Sanguinetti, do Uruguai; e Miguel de la Madrid, do México, falarão de problemas comuns. Os resultados desse encontro terão grande impacto.

Para nós, mexicanos, é motivo de especial satisfação encontrar-nos aqui no Canadá porque, com esse grande país, compartilhamos laços de colaboração e apoio mútuo e a preocupação por encontrar soluções justas e permanentes para a complexa problemática internacional. Também compartilhamos vizinho.

Assim, o nosso mais amplo reconhecimento ao Governo canadense, ilustre anfitrião das reuniões para as quais fomos convocados.

Desejo também agradecer à Organização dos Estados Americanos por seu valioso apoio, especialmente à Secretaria-Geral e à Assembleia Geral, por terem reconhecido a necessidade de convocar a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura.

O mundo sofreu profundas transformações nos últimos quarenta anos. Do cenário bipolar e da confrontação leste-oeste que surgiu no final da Segunda Guerra Mundial, passamos a um cenário multipolar, no qual as pujantes economias da Ásia e da Europa começam a conformar novo âmbito internacional, cujo traço mais característico é o fortalecimento da interdependência. Aí está, por exemplo, a Bacia do Pacífico, que terá grande importância para o mundo no próximo século.

Hoje, as medidas de ajustamento impostas unilateralmente nos campos econômico, financeiro ou comercial levarão inevitavelmente ao enfrentamento e acentuarão ainda mais o hiato existente entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

No meio da crise por que atravessa a comunidade internacional, põem-se em dúvida os sistemas econômicos e comerciais, e questionam-se seriamente seus fundamentos e sua eficácia para os fins que se propõem.

Por isso, é necessário fortalecer e aumentar nossa participação nos foros multilaterais, onde se possam analisar as diferentes posições e chegar a um consenso mais amplo e eficiente para a consecução de acordos permanentes.

Devemos esforçar-nos por buscar soluções conjuntas e eliminar as práticas que nascem de interpretações unilaterais. Devemos trabalhar para que prevaleça a cooperação internacional.

As enormes diferenças que há em nossos processos de desenvolvimento agropecuário exigem melhor compreensão.

Há, no Continente Americano, uma dolorosa realidade: nos países industrializados, o setor agropecuário foi altamente protegido e impulsionado até atingir sólida integração e avanço tecnológico-produtivo que lhes permitiram enveredar como grandes exportadores nos mercados internacionais.

Na América Latina, o mesmo setor sofreu, durante muito tempo, as consequências de uma política anti-agropecuária que sustentou um modelo de crescimento urbano-industrial e de substituição de importações, desempenhando aquele papel subordinado, limitado a proporcionar alimentos e matérias-primas baratas para o mercado interno e a obter divisas no mercado internacional então relativamente pouco competitivo.

A crise econômica internacional parece estar projetando uma imensa sombra sobre o futuro do Continente Americano, criando um panorama desalentador e incerto.

Para os países desenvolvidos do Norte, os desequilíbrios econômicos se traduzem em menor taxa de crescimento, altos níveis de desemprego e maior déficit tanto fiscal como de comércio exterior, o que aumenta o seu protecionismo.

Nesses países, o uso intensivo de capital e tecnologia ajudou a superar o desafio de produzir mais alimentos para atender às necessidades de uma população mundial em constante crescimento.

Apesar desse notável resultado, a oferta acumula-se nas nações produtoras sem que se encontrem saídas comerciais viáveis, enquanto o fenômeno da fome aumenta em muitos países carentes de alimentos.

O problema dos países desenvolvidos e produtores de alimentos é de comercialização. Ante a crise que contraiu artificialmente a demanda, os enormes excedentes agrícolas, por questões de mercado, estão provocando confrontos entre as potências.

Para as economias em desenvolvimento da região latino-americana, os efeitos da crise são ainda mais graves: aumenta a injustiça dos termos de intercâmbio; a inflação cresce desproporcionalmente e sem controle; a renda bruta per capita caiu pela primeira vez em quarenta anos; e ainda diminui ostensivamente, devido à tendência à queda dos preços de matérias-primas e produtos básicos, e aos recursos que os países se vêm obrigados a destinar ao serviço de sua enorme dívida.

Essa situação, paradoxalmente, transformou a América Latina, que antes exigia financiamento, em exportadora líquida de capital. A moderada evolução da economia internacional é demasiado débil para ativar uma etapa de recuperação.

A ameaça de inflação e altas taxas de juros, e o encarecimento da produção com a conseqüente baixa da demanda, pesam tanto para os países poderosos como para os que procuram manter seu ritmo de desenvolvimento.

Em suma, no contexto internacional, aparentemente os sinais adversos são muito maiores que os promissores. O tão falado protecionismo, longe de diminuir, acentua-se, provoca a contração dos mercados, convertendo-os em cenários de confrontação. Os países em desenvolvimento não podem ter maior participação no comércio mundial e, portanto, não conseguem suficiente receita para

saldar seus compromissos financeiros e atender ao seu desenvolvimento.

Por outro lado, a total liberalização do comércio mundial agropecuário por prazo não superior a dez anos, proposta recentemente pelos Estados Unidos, não parece viável, devido à grande heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento e à grande diversidade das características dos setores agropecuários.

Portanto, a liberalização irrestrita, sob prisma meramente produtivista ou comercial, enfrentará, sem dúvida, obstáculos consideráveis e falta de cumprimento por parte de alguns, porque não lhes convém, e de outros, por não poderem.

Nesse sentido, basta apenas considerar uma questão histórica e cultural das nações latino-americanas: alguns produtos básicos, como o milho, constituem não somente alimento, como também toda uma cultura para muitos camponeses, semelhante à cultura do arroz no Oriente.

No México são consumidos diariamente alimentos como a mandioca e o nopal e, por isso, ressaltamos que os hábitos alimentares de grande parte da população são diferentes dos da maioria dos países industrializados.

Se a isso acrescentarmos que, nas nações da América Latina, o setor agropecuário tem peso fundamental para sua economia e sua sociedade, então compreenderemos a relutância em adotar esse liberalismo irrestrito.

Como alternativa, considera-se a implantação de um "liberalismo controlado", que preveja a abertura gradual e seletiva, em seus aspectos menos vulneráveis.

Existe um ponto de vista já discutido, o da necessidade de conferir ao comércio internacional agropecuário maior previsibilidade e estabilidade, e, sobretudo, justiça quanto às relações de intercâmbio, se é que se deseja manter sua expansão a longo prazo.

Por isso é que os compromissos assumidos no início da Rodada do GATT no Uruguai, continuam sendo válidos, já que o comércio exterior agropecuário constitui uma das principais bases do desenvolvimento de vários países não-industrializados.

A modernização da agricultura, o comércio internacional de produtos agropecuários e as políticas de preços são questões que podem ser enfrentadas no contexto do fortalecimento da integração americana, principalmente numa conjuntura internacional pouco favorável. Por isso, a seleção desse tema central para a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura é perfeitamente oportuna e coerente com a finalidade desse organismo.

A modernização da agricultura implica consideração da possibilidade de geração e transferência de tecnologia, que contribuam não somente para aumentar a capacidade produtiva da terra, mas também para que essa tecnologia possa ser realmente transferida a todos os produtores, e para que estes, por sua vez, possam assimilá-la por meio de um processo que fortaleça sua organização e capacitação, no âmbito de uma cooperação internacional estreita e eficiente.

No que concerne à política de preços, a análise deve considerar os aspectos internos e externos, bem como os desníveis existentes.

Nas nações latino-americanas, devemos envidar maiores esforços para aumentar os recursos do homem do campo, devolvendo-lhe a rentabilidade que devem ter suas atividades produtivas, como condição indispensável para que retomem o dinamismo de seu crescimento e desenvolvimento, isto é, para que ele possa ser o sujeito do seu próprio desenvolvimento.

O problema da América Latina é um problema de justiça e desenvolvimento, e não de ideologias.

Com respeito às cotações internacionais, é necessário erradicar os subsídios que levam à concorrência desleal e introduzem desequilíbrios de comércio. Devemos transformar profundamente os

atuais esquemas de comercialização, sob a influência do impulso das mudanças que estão ocorrendo no panorama internacional, adotando uma orientação que restitua ao comércio o seu papel de dinamizador do desenvolvimento de todas as nações e não apenas de algumas.

Não há dúvida de que os esforços nacionais nos aspectos mencionados anteriormente são importantes mas, para que possam ter maior eficácia, deverão realizar-se no contexto de uma integração efetiva e real.

E, nessa tarefa, desempenham papel primordial os organismos internacionais regionais, impulsionando e promovendo intensamente o desenvolvimento agropecuário, particularmente em aspectos tais como o da cooperação técnico-científica, capaz de multiplicar e estender os benefícios das experiências nacionais, a qual é um meio adequado para que os países desenvolvidos transfiram recursos para os países mais pobres.

Louvo a participação, nesta reunião, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, instituições financeiras que apóiam o desenvolvimento.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, através de seus programas de médio prazo e do esforço de seu Diretor-Geral, o Doutor Martín Piñero, está empenhado em converter-se no mais importante organismo especializado em agricultura, não apenas em função de sua liderança técnica, como também do impacto de sua cooperação em benefício dos Estados membros.

Este é um aspecto essencial para a reativação do dinamismo do desenvolvimento do setor agropecuário e sua adequada inclusão no mercado internacional, considerando o considerável progresso da tecnologia mundial nos últimos anos.

O Plano de Médio Prazo do IICA, aprovado no México com ocasião de sua reunião extraordinária, é absolutamente coerente com o propósito fundamental do Instituto de estimular, promover e

apoiar os esforços dos Estados membros por alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural.

Como Presidente da JIA, cargo com que me honraram todos os senhores por ocasião daquela reunião, pude constatar os progressos alcançados na implementação do Plano de Médio Prazo, já que se concentraram esforços em áreas de ação bem definidas: análise e planejamento da política agrária; geração e transferência de tecnologia; organização e administração para o desenvolvimento rural; comercialização e agroindústria; e saúde animal e sanidade vegetal.

Desejo destacar o problema da insuficiência de recursos para fazer frente ao aumento das despesas de operação do IICA. Independentemente da solução que aqui se dê nesse sentido, desejo solicitar o esforço adicional da Direção desse organismo por encontrar novas fórmulas para o uso eficiente dos recursos e buscar novas fontes de financiamento para suas atividades, que são indispensáveis. Desejo também fazer um apelo aos países, principalmente aos mais ricos, para que, uma vez definido o orçamento, façam suas contribuições de acordo com o compromisso assumido.

Ao entregar o cargo ao meu colega canadense, meu amigo John Wise, posso assegurar que o Instituto está consolidando seu papel de organismo de apoio ao setor agropecuário do Continente.

Posso assegurar, também que a responsabilidade de orientar a ação da Junta para os mais altos valores americanos tem em John Wise um condutor eficaz.

Aproveito a oportunidade para agradecer neste foro o apoio à minha designação para Presidente do Conselho Mundial de Alimentação, honra que entendo como o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, do trabalho que vem realizando o meu país em prol da cooperação internacional para o desenvolvimento e em apoio à autodeterminação dos povos, à não intervenção e à solução pacífica de controvérsias. Enfim, à causa da paz e do bem-estar da humanidade.

Como Presidente do Conselho Mundial de Alimentação quero associar-me ao júbilo pelos enormes avanços na solução do conflito centro-americano, uma vez que a confrontação impedia o desenvolvimento rural na Região.

Os Ministros da Agricultura, reunidos em Pequim, concordamos em assinalar que a conformação de um novo sistema de relações internacionais é requisito indispensável para a superação dos problemas que defrontamos.

Ademais, decidimos dar a conhecer as conclusões do nosso Conselho, algumas das quais tomo a liberdade de destacar:

- muitas vezes, a fome não se deve à escassez de alimentos, mas à distribuição injusta e desequilibrada;
- os países do Terceiro Mundo não puderam modernizar nem capitalizar o seu setor agropecuário, porque lutam contra dificuldades econômicas e realizam programas de estabilização e ajustamento;
- o protecionismo, a queda dos preços dos produtos básicos, a deterioração das relações de intercâmbio e o limitado acesso aos mercados entravam os esforços dos países em desenvolvimento por alcançar a auto-suficiência alimentar e a prosperidade agropecuária.

Por isso, solicitamos aos organismos internacionais de financiamento que aumentem seus programas de apoio ao processo de modernização agrícola e pecuária dos países em desenvolvimento.

Senhores Ministros:

Creio que fazer referência aos problemas do setor agropecuário implica, necessariamente, mencionar o problema da fome no mundo e, de modo particular, na América Latina.

Num mundo em que se conseguiu avançar consideravelmente no que se refere à produção e à produtividade de alimentos, não é justo que estes não sejam distribuídos nas regiões do globo que

deles mais necessitam, por problemas decorrentes do injusto e ineficiente sistema de comércio internacional e por critérios egoístas.

É irracional, imoral, que o fenômeno da fome aumente em meio à abundância.

Sabemos que o problema alimentar existente no mundo e em nosso Continente não é de ordem produtiva e que muito têm a ver a modernização do setor agropecuário, seu comércio internacional mais justo e as políticas de preços que o tornam possível.

Estou convencido de que as soluções para problemas como os que agora abordará a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura devem ter, por meta básica, assegurar o direito de todo ser humano de acesso permanente aos alimentos.

Espero que dos resultados de nossa análise surjam novas alternativas para a solução de nossos problemas de hoje; espero também que eles reafirmem a esperança depositada na concertação e na cooperação internacional, em benefício do homem, objeto final de todos os programas de desenvolvimento em qualquer nação do mundo.

Muito obrigado.

DISCURSO DO DR. MARTÍN E. PIÑEIRO,
DIRETOR-GERAL DO IICA

Quero inicialmente dar as boas-vindas a todos os participantes da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura-CIMA e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura-JIA e agradecer sua presença aqui, conosco, o que demonstra, uma vez mais, a clara expressão de seu interesse pelo Instituto.

Também quero saudar de modo especial os representantes de Antígua e Barbuda e de São Vicente e Granadinas, países que depositaram seus instrumentos de ratificação da Convenção sobre o IICA neste mês de agosto e, dessa forma, se tornaram membros plenos do Instituto.

Pela primeira vez, na história do IICA, uma conferência interamericana de Ministros da Agricultura e uma reunião da Junta Interamericana de Agricultura são realizadas conjuntamente. A IX CIMA é uma conferência especializada do Sistema Interamericano. É por ocasião dessas conferências, geralmente convocadas de quatro em quatro anos para tratar de assuntos de especial interesse e importância, que se dá ao Sistema Interamericano a oportunidade de procurar visões de consenso e acordar ações conjuntas. A Quarta Reunião Ordinária da JIA é a reunião regulamentar do órgão superior do Instituto incumbido de traçar a política de ação do IICA, aprovar o orçamento-programa bienal e fixar as cotas anuais dos Estados membros. A simultaneidade desses dois eventos representa extraordinário acontecimento e constitui, no âmbito do Hemisfério, verdadeira reunião de cúpula sobre agricultura, cujo mandato geral poderá traduzir-se em demandas específicas aos órgãos do Sistema Interamericano, especialmente ao IICA.

No entanto, o caráter excepcional deste encontro deve-se não apenas à conjunção de deliberações de dois foros de discussão e decisão de tão amplas projeções, mas também, a outras razões de grande importância, sobre as quais gostaria de discorrer de maneira breve.

Poucas vezes, na história da América Latina e do Caribe, os países dessa parte do mundo defrontaram tantas incertezas, dificuldades e desafios. As tendências de crescimento e desenvolvimento econômico e social, que se vinham mantendo por quase três décadas, foram interrompidas bruscamente na década de 80, dando ensejo a uma deterioração econômica e social cujas marcas estão presentes na maioria dos nossos países, embora com as peculiaridades de cada caso. Por outro lado, a revolução tecnológica em marcha vem gerando rápida e profunda transformação da organização social e produtiva, com efeitos imprevisíveis para os países da Região.

É consenso geral que o problema transcende o âmbito econômico e que há necessidade imperiosa de inverter essa situação, se quisermos a paz e a estabilidade política em nossos países. É preciso, portanto, empreender um esforço de imaginação e perseverança na procura de alternativas que permitam enfrentar a crise atual e lutar para que se tomem as necessárias decisões para implementar tais alternativas.

A situação da agricultura não difere muito do quadro geral apresentado. A queda radical dos preços de vários produtos agropecuários diminuiu a renda dos agricultores em todos os países da América, inclusive nos mais desenvolvidos, enquanto a pobreza rural aumentou. Do mesmo modo, a vultosa dívida externa acumulada pelos países da América Latina e do Caribe impõe restrições macroeconômicas que afetam a produção agrícola e impedem o desenvolvimento do seu enorme potencial.

A solução desses problemas externos que afetam o desempenho da agricultura é fundamental para a reativação econômica e a consolidação da paz e da democracia nos países da Região. Para tanto, é fundamental que se chegue a um compromisso internacional que elimine as restrições e distorções relativamente ao comércio agrícola internacional e possibilite que nossos países se beneficiem de suas maiores vantagens comparativas no campo da produção agropecuária.

Essas dificuldades de contexto não devem, entretanto, levar ao ceticismo quanto às possibilidades da agricultura como fator de

crescimento econômico e desenvolvimento. Estamos convencidos de que, apesar das dificuldades atuais, o setor agrícola é chamado a desempenhar um papel chave na dinamização da economia. Por seu peso no produto total da Região, sua capacidade de gerar emprego, seu potencial exportador e sua articulação com outros setores da economia, tais como as indústrias fornecedoras de insumos e as processadoras de matérias-primas agrícolas, sua ação dinamizadora e catalisadora, a curto prazo, é indiscutível.

Num contexto de longo prazo, a agricultura só poderá ter um papel relevante na reativação econômica se sua tecnificação for intensificada, sua diversificação e eficiência aumentarem e se crescerem os efeitos multiplicadores gerados por uma interdependência setorial cada vez maior. Deve-se, então, pensar em novas estratégias de desenvolvimento que dêem adequada prioridade à agricultura e levem a novas formas de vinculação com o setor industrial, permitindo que o aumento da produtividade e a eficiência do setor agrário sejam os elementos propulsores de um desenvolvimento agroindustrial estável e competitivo.

A concretização desse processo atribui primordial importância às políticas públicas, que deverão ser capazes de criar incentivos adequados, corrigir desajustes estruturais e estabelecer um ambiente macroeconômico propício à modernização do setor agrário. Também cumpre reajustar os mecanismos de pesquisa e transferência de tecnologia nos países da Região, a fim de assegurar o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias. Estamos no limiar de outra revolução tecnológica que, embora revele perspectivas extraordinárias de aumento da produção, também encerra uma ameaça para os países que não se esforçarem o bastante para dela participar.

Todavia, essa gigantesca tarefa não poderá ser levada a cabo sem uma cooperação multinacional ampla e sem a conjugação de esforços de todos os países da Região. A primeira é de importância vital em três campos principais: o comércio internacional, a capitalização do setor rural e a tecnificação da agricultura, áreas em que a comunidade internacional e os organismos técnicos e financeiros devem assumir papel chave no apoio ao desenvolvimento regional. A integração regional, revigorada por uma renascida vocação política dos governos da América Latina e do Caribe para

juntos enfrentarem a solução de seus problemas, constitui mecanismo eficaz de ampliação do espaço econômico, de fortalecimento da capacidade negociadora com terceiros países e de coordenação das políticas nacionais de fomento da produção, aproveitando plenamente a complementariedade ecológica e econômica de nossos países.

Esse novo apogeu da integração regional e a crescente internacionalização da agricultura e do conhecimento tecnológico apontam a necessidade de delinear-se novo estilo de cooperação técnica internacional, que potencialize as ações conjuntas dos países da Região, coordenando suas demandas e necessidades, e as compatibilize com os recursos financeiros e científicos disponíveis nos países desenvolvidos. Ajudar os países da América Latina e do Caribe a se organizarem para juntos trabalhar no desenvolvimento agropecuário e recolher a contribuição e o apoio dos países de maior desenvolvimento para esse fim passará a ser tarefa relevante para a qual devemos estar preparados. O convênio com o Governo do Canadá, que o Sr. Clinch acaba de anunciar, sem dúvida constitui um primeiro passo nessa direção, pois se trata de recursos financeiros e científicos de um país desenvolvido que serão aplicados em ações coordenadas pelo IICA na Região, segundo esquema flexível de apoio ao Plano de Médio Prazo do Instituto.

Esse é, em poucas palavras, o telão de fundo das duas importantes reuniões que hoje inauguramos em Ottawa, acolhedora capital do Canadá, Estado membro do IICA desde 1972, com uma brilhante tradição de efetiva e preponderante participação nos programas de cooperação técnica e econômica com os países do Terceiro Mundo e que também se distingue por um vigoroso setor agrícola, o qual enfrenta, no plano internacional, problemas semelhantes aos dos países da América Latina e do Caribe, para cuja solução implementa ações conjuntas com países do mundo em desenvolvimento por intermédio do Grupo de CAIRNS. Não há, pois, ambiente mais propício para o sucesso das deliberações que hoje iniciamos do que o que hoje nos oferece o Canadá.

As resoluções que o amplo foro da Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura vier a aprovar serão, sem dúvida, um mandato para o Sistema Interamericano em geral. Nesse sentido, o Embaixador Baena Soares já manifestou seu interesse e disposição

de difundir e apoiar as conclusões da CIMA e de continuar a estreitar laços e a coordenar nossas ações. Além disso, a simultaneidade das duas reuniões permitirá à Junta Interamericana de Agricultura incorporar as recomendações da CIMA e transpô-las para o âmbito mais reduzido do IICA, incorporando-as imediatamente às resoluções específicas destinadas a orientar e regulamentar as ações da Instituição. Por meio delas, as atividades do Instituto nos próximos anos se beneficiarão das deliberações e recomendações desta Conferência e, desse modo, terão maior profundidade conceitual e melhor ajustamento às características da complexa situação em que hoje nos encontramos.

Quero finalizar agradecendo ao Governo do Canadá e a seu povo, por intermédio da Excelentíssima Senhora Governadora Geral, Jeanne Sauvê, e do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, John Wise, o generoso oferecimento da cidade de Ottawa para sede destas reuniões, que nos permite, hoje, desfrutar de sua generosa hospitalidade. A presença de todos os senhores neste duplo encontro tão transcendente para o setor agrícola da América Latina e do Caribe, assegura plenamente o sucesso das deliberações que ora se iniciam.

Muito obrigado.

DISCURSO DO EMBaixADOR JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES,
SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A alta hierarquia desta reunião, definida pela presença dos Senhores Ministros da Agricultura e de seus representantes, bem como de observadores de diversos países e de organismos multilaterais, prenúncia o alcance de importantes resultados.

Desejo assinalar, de início, o excelente trabalho realizado pelo Sr. Diretor-Geral do IICA, meu amigo o Dr. Martín Piñero, e por seus colaboradores, a fim de assegurar o sucesso desta reunião.

Quero consignar nosso profundo agradecimento ao Governo do Canadá pelo gentil oferecimento da sede da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

A tradicional hospitalidade do povo canadense manifesta-se uma vez mais. Estou seguro de que o Canadá, que em sua variada, rica e ampla geografia mantém uma agricultura e um desenvolvimento tecnológico que o tornam capaz de muito contribuir para superar os desafios hoje enfrentados pelos países das Américas, igualmente tudo fará para o êxito da Conferência.

Proporciona esta Conferência Especializada do Sistema Interamericano oportunidade muito especial para o debate de temas prioritários e a formulação de recomendações de importância fundamental para a ação dos governos e dos organismos internacionais que operam na Região. A oportunidade é muito especial, porque esta Conferência constitui o ponto central de várias confluências estratégicas para o futuro da América Latina e do Caribe.

Quero salientar algumas dessas convergências e sua importância como as vejo do meu posto de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Vou referir-me a alguns pontos de reflexão que creio esta reunião motiva. Parece-me oportuno salientar que aqui temos, como guia para discussão, confluências de países, de temas relevantes na conjuntura econômica regional e de madurez política para superar com coragem as contingências do presente e do futuro.

A confluência de países membros da OEA e do IICA, simbolizada pela própria localização desta reunião no Canadá, permite-nos reafirmar um compromisso hemisférico de ideais compartilhados e de solidariedade na busca de processos de desenvolvimento integral. Estamos todos conscientes de que não há democracia efetiva e duradoura enquanto não houver crescimento econômico auto-sustentado, com a plena participação de todos os nossos povos.

É ingente o esforço interno de ajustamento de políticas, que cada um dos países da América Latina e do Caribe deve realizar; esta decisão interna constitui a chave da tarefa. Entretanto, tal esforço terá maior probabilidade de êxito se contar com o apoio de uma ação conjunta na Região e com um quadro extra-regional de políticas fiscais, monetárias, comerciais e de apoio financeiro mais favoráveis do que as que vêm prevalecendo desde o começo desta década. Aos países industrializados cabe, então, reconsiderar suas prioridades à luz da incidência de sua ação sobre a possibilidade real de fortalecer a democracia na América Latina e no Caribe, de interesse para todos.

Torna-se urgente recompor um clima hemisférico que possibilite recolher os frutos do esforço interno de cada país e aproveitar todas as opções de integração regional. Esta Conferência, que coincide com a Reunião da Junta Interamericana de Agricultura, congrega número suficiente de países que podem contribuir para o intento de construir novo marco de solidariedade, de acordo com as novas realidades do Hemisfério.

A Conferência também apresenta importante convergência de temas. Quero destacar os da tecnologia e do comércio como dois aspectos vitais da situação que devemos considerar. Nesse aspecto, a Conferência examinará certamente o papel do Estado e do setor privado nas novas políticas.

Desde que tive a honra de assumir a Secretaria-Geral da OEA, venho procurando realçar em todos os foros o fato de que as aceleradas mudanças tecnológicas constituem elemento essencial para o futuro de uma região que ainda se ressentir de problemas históricos de desenvolvimento integral pendentes de solução e que se encontra excessivamente contida pela consideração prioritária que os temas da dívida externa e, em geral, o da falta de financiamento exigem.

Embora esta Conferência seja especializada em agricultura, campo de importância crucial na história e para o futuro da Região, não nos escapa a circunstância de que o progresso tecnológico mundial vem alterando profundamente o perfil da produção de todos os países e, por conseguinte, a composição e orientação do comércio mundial. Dificilmente se pode conceber um processo de desenvolvimento integral para a América Latina e o Caribe que não procure para a Região nova forma de participação na economia mundial, que está cada vez mais interdependente e orientada no sentido da produção e do comércio de bens e serviços de alta tecnologia.

O debate de novas formas de participação na economia mundial deve ser feito com o realismo que a situação geral da Região impõe e que a situação particular de cada país exige. Este é um dos temas que requerem maiores esforços conjuntos na Região e apoio por parte dos países industrializados. Ademais, a procura de uma estratégia e de políticas adequadas à sua consecução leva sem dúvida a um cronograma baseado no perfil eminentemente agrícola da maioria dos países. Por conseguinte, nesse aspecto, a agricultura terá papel de importância vital. Cumpre reiterar que, para lograr esse fim, serão fundamentais tanto o esforço interno como a cooperação de países industrializados, que, no entanto, vêm opondo sérios obstáculos às exportações agrícolas da Região.

À medida que o processo avance, já não se tratará da agricultura heterogênea, com sérios bolsões de deficiência tecnológica e de pobreza rural, escassamente integrada aos demais setores de nossas economias e que há tanto tempo conhecemos. Pelo contrário, será uma agricultura cada vez mais modernizada, cada vez mais integrada aos demais setores da economia e cada vez mais capaz de criar sistemas de emprego rentável para a população. Este desafio

existe na América Latina e no Caribe há muitos anos. As pressões internas e externas a que estão sujeitas nossas sociedades exigem agora atenção inadiável. A reflexão conjunta sobre tais temas, que constituem o centro de uma nova estratégia de desenvolvimento, é prioritária para os organismos e os foros do Sistema Interamericano, de modo muito especial, para o IICA e a Junta Interamericana de Agricultura, destinatários diretos das recomendações que, sem dúvida, esta Conferência formulará.

Sei também que a Conferência certamente dispensará atenção à modernização da administração do Estado e à relação entre os setores público e privado. Tais matérias despertam, hoje, em nossos países, particular interesse e consideração, e requerem visão inovadora. A agricultura, como um dos elementos propulsores da economia, certamente tem, aqui, ampla função a cumprir.

O papel do Estado na pesquisa e divulgação do progresso agrícola tem sido, por tradição, de grande importância na Região. Vivemos hoje situações que se modificaram no que se refere a, pelo menos, três aspectos fundamentais.

Por um lado, é inegável a contribuição privada, que abrange agora campos muito mais amplos do que o da mera dedicação ao melhoramento da economia de cultivo, setor a que no passado se limitavam os maiores aportes tecnológicos privados. Hoje se amplia o número de centros de criação, adaptação e transferência de tecnologia agrícola, os quais devem constituir um sistema eficiente e integrado com o setor público. Em segundo lugar, o setor público de criação e divulgação tecnológica enfraqueceu-se, em razão da deterioração geral da capacidade financeira dos governos. A definição precisa de funções e a modernização da máquina estatal, tanto na fixação de políticas como na questão tecnológica, impõe-se como parte inadiável do novo esforço interno. Finalmente, e em consequência do progresso tecnológico, na agricultura e em outros setores produtivos, reduziu-se o ciclo entre a geração e aplicação de conhecimentos. Em consequência, cumpre identificar os esquemas organizacionais mais eficazes para chegar ao nível tecnológico necessário. Tais elementos são de importância crucial para o novo

esforço interno e, por sua vez, podem beneficiar-se com a integração regional no que se refere a algumas tarefas, com o intercâmbio de experiências na Região e com o apoio de países industrializados.

Senhoras e senhores, a Secretaria-Geral da OEA, as organizações multilaterais que operam no Hemisfério e os governos se beneficiarão com o resultado dos debates e recomendações desta Conferência. Em especial, o IICA, na qualidade de Organismo Especializado, deverá cumprir a tarefa de executar algumas dessas recomendações e de assegurar que o produto desta reunião chegue a todos os seus destinatários.

Por minha vez, aguardo com grande interesse os resultados desta Conferência, importante órgão do Sistema e que neste momento se acha no centro de confluências essenciais para o futuro de todo o Hemisfério.

Muito obrigado.

**III. ATA DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE
MINISTROS DA AGRICULTURA**

SESSÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA

- 0.1 No dia 29 de agosto de 1987, às 10,00h, no Salão Sussex do Centro de Convenções do Governo Canadense, em Ottawa, realizou-se uma reunião técnica preparatória da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA), com a presença dos Representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Barbados, Canadá, Chile, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Grenada, Haiti, México, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Representando o IICA compareceram o Diretor-Geral, o Coordenador Geral da CIMA e o Secretário Técnico da CIMA/JIA.
- 0.2 Os participantes designaram para moderador o Representante do Uruguai, Sr. Pedro Olmos; o Diretor-Geral fez uma sucinta exposição da mecânica proposta para a reunião. Em seguida, o Coordenador Geral analisou brevemente o teor do documento "Idéias para a Declaração de Ottawa". Os representantes manifestaram a sua satisfação por contar com esse documento básico e apresentaram sugestões sobre alguns temas adicionais, tendo sido esclarecidas dúvidas a respeito do funcionamento da Comissão encarregada da redação da Declaração de Ottawa e das Recomendações da CIMA. A sessão foi levantada às 12,00h.

SESSÃO PREPARATÓRIA

- 0.3 No dia 30 de agosto de 1987, às 17.00h, na Sala Magna do Centro de Convenções do Governo Canadense, em Ottawa, realizou-se a Sessão Preparatória da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, sob a Presidência do Representante do México, Lic. Eduardo Pesqueira, na qualidade de Presidente da Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA).

0.4 Nesta Sessão, de caráter privado e com a presença dos Chefes de Delegação, foram tomadas as seguintes deliberações:

- Aprovação do Regulamento da CIMA
- Eleição do Presidente
- Temário provisório
- Constituição da Comissão de Credenciais
- Constituição da Comissão de Redação
- Constituição da Comissão de Declaração e Recomendações
- Fixação do prazo para a apresentação de propostas

- Duração da Conferência
- Ordem de precedência dos Estados membros
- Assuntos diversos

0.5 A Sessão foi levantada às 17,45h.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

1.1 A Primeira Sessão Plenária da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura teve início às 18,30h do domingo, 30 de agosto de 1987, na Sala Magna do Centro de Convenções do Governo Canadense, em Ottawa, sob a Presidência do Representante do Canadá, Sr. John Wise, eleito presidente da Conferência por aclamação na Primeira Sessão Plenária da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

1.2 O Presidente informou os presentes sobre a realização prévia de uma Sessão Preparatória, cujos acordos foram a seguir submetidos à ratificação do Plenário.

- Foi ratificada a aprovação do Regulamento da IX CIMA, que consta do documento OEA/Ser.K/11.9.1, IICA/Doc.3/87.
- Decidiu-se aprovar o Temário Provisório constante do documento OEA/Ser.K/11.9.1 rev., IICA/Doc.1/87.
- A Comissão de Credenciais ficou constituída por representantes dos seguintes países: Equador, Brasil, Jamaica, Estados Unidos e St. Kitts e Nevis.
- A Comissão de Redação ficou constituída por representantes dos seguintes países: Guatemala, Haiti, Trinidad e Tobago, Brasil e Bahamas.
- Foi aprovado que a Comissão de Declaração e Recomendações ficasse constituída de um membro de cada Delegação interessada em participar dos trabalhos da referida Comissão.
- Ratificou-se às 8,00h da terça-feira, 1º de setembro, como prazo para a apresentação de propostas, com a ressalva de que essa disposição não se aplicaria a projetos de recomendação oriundos de grupos de trabalho.
- A ordem de precedência foi a seguinte:

- | | |
|-----------------------------|-----------------|
| 1. Haiti | 17. Barbados |
| 2. Dominica | 18. Equador |
| 3. Estados Unidos | 19. Bahamas |
| 4. Honduras | 20. Santa Lúcia |
| 5. Bolívia | 21. México |
| 6. São Vicente e Granadinas | 22. Panamá |
| 7. Venezuela | 23. Jamaica |
| 8. Argentina | 24. Grenada |

- | | |
|--------------------------|-----------------------|
| 9. Peru | 25. Guatemala |
| 10. Uruguai | 26. Antígua e Barbuda |
| 11. El Salvador | 27. Suriname |
| 12. Paraguai | 28. Trínidad e Tobago |
| 13. St. Kitts e Nevis | 29. Brasil |
| 14. Chile | 30. Colômbia |
| 15. República Dominicana | 31. Nicarágua |
| 16. Costa Rica | 32. Guiana |

- Foi aprovado o programa provisório de trabalho constante do documento OEA/Ser.K/11.9.1, IICA/Doc.2/87, e se indicou que a Sessão de Encerramento da Conferência se realizaria na quarta-feira, 2 de setembro, às 18,00h.
 - Foi ratificado que a proposta relacionada com o tema da paz como fator que afeta a agricultura seria considerada durante a Conferência.
- 1.3 O Presidente agradeceu a presença dos representantes e observadores e convidou a todos para, às 9,00h em ponto da segunda-feira, 31 de agosto, se reunirem nessa mesma Sala para realizar a Sessão de Abertura da Conferência.
- 1.4 A Primeira Sessão Plenária foi levantada às 18,45h.

SESSÃO DE ABERTURA

- 0.6 A Sessão de Abertura da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura realizou-se na Sala Magna do Centro de Convenções do Governo Canadense, na segunda-feira, 31 de agosto de 1987, às 9,00h. Presidiu o ato solene a Governadora Geral do Canadá, Sua Excelência, a Senhora Jeanne Sauvê, cuja entrada no salão foi saudada pela Banda da Guarda da Infantaria do Governo.

- 0.7 O Honorável John Wise, na qualidade de Ministro da Agricultura do Canadá e Presidente das Reuniões, foi o primeiro a dirigir a palavra aos participantes, estendendo calorosas boas-vindas aos presentes e expressando seu reconhecimento pela presença de Sua Excelência a Governadora Geral, do Sr. Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Embaixador João Baena Soares, de membros do Parlamento canadense e de representantes dos governos provinciais. Também saudou cordialmente o Diretor-Geral do IICA, Dr. Martín E. Pineiro, os Ministros, Chefes de Delegação dos Estados membros e observadores, os embaixadores e membros do corpo diplomático e os representantes de organismos internacionais e regionais, bem como de organizações governamentais e não-governamentais.
- 0.8 O Presidente fez menção ao fato de que seu país, dentro de dois dias, será anfitrião, em Quebec da Segunda Reunião de Cúpula Francófona e ao de que em Vancouver, em outubro, se realizará a reunião de cúpula bienal dos Chefes de Governo da Comunidade Britânica de Nações. Nessas reuniões, bem como nas que hoje se iniciam, o Canadá continuará a desempenhar uma função importante na cooperação para o desenvolvimento econômico, na estabilidade econômica internacional, nos intercâmbios tecnológicos e culturais e na campanha contra o apartheid.
- 0.9 O Presidente ressaltou que a história canadense de ajuda para o desenvolvimento permitiu a seu país servir de ponte confiável entre os países desenvolvidos e os que se encontram em via de desenvolvimento e enfatizou o compromisso que o Canadá mantém com o IICA desde 1972, reconhecendo a capacidade do Instituto de atuar em prol do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural. Mencionou ser o Plano de Médio Prazo do IICA um instrumento acertado para ajudar os Estados membros a resolverem os principais problemas que tolhem seu crescimento agrícola e declarou que os documentos de trabalho da Conferência apresentavam de maneira adequada o quadro das perspectivas e do potencial da agricultura, dos incentivos necessários à sua modernização, da inovação tecnológica e da crise do comércio internacional.

- 0.10 Depois de fazer menção às profundas mudanças ocorridas durante a década de 1980 na economia internacional e aos seus efeitos sobre o setor agrícola, o Presidente das Reuniões instou seus colegas, Ministros da Agricultura, a que concentrassem esforços, através do IICA, na modernização tecnológica e na integração regional para fortalecer os vínculos econômicos entre a agricultura e outros setores da economia.
- 0.11 Em seguida, o Presidente passou a palavra a Sua Excelência, a Governadora Geral do Canadá, Senhora Jeanne Sauvé, que deu as boas-vindas aos participantes, referiu-se ao papel que, no contexto da América Latina, compete à Organização dos Estados Americanos e ao IICA, este na qualidade de organismo especializado em agricultura, e destacou a importância atribuída pelo Canadá a essas instituições.
- 0.12 A Governadora Geral fez menção aos problemas da fome e da desnutrição, à difícil situação do comércio internacional, às medidas protecionistas e aos excedentes de produtos que dificultam a exportação. Mencionou algumas conseqüências desses problemas, como o êxodo da população rural para as zonas urbanas. Apontou a necessidade de elaborar políticas agrícolas consentâneas com as novas necessidades do setor e acrescentou que o Canadá continuará empenhando-se em colaborar ativamente para a solução desses problemas.
- 0.13 Referiu-se também a Senhora Sauvé à importância atribuída por seu país às conversações com os Estados Unidos no que diz respeito à contribuição aos países da América Latina e do Caribe para garantir os sistemas democráticos e a paz na Região. Declarou, em seguida, oficialmente abertas a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e a Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, expressando seus melhores votos por que seja alcançado o êxito esperado.
- 0.14 O Presidente acompanhou sua Excelência, a Governadora Geral, até a saída do recinto. Apresentou em seguida o

Secretário de Agricultura e Recursos Hidráulicos do México, Sr. Eduardo Pesqueira, que fez uso da palavra na qualidade de Presidente da Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura e de Presidente do Conselho Mundial da Alimentação. Em primeiro lugar, solicitou ao Ministro Wise que transmitisse à Senhora Sauvé os agradecimentos por haver honrado esta Reunião com sua presença.

- 0.15 O Sr. Pesqueira declarou que considerava este foro ideal para abordar uma problemática que sacrifica parte fundamental de nossas economias, assim como para estreitar as relações que visam a um comércio internacional mais dinâmico. Mencionou a reunião dos Chefes de Estado da Argentina, Brasil, Colômbia, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela que, com a presença do Presidente do México, se realizará em seu país, em novembro, para debater assuntos relacionados com a integração regional.
- 0.16 Em seguida, o Sr. Pesqueira analisou sucintamente as profundas transformações ocorridas nos últimos 40 anos e a crise que os países em desenvolvimento defrontam quanto ao comércio internacional. Referiu-se, ainda, à necessidade de fortalecer a participação destes em foros multilaterais e de nos empenharmos no sentido de encontrar soluções conjuntas, com o apoio das organizações de cooperação internacional. Ressaltou que a liberação total do comércio mundial agropecuário não se afigura viável, mas que se deveria pensar num "liberalismo controlado", com uma abertura gradual e seletiva nos próximos anos.
- 0.17 Acrescentou que, na qualidade de Presidente do Conselho Mundial da Alimentação, desejava destacar algumas recomendações desse foro relativamente aos temas seguintes: 1) a fome, que em muitos casos não é devida à escassez de alimentos, mas sim à distribuição desequilibrada dos mesmos; 2) a necessidade de modernizar o setor agropecuário, o que, em larga medida, não pode ser feito em razão de dificuldades nos programas setoriais de estabilização e ajustamento econômico; e 3) o protecionismo, que opõe obstáculos aos

esforços dos países de menor desenvolvimento para conseguirem a prosperidade no campo agropecuário.

- 0.18 Acrescentou o Sr. Pesqueira que considerava estar o IICA desenvolvendo uma grande atividade através dos programas constantes do Plano de Médio Prazo aprovado na Reunião do México. Instou, ainda, ao IICA que empreendesse um esforço adicional no sentido da busca de recursos e de novas fontes de financiamento, e aos países, que cumprissem seus compromissos quanto às dotações, a fim de permitir que as ações do Instituto sejam levadas a cabo segundo o estipulado em seus documentos de trabalho.
- 0.19 Concluiu, agradecendo uma vez mais a hospitalidade do Governo e do povo canadenses, manifestando a esperança de que este foro contribua com idéias e soluções em benefício daquele que é o objeto último de todos os programas de desenvolvimento, ou seja, o homem.
- 0.20 O Presidente fez, em seguida, a apresentação do Sr. Roger Clinch, Membro do Parlamento, que declarou ser o tema da Conferência muito oportuno no momento histórico atual e manifestou o seu agrado por reunir-se com Ministros procedentes do hemisfério ocidental, por duas razões: 1) porque a agricultura é a atividade básica comum a todos os nossos países e esta é uma excelente oportunidade para a formulação de recomendações criativas e viáveis, e 2) porque, na qualidade de secretário parlamentar do Ministério das Relações Exteriores, tinha o especial prazer de anunciar que hoje a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional havia aprovado uma ajuda de 4,5 milhões de dólares para colaborar com o IICA na execução de projetos prioritários, o que demonstrava claramente o apoio do Canadá ao IICA e ao seu Plano de Médio Prazo.
- 0.21 Continuando, fez uma breve resenha do trabalho levado a efeito pelo Canadá por intermédio de seu programa de assistência para o desenvolvimento, no sentido de melhorar a produção agrícola, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural nos países mais pobres do Terceiro Mundo.

Mencionou também o apoio emprestado pela ACIDI a vários países da América Latina e do Caribe, assim como as áreas e os países beneficiários.

- 0.22 Citou ainda que o Canadá é o terceiro mais importante contribuinte do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (OGIAR), através de centros internacionais, como o CIMMYT e o CIAT. Mencionou a situação especial do Continente Africano, a braços nos últimos anos com problemas de prolongada seca e conseqüente fome e que tem recebido ajuda cada vez maior da comunidade internacional. Disse que seria desejável que os resultados desta Conferência ajudassem os agricultores da África a conseguirem mais rapidamente a segurança alimentar, através de maior produtividade.
- 0.23 Terminou, assegurando que o Canadá está disposto a emvidar seus melhores esforços no sentido de propiciar uma revolução na produção agrícola e na segurança alimentar do Terceiro Mundo, e fez votos por que as deliberações fossem coroadas de êxito.
- 0.24 O Presidente cedeu a seguir a palavra ao Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Dr. Martín Piñero, o qual, após saudar os participantes da IX CIMA e da IV JIA, apresentou especiais boas-vindas aos representantes de Antígua e Barbuda e de São Vicente e Granadinas, países que, desde agosto, eram membros plenos do Instituto. Mencionou, também, o fato de ser esta a primeira vez em que as duas reuniões eram celebradas conjuntamente.
- 0.25 Prosseguindo, fez uma análise resumida das dificuldades e desafios que os países da América Latina e do Caribe deparam, e sublinhou a imperiosa necessidade de reverter-se a situação atual, para assegurar a paz e a estabilidade política de nossos países. Mencionou os problemas internos e externos que afetam o desempenho da agricultura, embora, em que pese essas dificuldades, houvesse uma certeza quanto ao papel central do setor agrícola na dinamização da economia.

- 0.26 Mencionou a necessidade de se pensar em novas estratégias de desenvolvimento, a fim de atribuir adequada prioridade à agricultura dentro de um processo econômico global em que se desse importância primordial às políticas públicas que permitiriam a modernização do setor agrário, se readequassem os mecanismos de pesquisa e transferência de tecnologia e se criassem incentivos adequados à correção dos desajustes estruturais.
- 0.27 Disse que a tarefa gigantesca à nossa frente não poderá ser levada a cabo sem uma ampla cooperação multinacional e sem um esforço real de todos os países. Declarou-se em favor da integração regional para procurar a solução dos problemas e fazer uso ótimo dos recursos disponíveis. Declarou que o convênio com o Governo do Canadá, anunciado pelo Sr. Clinch, era um exemplo nessa direção. Agradeceu a cooperação do Canadá, o qual se distinguiu por sua colaboração e cujo vigoroso setor agrícola enfrenta, no nível internacional, problemas semelhantes aos dos países da América Latina e do Caribe.
- 0.28 Acrescentou que as recomendações emanadas da CIMA constituirão um mandato para todo o Sistema Interamericano, com o apoio antecipado do Secretário-Geral da OEA, que, também, permitirá à JIA -agora no âmbito mais estreito do IICA- incorporar resoluções concretas para atividades que ajudem a solucionar a complexa situação atual. Terminou, agradecendo a hospitalidade do Governo e do povo canadenses na realização destas reuniões.
- 0.29 O Presidente ofereceu a seguir a palavra ao Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Baena Soares, que agradeceu a presença dos Ministros, dos Chefes de Delegação e dos demais assistentes a este foro. Felicitou o Diretor-Geral do IICA e agradeceu ao Governo do Canadá a sua hospitalidade. Declarou que esta Conferência do Sistema Interamericano oferecia uma oportunidade muito especial para o debate de temas prioritários e a formulação de recomendações para a ação dos governos e dos organismos internacionais que operam na Região.

- 0.30 Considerou que a importância da Reunião residia no fato de que ela representava a convergência de elementos centrais para a estratégia do desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Foram estes os três elementos centrais que sublinhou: de países, de temas e de maturidade política para enfrentar com brio os desafios do futuro.
- 0.31 Com relação a temas, destacou a importância do esforço interno, que se pode frustrar se faltar o apoio dos países industrializados, a necessidade de aproveitar opções de integração, o papel crucial da tecnologia na definição do perfil produtivo e comercial do futuro, o papel de uma agricultura que realmente contribua para o desenvolvimento integral e a necessidade de modernizar a administração do Estado e de redefinir suas relações com os setores privados.
- 0.32 Concluindo, manifestou sua convicção de que a Secretaria-Geral da OEA, as organizações multilaterais e os governos tirarão proveito dos resultados da Conferência e de que o IICA cumprirá a tarefa de executar algumas das recomendações e de garantir a consecução de outras ações.
- 0.33 O texto completo dos discursos pronunciados nesta Sessão de Abertura figura neste relatório.
- 0.34 A sessão foi levantada às 10,30h.

PARTICIPANTES

- 0.35 Na IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura estiveram representados os seguintes Estados membros da OEA e/ou do IICA: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica,

México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

- 0.36 Estiveram representados, na qualidade de observadores, os Governos da Alemanha, Bélgica, Coreia, Espanha, França, Israel, Itália e Japão.
- 0.37 Também assistiram à Conferência observadores dos seguintes organismos do Sistema Interamericano: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPS); do Sistema das Nações Unidas: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Conselho Mundial da Alimentação (CMA), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assim como de outros organismos, tais como Caribbean Agriculture Research and Development Institute (CARDI), Caribbean Community Secretariat (CARICOM), Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), Centro Regional de Educação de Adultos e Alfabetização Funcional para a América Latina (CREFAL), Conselho Assessor Ibero-Americano da Juventude Rural (CALJR), Instituto de Cooperação Ibero-Americano (ICI), Instituto de Desenvolvimento Internacional e de Cooperação (IDIC), International Food Policy Research Institute (IFPRI), Bureau Internacional de Epizootias (OIE), Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA), Agricultural Institute of Canada, Organization of Eastern Caribbean States (OECS), Secretaria Permanente do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), Universidade de Guelph, International Federation of Agricultural Producers, World Development Cooperation, Canadian Seed Trade Association, Canadian International Development Agency (CIDA), World Food Day Association of Canada, National Farmers Union, Guelph International Development

Consultants, Agricultural International Development Associates of Canada (AICDAC) e Cooperative Union of Canada.

- 0.38 Os Diretores Eméritos do IICA, Doutores Armando Samper e José Emilio G. Araujo, também participaram da Conferência.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

- 2.1 A Segunda Sessão Plenária da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, presidida pelo Ministro da Agricultura do Canadá, Sr. John Wise, iniciou-se às 11,00h do dia 31 de agosto de 1987.
- 2.2 O Presidente apresentou o Diretor-Geral do IICA, Dr. Martín E. Piñero, que expôs os temas centrais constantes dos quatro documentos de trabalho da Conferência. Salientou o papel da agricultura como eixo do crescimento econômico dos países da Região, que só será possível na medida em que se aumente a modernização, a eficiência e a diversificação, e seja assegurada a equidade na distribuição dos benefícios derivados dessa transformação. Enfatizou que a agricultura deve desempenhar papel central nas estratégias de desenvolvimento das economias dos países da Região.
- 2.3 A seguir, o Dr. Piñero fez um resumo das transformações ocorridas nas condições das economias da Região, enumerando ao mesmo tempo uma série de fatores condicionantes externos e internos, que restringem o crescimento econômico dos países e que deverão ser tomados em conta nas novas estratégias de desenvolvimento do setor. A desaceleração do crescimento real da economia, as políticas agrícolas protecionistas, os efeitos da dívida externa, a deterioração do preço das matérias-primas, foram alguns dos elementos citados pelo Diretor-Geral do IICA.
- 2.4 O Dr. Piñero referiu-se também à necessidade que têm os países da América Latina e do Caribe de fazer ajustamentos internos em suas políticas globais e setoriais em prol da

maior eficiência, concedendo, nessas políticas, prioridade à agricultura e a suas vinculações intersetoriais. A revisão das políticas de incentivo, que está ligada aos investimentos públicos, aos programas de ajustamento estrutural e setorial e à modernização do Estado, em seu duplo papel de agente econômico e de operador do sistema de incentivos, foi qualificada de elemento central da transformação da agricultura regional.

- 2.5 Por último, o Diretor-Geral do IICA fez referência à crescente importância da inovação tecnológica, cada vez mais determinante das vantagens comparativas dos países do Hemisfério. Assinalou a contribuição que a cooperação internacional e a integração regional poderiam prestar à modernização e dinamização da agricultura, setor com referência ao qual mecanismos de cooperação Norte-Sul e de negociações comerciais internacionais (UNCTAD e GATT) oferecem uma excelente alternativa, por parte dos países desenvolvidos, para a normalização da situação do comércio internacional de produtos agropecuários. Ao finalizar sua exposição, o Dr. Piñeiro reiterou a necessidade de que haja novas formas de cooperação entre os países, assim como o fato de que os atuais problemas só poderão ser resolvidos mediante uma ação comum, materializada, entre outras formas, em projetos multinacionais e programas regionais e sub-regionais.
- 2.6 O Presidente agradeceu o Diretor-Geral pela ampla apresentação que fez dos temas da Conferência e ofereceu a palavra às delegações para que fizessem seus comentários.
- 2.7 O Ministro da Agricultura e Pecuária do Equador, Economista Marcos Espinel, apresentou um breve quadro da situação do setor agropecuário do seu país, a partir da década de 1970, e ressaltou a conveniência da realização de transformações de fundo nas políticas do setor. Referiu-se ao correto alinhamento da taxa de câmbio real e à congruência macrosetorial, assim como à maior coordenação institucional. Fez também alusão à mudança definitiva de atitude, por parte dos países desenvolvidos, no tocante à dívida externa e

ao crescente protecionismo no comércio internacional, com o desejo de que este comércio seja orientado pelos princípios da concorrência e das vantagens comparativas de cada país.

- 2.8 Por último, o Ministro do Equador reiterou a conveniência, para a Região da revisão das barreiras tarifárias e não tarifárias, expressando sua adesão aos acordos comerciais multilaterais de Punta del Este, em setembro de 1986. Finalizou, sublinhando a necessidade de reforço das entidades regionais, como o próprio IICA, e fazendo um apelo no sentido da criação de uma frente comum dos países da Região, para estabelecer novas regras de jogo no comércio internacional.
- 2.9 O Representante dos Estados Unidos, Sr. Richard E. Ling, Secretário da Agricultura, iniciou seus comentários frisando o desejo do seu país de apoiar a modernização e diversificação da agricultura nos países da Região e manifestando empenho no sentido de políticas de comércio internacional sãs, exemplificadas pelas negociações em curso no GATT.
- 2.10 Os Estados Unidos propuseram a eliminação de todos os subsídios diretos e indiretos que afetam o comércio agrícola, bem como das barreiras à importação, através de um processo de eliminação gradual de dez anos de duração. Foi também proposta uma abordagem multilateral para o desenvolvimento e aplicação de regulamentos de saúde e higiene, a fim de que não funcionem como restrições ao comércio.
- 2.11 O Sr. Lyng reconheceu que a eliminação de subsídios irá afetar drasticamente os agricultores em geral, e indicou que os governos devem começar a antecipar transformações nos processos dinâmicos da agricultura.
- 2.12 O Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação da Guatemala, Sr. Rodolfo Estrada Hurtarte, reconheceu a importância da agricultura para as economias da Região e deu particular relevo à paz como insumo central da produção

agrícola, acrescentando que essa paz não pode ser conseguida quando há fome. Na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros dos países que integram o CORECA, participou que haviam sido entregues ao Plenário três documentos, na tentativa de fortalecer as instâncias de paz. Passou logo após a enumerar algumas causas de frustração, assim como algumas fontes de inspiração, por vezes esquecidas, que incidem sobre a situação atual do setor agropecuário. Ao concluir, o Ministro da Agricultura da Guatemala pôs em relevo o fator humano, como elemento dinâmico, mediante conceitos como atitude, consciência, responsabilidade e ética, e apelou para que todos se convertessem em verdadeiros fatores de desenvolvimento.

- 2.13 Como Presidente suplente, o Vice-Ministro da Agricultura do Canadá, Sr. Jean-Jacques Noreau, ofereceu a palavra ao Sr. Carlos Vidali, da Secretaria da Agricultura e Recursos Hidráulicos do México.
- 2.14 O Representante do México elogiou os documentos elaborados pelo IICA, em função de seu enfoque integral, que transcende as tradicionais análises setoriais e incorpora uma visão macroeconômica e internacional da problemática agrícola dos países da América Latina e do Caribe. Com respeito ao diagnóstico formulado no tema 1, o Representante do México considerou que o mesmo está demasiadamente norteado por uma ótica de comércio externo. Destacou que, embora as reformas produtivas requeridas pelos países em desenvolvimento estejam relacionadas com a maior "orientação de suas economias para o exterior", a ênfase exagerada neste aspecto seria parcial e até errônea. Recordou que, de acordo com a realidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento, a produção agrícola é de importância crucial em termos de consumo básico, emprego e renda da população, motivo por que não se deve exagerar a importância da exportação como mecanismo único de fomento da agricultura.
- 2.15 O Representante do México fez dois esclarecimentos relacionados com suas observações: o primeiro, no sentido de que

sua referência ao enfoque dado à exportação pelos documentos tinha por objetivo salientar a vigência cada vez maior da auto-suficiência alimentar nos países do Hemisfério; a segunda, sobre o tratamento marginal dado nos documentos de trabalho ao setor social e rural. Finalizou, declarando que falar de uma política econômica para a produção exportável e de uma política social para o setor rural seria resultado do princípio de um dualismo inaceitável entre produtores tradicionais e modernos.

- 2.16 Levantou-se a sessão às 12,30h.

TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

- 3.1 A Terceira Sessão Plenária iniciou-se às 14,15h da segunda-feira, 31 de agosto, sob a presidência do Sr. Jean-Jacques Noreau, Vice-Ministro da Agricultura do Canadá.
- 3.2 O Presidente concedeu a palavra ao Ministro da Agricultura do Brasil, Sr. Iris Rezende Machado, que se referiu aos problemas de ordem fiscal, monetária e financeira que suscitaram todo tipo de protecionismo, o qual opõe obstáculos às relações econômicas internacionais, com consequências profundamente negativas para o crescimento dos países do Hemisfério.
- 3.3 Depois de expor sucintamente o quadro da situação econômica dos países da Região na década de 1980, o Ministro da Agricultura do Brasil instou aos países que se unissem para a consecução de uma nova ordem econômica mundial, mais justa e equitativa. Mencionou também os esforços empreendidos no âmbito da UNCTAD, com o Sistema Generalizado de Preferências, bem como o êxito da Rodada do Uruguai para a liberalização do comércio mundial, cujo objetivo será alcançado com o estrito cumprimento do "congelamento" e com o "desmantelamento" de medidas protecionistas. Esclareceu

que tinham sido modestos os resultados de um tratamento político da dívida externa, tendo em conta as necessidades de crescimento econômico e social dos países em desenvolvimento.

- 3.4 O Ministro da Agricultura do Brasil louvou o trabalho do IICA, especialmente na pessoa do seu Diretor-Geral, Dr. Martín E. Piñeiro, e transmitiu aos Representantes o oferecimento de seu país para sede da Quinta Reunião Ordinária da JIA. Concluiu exortando os demais países da América Latina e do Caribe a uma participação solidária em busca de uma nova ordem econômica mundial.
- 3.5 O Presidente recebeu e agradeceu o oferecimento do Brasil para sede da próxima reunião da JIA. Mencionou que, de acordo com a agenda, a decisão a esse respeito seria tomada na quinta-feira, 3 de setembro.
- 3.6 O Representante da Argentina, Sr. Ruy de Villalobos, Vice-Ministro da Economia Rural, iniciou seu discurso declarando que as políticas protecionistas dos países desenvolvidos constituíam o fator mais importante da atual situação de crise do mercado agrícola internacional. Prosseguiu dizendo que 80% das exportações da América Latina e do Caribe consistem em matérias-primas básicas e que 65% das vendas desses produtos são feitas para nações desenvolvidas.
- 3.7 O Representante da Argentina observou que os efeitos adversos da queda dos preços desses produtos desde 1980 foram agravados em seu país, como o demonstra a redução de 40% nos preços de exportação do trigo e do milho desde 1979. Além disso, a receita gerada em 1985 pelas exportações de grãos e de seus derivados foi de US\$4,3 bilhões, ao invés dos projetados US\$ 7,3 bilhões. Essa diferença de US\$3 bilhões representa 50% do serviço anual da dívida externa, ou dois terços do total das importações anuais da Argentina. Esses exemplos, disse ele, ilustram a relação de causa e efeito entre o protecionismo em países desenvolvidos e a crise financeira em países como a Argentina, que não desempenhou qualquer papel na geração dessa crise.

- 3.8 O Representante da Argentina disse a seguir que, além dos efeitos catastróficos da queda dos preços, a perda de mercados externos para produtos subsidiados de outros países tinha afetado seriamente a Argentina. Um exemplo recente era a perda de substanciais vendas de milho e sorgo para a Espanha, em decorrência da entrada desse país na CEE. Outro exemplo era a venda de trigo subsidiado dos Estados Unidos para diversos países latino-americanos.
- 3.9 Ressaltou ele o fato de que é urgente a necessidade de um esforço coordenado e persistente por parte dos organismos internacionais; que o Grupo de Cairns está insistindo na observância dos acordos de Punta del Este; que as Rodadas do GATT precisam continuar e que o OCDE formulou uma declaração condenando a atual situação do mercado mundial. Todas essas ações são promissoras, declarou ele. O Sr. Villalobos concluiu dizendo que a Argentina espera sinceramente que a Declaração de Ottawa venha a refletir a séria preocupação de remediar o atual estado do comércio agrícola em geral.
- 3.10 O Representante do Haiti, Sr. Gustave Menager, Ministro da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, observou, em primeiro lugar, que o Haiti, em comparação com outros países da Região, é o mais pobre e o que mais sofre os efeitos da situação crítica da agricultura no Hemisfério. Disse que o Haiti é o único país da Região que se inclui entre os menos avançados (PMA). Na sua opinião o país, embora tenha começado a controlar sua situação, necessita de apoio moral e técnico para recobrar o terreno perdido e conseguir realmente sua recuperação econômica, sendo essencial que se solucionem os problemas atuais, se não se quiser vê-los repetir-se no futuro. Acrescentou que, há oito meses, uma conferência sobre os PMA no Nepal permitiu constatar que, em menos de dez anos, o número de PMA aumentou mais de 10%, representando eles hoje mais de 20% dos países do mundo, percentagens que não se podem ignorar.

- 3.11 Em seguida, o Ministro salientou que seu país estava perfeitamente de acordo com a escolha dos temas a serem discutidos na IX CIMA e que esses temas abrangiam os objetivos dos países da América Latina e do Caribe. Entretanto, insistiu no fato de que, quanto mais pobre e atrasado for um país quanto mais se achar em retrocesso, tanto maiores serão as despesas do setor público. Observou que se não se reunirem os recursos de que os países pobres necessitam, se esses recursos não forem neles aplicados, corre-se o risco de acentuar ainda mais o hiato que separa os países capazes dos menos privilegiados. Finalmente, o Sr. Menager disse julgar necessário que se consiga acesso aos mercados de modo a romper o círculo vicioso de uma produção melhorada porém sem destino. Observou que, graças à expansão do comércio de seu país com os da América Latina e do Caribe, o Haiti poderá tornar-se mais solvente, ao mesmo tempo em que reduzirá sua dívida externa.
- 3.12 O Sr. Menager ressaltou que, se não houver suficiente disponibilidade de recursos naturais, aumentarão os problemas agroeconômicos disso resultantes, bem como o conseqüente dispêndio público. Na realidade, declarou, os gastos de capital do Haiti podem ser entendidos como gastos agrícolas, tão vinculada está a agricultura com a economia geral do país. Esclareceu que o Haiti dispõe da necessária estrutura econômica em condições de receber financiamento externo e assim melhorar sua tecnologia, mas que a atual crise internacional de fato impediu que isso acontecesse. Seria necessário compartilhar recursos a fim de evitar um círculo vicioso, com a persistência da proliferação dos problemas de analfabetismo, fome, instabilidade social, guerra e doença. Graças ao maior comércio internacional com a América Latina e o Caribe, o Haiti poderá tornar-se mais solvente, ao mesmo tempo em que reduziria sua dívida externa.
- 3.13 O Representante da Nicarágua, Sr. Salvador Mayorga, Primeiro Vice-Ministro do Desenvolvimento Agrícola e Reforma Agrária, iniciou sua exposição salientando a vulnerabilidade dos países centro-americanos à atual crise instalada no cenário agrícola internacional, especialmente no que

se refere à redução dos preços de exportação e às crescentes restrições macroeconômicas.

- 3.14 Salientou também que o influxo de recursos para fins bélicos causou a morte de dezenas de milhares de pessoas na zona rural, destruiu equipamento agrícola e determinou que grande extensão de terras fosse abandonada. A agressão econômica externa, observou ele, prejudicou seriamente as indústrias da banana, do açúcar e da carne e limitou a importação do equipamento necessário à agricultura. Ao mesmo tempo, o Sr. Mayorga reconheceu a necessidade da introdução de mudanças estruturais internas e da modernização técnica da população rural.
- 3.15 A Nicarágua, disse ele, apóia soluções conjuntas para a paz centro-americana - como, por exemplo, a reunião de Esquipulas- tão necessárias ao desenvolvimento econômico da Região.
- 3.16 A seguir, usou da palavra o Representante do Canadá, Sr. Charles Mayer, Ministro de Estado do Ministério da Agricultura desse país. Observou ele que era uma honra para o Canadá servir de sede à IX CIMA e que os objetivos desta eram dignos de nota; salientou que cumpria encontrar os meios para uma ampla recuperação econômica. A seu ver, será essencial a coordenação e cooperação entre todas as partes interessadas, e a primeira medida para isso seria definir os objetivos comuns. Observou também que uma das prioridades do Canadá era estimular o papel da mulher no desenvolvimento.
- 3.17 O Sr. Mayer anunciou que o Canadá contribuirá com US\$4,5 milhões para incrementar as atividades do Plano de Médio Prazo e dos cinco programas básicos do IICA, e observou que todos esperavam que a Conferência desse bons frutos.
- 3.18 A seguir, o Presidente deu a palavra ao Sr. Mario E. Jalil, Subdiretor-Geral e Representante Regional da FAO, que transmitiu as saudações do Diretor-Geral dessa Organização, Sr. Edouard Saouma. O Sr. Jalil salientou que a atual crise da América Latina e do Caribe é a pior dos últimos 50

anos, em virtude do rápido aumento líquido da dívida externa da Região, e que, em consequência da inflação, haviam aumentado os preços ao consumidor, em vez de aumentarem as receitas de exportação, como se previa.

- 3.19 Mencionou que a partir de 1981 a produção agrícola nacional vinha registrando ritmo irregular de aumento que não se equiparava ao do crescimento da população; que a isso se acrescentavam salários agrícolas reduzidos, contínuas altas de preços ao consumidor e menores importações de alimentos, o que, em conjunto, provocou em vários países a deterioração dos índices nutricionais. Observou que os agricultores tiveram de enfrentar deprimida demanda de alimentos, maiores custos de produção e crédito, redução ou eliminação de subsídios e a diminuição dos investimentos públicos na agricultura. Acrescentou que a isso se somavam os desequilíbrios estruturais característicos da agricultura regional, que foram acentuados pela crise e o ajustamento; os programas de combate à pobreza, à desnutrição e à deterioração ambiental foram afetados pela redução das dotações de recursos fiscais.
- 3.20 Anunciou que a FAO, atendendo a pedido formulado pelos governos da Região na XIX Conferência Regional, realizada em Barbados em agosto de 1986, levava a cabo importante estudo sobre o potencial e as perspectivas do desenvolvimento alimentar, agrícola e rural na América Latina e no Caribe. Salientou que esse estudo, que vem sendo preparado com a estreita colaboração de outros organismos, inclusive do IICA, orienta-se para a ação e conterà sugestões sobre políticas que ajudem os governos a agir e a desenvolver suas próprias estratégias, bem como a formular seus próprios programas de desenvolvimento setorial.
- 3.21 Declarou que, a fim de concluir o estudo e suas recomendações, a FAO se propôs a obter o apoio de eminentes especialistas em agricultura da Região e dos responsáveis pela formulação e aplicação das políticas nacionais agrícolas. Observou que, com essa intenção, organizará duas reuniões na Região, a primeira em outubro de 1987, em Santiago,

Chile, e a segunda em princípios de 1988, nas quais serão revistos os principais elementos do plano de ação e a viabilidade das políticas constantes do referido estudo.

- 3.22 O Representante do Chile, Sr. Emilio Madrid, Presidente Executivo do Instituto de Pesquisa Agrícola do Ministério da Agricultura, iniciou sua exposição reiterando questões de interesse previamente abordadas por outros representantes de países: preços em baixa, salários, ajuda externa e crescentes níveis de endividamento e subsídios protecionistas. Observou ele que a agricultura tem grande peso econômico e pode estimular o crescimento, com forte efeito multiplicador, mediante suas exportações, à medida que estas se diversifiquem.
- 3.23 Na opinião do Sr. Madrid, deve haver uma frente comum formada por países do Primeiro e do Terceiro Mundo, bem como amplo consenso quanto à liberalização de mercados. No seu entender, os documentos de trabalho e de referência preparados para a IX CIMA tinham adequada orientação; cumpre que a economia moderna seja por força mista (privada/pública) e que as necessidades sociais não sejam segregadas das necessidades econômicas.
- 3.24 Após sugerir uma série de políticas globais necessárias (preços liberados, mercados abertos, tarifas razoáveis, maiores incentivos, aperfeiçoamento tecnológico, desenvolvimento rural e estudos sobre comercialização/consumo, entre outras), o Sr. Madrid declarou que as políticas internas do Chile acompanham *pari passu* as externas. Informou que a agricultura de seu país experimentou um crescimento de 18,5% nos últimos cinco anos e que, nos últimos dez, as receitas da agricultura se elevaram de US\$62 milhões a US\$1,1 bilhão. Segundo ele, ainda há grande necessidade de diversificação e de políticas macroeconômicas adequadas, como parte de um esforço internacional conjugado no sentido do melhoramento das condições do setor.

- 3.25 O Representante da Guiana, Sr. Patrick L. McKenzie, A.A., Ministro da Agricultura, nas suas considerações, elogiou a documentação preparada sobre o tema 1, porém salientou duas áreas que poderiam ser mais elaboradas: em primeiro lugar, observou ele, a agricultura ainda é de capital importância na maioria de nossos países, embora seu papel se venha deteriorando, em grande parte devido aos enormes investimentos de capital necessários. Observou também que tanto "os que têm" como "os que não têm" sabem disso e indagou se não haveria talvez o risco de uma aceitação tácita desse fato, de uma familiaridade com o problema que fazia com que não se desse ao mesmo a devida atenção, e que não se devia permitir que isso ocorresse.
- 3.26 Em segundo lugar, disse ele, a Guiana, como muitos outros países, acha-se em atraso no que se refere à tecnologia agrícola moderna e, ao que parece, seria conveniente reforçar o apoio às instituições de pesquisa, tais como o IICA, o CIAT, o CARDI e outras. Acrescentou que o treinamento recebido nessas instituições resultará em redução da pobreza e promoverá novos produtos destinados a aumentar o comércio.
- 3.27 O Sr. McKenzie concluiu o seu discurso insistindo em que não se procura simplesmente caridade, mas influxos de tecnologia moderna que promovam e melhorem a produção, cuja renda permitirá a países como a Guiana a aquisição de novos insumos e a sua integração, na nova economia do Hemisfério, como membros viáveis.
- 3.28 O Presidente felicitou os representantes pela qualidade e sinceridade de suas exposições.
- 3.29 Levantou-se a sessão às 16,35h.

QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

- 4.1 A Quarta Sessão Plenária da CIMA iniciou-se às 8,30h da terça-feira, 10. de setembro. O Presidente concedeu imediatamente a palavra ao Representante de Trinidad e Tobago, observando a ordem de inscrição dos oradores. O Sr. Ministro Lincoln Myers, após agradecer a hospitalidade canadense, informou que no dia anterior, 31 de agosto, seu país comemorara 25 anos de independência, fato que desejava compartilhar com seus amigos presentes. Externou seu reconhecimento ao Canadá por seu apoio e sobretudo pelos recentes acordos no CARIBCAN destinados a permitir o acesso preferencial dos produtos do Caribe ao mercado canadense.
- 4.2 A seguir, indicou que se encontram em fase final de elaboração no seu país o plano e estratégia de desenvolvimento quinquenal para o setor agrícola (1988-1992) e que as análises levadas a efeito se harmonizam com as proposições sobre essa problemática constantes dos documentos de trabalho elaborados pelo IICA e com as observações feitas na Conferência.
- 4.3 O Sr. Myers ressaltou a determinação de buscar a maximização do setor agrícola e enumerou os obstáculos defrontados neste processo. Indicou que Trinidad e Tobago tem planos de implementação de políticas fiscais, financeiras e de importação mais justas, de distribuição de terras com alguns serviços de infra-estrutura, de serviços de educação e capacitação, incorporando temas pertinentes nos programas educacionais do país.
- 4.4 Citou de maneira especial os problemas do comércio internacional, o protecionismo prevalecente nos países desenvolvidos e o crescente endividamento externo e, de modo geral, o processo de debilitamento das economias dos países pequenos, bem como a necessidade de que sejam encontradas soluções comuns para essas tendências negativas.

- 4.5 Mencionou ainda, como de fundamental importância, a defesa de nossa posição nos foros internacionais, tais como a UNCTAD e a Rodada do GATT no Uruguai.
- 4.6 Finalizando, declarou que sua Delegação apóia o estudo que a FAO está realizando sobre o impacto da produção agrícola nos países da América Latina e do Caribe e que, nesse contexto, considerava que os esforços e recursos conjuntos da FAO e do IICA deveriam complementar-se na consecução desse trabalho, o mesmo ocorrendo em relação à cooperação desses organismos nos trabalhos do CARICOM.
- 4.7 O Presidente cumprimentou a Delegação de Trinidad e Tobago por seu aniversário, tendo as Delegações se associado a essa saudação. A seguir, foi dada a palavra ao Representante da Venezuela.
- 4.8 O Sr. Ministro Felipe Gómez Alvarez, após fazer um caloroso agradecimento ao Governo e povo canadenses, expressou que os documentos preparados pelo IICA e o resumo apresentado pelo seu Diretor-Geral consubstanciam com precisão a problemática do setor agrícola na América Latina e no Caribe.
- 4.9 Continuando, disse que apesar do endividamento externo que nos aflige, a agricultura é o setor que nos assegura um futuro melhor. A propósito, ressaltou as políticas setoriais destinadas a estimular o crescimento agrícola, apontando aquelas que estão sendo aplicadas no seu país e indicando os fatores endógenos e exógenos que as limitam. Mencionou a política participativa, com gabinetes de ampla representação do setor público, produtores de médio porte, criadores de gado e agricultores; as políticas para a melhoria da produtividade a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas; as políticas de estímulo ao produtor (preços justos, crédito); a política agrária mediante reformas para destinar terras e dar contribuição tecnológica às unidades rurais de produção, assim como as políticas de comercialização, todas as quais têm dado resultados muito bons.

- 4.10 Mencionou, ainda, os fatores exógenos que afetam o setor, tais como as medidas internacionais em matéria de comercialização de produtos agrícolas, os vultosos subsídios que alguns países desenvolvidos destinam à promoção de suas exportações e os problemas que essa prática acarreta. Indicou que nossos povos esperam o apoio dos países desenvolvidos e que vê este foro como um instrumento que nos leve a alimentar fê em nosso próprio destino, num país como o Canadá que tem por emblema um símbolo do reino vegetal: a folha do bordo.
- 4.11 O Presidente concedeu a palavra ao Representante de Dominica, Sr. Charles Maynard, Ministro da Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo, que em breve exposição solicitou que os países de língua inglesa do Caribe tenham, seja nos documentos, seja nas ações, um lugar de mais destaque. Mencionou também que no CARICOM se dá a maior importância a produtos tais como a banana, o café e produtos agropecuários, na qualidade de elementos de exportação. A seguir, ressaltou a necessidade de que se revejam os termos de troca comercial e se obtenha tratamento mais favorável para os produtos agrícolas, assim como a remoção dos subsídios dados pelos países desenvolvidos a essa classe de produtos.
- 4.12 Também fez menção à necessidade de proporcionar aos agricultores condições favoráveis de crédito e de melhorar os serviços de infra-estrutura. Ressaltou o quanto é importante para os países pequenos que a agricultura cresça em ritmo sustentado, que se abram mercados para seus produtos, que se receba apoio para o fortalecimento do setor, que haja participação do homem do campo nos níveis de consulta e que se consiga uma cooperação conjunta em todos os foros. Acrescentou que esta reunião constitua uma excelente oportunidade para que as preocupações e necessidades dos países do Caribe se fizessem sentir.
- 4.13 O Presidente concedeu a palavra à Delegação do México, cujo representante indicou que no tema Política de Incentivos na Modernização da Agricultura, hoje tratado, bem como no tema

1, de ontem, cumpria haver uma visão macroeconômica e internacionalista. Indicou que era acertada a série de interrelações estabelecidas, porém que não se chegava a precisar uma orientação social definida do projeto de desenvolvimento econômico a que se aspira. Declarou que considerava ser ação prioritária a racionalização da política de preços e de investimento público. Disse ainda que, nas proposições constantes do documento, não se define cabalmente um novo modelo econômico de desenvolvimento, dada a ambigüidade implícita na revisão dos programas de ajustamento, embora as propostas sejam válidas.

- 4.14 No tocante às reflexões finais do documento a respeito das modalidades de organização do setor público para a formulação de políticas de fomento, destacou que na maioria de nossos países tais políticas são implementadas de maneira independente e às vezes contraditórias em relação a medidas de outras áreas ou organismos do setor público agrário. Enfatizou a necessidade de que sejam criados mecanismos de coordenação institucional e de que se conte com estudos sobre o efeito das variáveis macroeconômicas na agricultura, tal como propõe o documento.
- 4.15 A seguir, o Presidente deu a palavra ao Representante da Colômbia, Sr. Luis Guillermo Parra, Ministro da Agricultura, o qual se manifestou convencido de que o modelo de desenvolvimento atual em muitos países latino-americanos não gera um crescimento estável e sustentado. Fez uma exposição sobre o modelo de economia social que o Governo da Colômbia pôs em prática com o fim específico de erradicar a pobreza absoluta. Assinalou que à medida que esse modelo se foi implementando, foram detectados desajustamentos que cumpre corrigir, o que tornou indispensável que se fossem modificando as políticas de distribuição da renda, tendo em vista gerar receitas para os mais pobres.
- 4.16 Entre os instrumentos que estão sendo utilizados para erradicar a pobreza absoluta sem sacrificar o crescimento econômico, além da dotação de terra, equipamento básico e melhoramentos indispensáveis, citou a reorientação do

investimento público, as despesas de caráter social e o delineamento de políticas de estímulo aos setores produtivos mais pobres. Disse que também está sendo fomentado um plano de descentralização política e administrativa dentro do quadro de substituição gradual de importações; que estão sendo fortalecidos os investimentos físicos com capital e tecnologia em benefício do setor agrícola, bem como as instituições de desenvolvimento tecnológico integral.

- 4.17 O Sr. Parra acrescentou que os países em desenvolvimento entendem que são justas as reiteradas reivindicações acerca de acordos internacionais para a estabilização de preços de produtos básicos e a supressão de barreiras protecionistas, bem como de acordos monetários e de revisão das condições para o pagamento da dívida externa.
- 4.18 Finalmente, solicitou que a opção proposta por seu governo fosse apoiada no contexto internacional como um caminho alternativo, pois na hipótese de que persista o modelo de desenvolvimento em vigor, as perspectivas seriam ainda mais graves. Em nome do Presidente Barco e do Governo da Colômbia formulou um convite a todos os participantes deste foro para que concorram à reunião continental sobre o tema Pobreza Absoluta, convocada para realizar-se em Bogotá em meados de fevereiro de 1988.
- 4.19 O Presidente concedeu a palavra ao Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura de São Vicente e Granadinas, Sr. Marcus De Freitas, que expressou seus agradecimentos ao Governo do Canadá por sua hospitalidade. A seguir, indicou que compartilhava da preocupação externada pelo seu colega de Dominica a respeito da participação dos países do Caribe neste foro. Também manifestou que havia acompanhado com grande interesse os debates sobre a pobreza e os problemas de comércio que afetam nossa capacidade de proporcionar serviços e oportunidades aos agricultores de nossos países.
- 4.20 Elogiou a intervenção do Representante da Guatemala e ressaltou que os atuais termos do comércio internacional devem mudar, que devemos ser mais participantes nesse campo

tão importante e que nos permitiria, se melhorado, investir recursos para nosso próprio desenvolvimento, como o fizeram outros países do Extremo Oriente. Declarou que era necessário conhecer o comportamento dos mercados e propor soluções para possíveis problemas externos, a fim de evitar que o sistema seja manipulado. Dessa forma, acrescentou, poderíamos formular estratégias para penetrar nos mercados de produtos agrícolas, o que agora é muito difícil para os países pequenos.

- 4.21 Concluiu contando uma anedota sobre um missionário na China, para ilustrar que devemos resolver muitos problemas por nossa própria conta, tanto na ordem material como na espiritual. Acrescentou que confiava em que os países desenvolvidos prestarão sua colaboração e ajuda solidária no sentido de melhorar nossa infra-estrutura, nossas comunicações, oferecendo assistência técnica e cooperando de maneira geral para a solução de nossos problemas.
- 4.22 O Representante de Grenada definiu o papel do setor agrícola na economia de seu país, de apenas 1.000.000 de habitantes. O setor contribui com 25% do PIB, emprega 33% da força de trabalho e gera 90% das divisas, com seus três produtos: coco, banana e noz moscada. Insistiu nos problemas específicos que o seu país enfrenta como pequeno Estado dependente e em via de desenvolvimento, mencionando, entre outros, os problemas de comercialização agrícola, zoonosológicos, de alto desemprego, de escassos recursos e de baixa produtividade. Instou a comunidade internacional a que preste maior assistência por intermédio de organismos multilaterais e de relações bilaterais com países amigos.
- 4.23 Ao pleitear um tratamento diferenciado das pequenas economias das ilhas do Caribe, o Representante de Grenada qualificou de falso e inadequado o critério de renda per capita utilizado pelas entidades internacionais de financiamento para determinar o nível de assistência aos países em desenvolvimento. Assinalou que, nos documentos de trabalho da CIMA, havia sido omitido o caráter especial dos pequenos países da Região. Finalmente, unindo-se ao apelo

da Guiana, manifestou desejo de que o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI) se converta em centro internacional de pesquisa.

- 4.24 O Representante de Honduras, Sr. José Montenegro, Vice-Ministro dos Recursos Naturais, observou que a análise da agricultura hondurenha revela a necessidade de modificações de fundo nas políticas do setor. Acrescentou que é essencial que os países desenvolvidos tomem importantes decisões em suas políticas agrícolas, como fator decisivo para solucionar a crítica situação dos mercados internacionais, com suas medidas protecionistas.
- 4.25 Em seguida, o Representante de Honduras reiterou a necessidade de que os países desenvolvidos contribuam para a criação de ambiente adequado ao desenvolvimento agrícola e rural dos países da Região, a fim de que possam enfrentar com realismo a problemática do endividamento externo e do melhoramento do nível de bem-estar de seus povos. Concluiu instando os presentes a que se manifestem a favor do Plano de Paz proposto pela Delegação da Guatemala.
- 4.26 O Presidente concedeu a palavra ao Representante do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Sr. Avishai Braveman, que, em nome do Presidente do Banco Mundial, Sr. Conable, reiterou a cooperação desse Banco para o desenvolvimento agrícola em geral, e da América Latina e do Caribe em particular. Em seguida, destacou quatro temas: a necessidade de despertar o interesse da comunidade internacional para o pleno desenvolvimento da agricultura, com a eliminação das barreiras comerciais, inclusive das impostas pelos países desenvolvidos; a necessidade de políticas macroeconômicas e setoriais apropriadas, como elemento-chave para um desenvolvimento agrícola idôneo; a eliminação da tendência urbana dos investimentos e das políticas de preço e taxas de câmbio; e, finalmente, a necessidade de maiores ajustamentos para aliviar a pobreza, bem como de projetos de assistência para o homem pobre do campo.

- 4.27 O Representante do BIRD, após salientar que a maior cooperação e a melhor comunicação entre todos os participantes do processo de desenvolvimento são essenciais para o desenvolvimento agrícola, pediu aos participantes da reunião bem como ao pessoal de seu próprio Banco, que enviem maior esforço nesse sentido. Como porta-voz do Banco, prometeu melhorar a qualidade da análise de suas políticas.
- 4.28 O Representante da Bolívia, Sr. José Guillermo Justiniano, Ministro da Agricultura, após expor os elementos externos e internos de importância fundamental para o futuro da agricultura dos países da Região, observou que a modernização agrícola devia ser equilibrada, uma vez que muitos países não estavam em condições de estabelecer um processo de mecanização em massa. Passou então a expor, de maneira breve, a crítica situação econômica do seu país, que está passando por fortes ajustamentos estruturais em consequência da queda dos preços dos minérios e hidrocarbonetos.
- 4.29 Por último, o Representante da Bolívia insistiu no papel principal da agricultura como geradora de emprego produtivo, que evita o êxodo em massa do campo para a cidade. Concluiu observando que a possibilidade de exportação agrícola da Bolívia e de outros países em desenvolvimento depende, em grande medida, da liberalização do mercado mundial de alimentos, atualmente afetado por políticas protecionistas e por subsídios diretos e indiretos.
- 4.30 O Representante de Barbados, Sr. Clifton E. Maynard, Ministro da Agricultura, Alimentos e Pesca, observou que a economia mundial chegara a uma encruzilhada em que os países da América Latina e do Caribe se viam cada vez mais afetados por acontecimentos externos, sobre os quais não tinham praticamente controle algum. Salientou a diferença cada vez maior entre os países ricos e os países pobres e assinalou que não se podia retardar os esforços de paz numa parte de sua Região.
- 4.31 Quanto ao tema da liberalização do comércio, o Representante de Barbados elogiou os esforços do GATT, ao mesmo tempo

que questionou o "dumping" nos países em desenvolvimento, que desestimula sua produção agrícola. Também criticou o critério utilizado pelas agências de financiamento para o acesso a recursos financeiros e que se baseava na estimativa da renda per capita, instando essas entidades internacionais a que procurem entender melhor os problemas do Terceiro Mundo, especialmente os das pequenas ilhas e outros Estados em desvantagem na Região.

- 4.32 Finalmente, o Sr. Maynard referiu-se à necessidade da tecnologia moderna para que a agricultura seja competitiva, indicando que as instituições de pesquisa regional e sub-regional podiam desempenhar papel central na transferência de conhecimentos. Concluindo, lembrou que os recursos humanos são o elemento mais importante e instou os Estados membros a que respeitem o princípio da igualdade, independentemente da capacidade de contribuição de cada um deles.
- 4.33 O Representante de El Salvador, Sr. Carlos Aquilino Duarte Funes, Ministro da Agricultura e Pecuária, fez um resumo da situação econômica do seu país desde 1979 e observou que, para o difícil processo de democratização então iniciado, a reforma agrária, num país exportador agrícola como o seu, fora condição indispensável. Enumerou então as três principais reformas de seu Governo, ou seja, a nacionalização do sistema financeiro, a estatização do comércio exterior e a mencionada reforma agrária, ao mesmo tempo que salientou a urgência de que se racionalize a utilização dos recursos naturais.
- 4.34 O Ministro Duarte Funes discorreu sobre as estratégias mais urgentes para a cooperação internacional: o processo de treinamento e educação como fator de desenvolvimento; a assistência técnica e financeira destinada ao setor público agropecuário, a fim de aumentar a capacidade administrativa; e os aspectos relacionados com a agroindústria e os sistemas de irrigação. Salientou a criação de novo modelo de organização produtiva do setor agropecuário, bem como a necessidade de reformas estruturais na comunidade internacional.

- 4.35 Finalmente, o Representante de El Salvador referiu-se ao problema da guerra e salientou que a solução da questão salvadorenha era essencialmente política, relacionada com a solução regional, que por sua vez consistia na pacificação, democratização e no desenvolvimento econômico. Como membro do CORECA, solicitou aos presentes que apoiassem o projeto de resolução sobre o Plano de Paz, apresentado pela Delegação da Guatemala.
- 4.36 O Representante de Santa Lúcia, Sr. Ferdinand Henry, Ministro da Agricultura, iniciou sua exposição observando que os temas propostos pelo IICA para a Conferência eram uniformemente pertinentes e bem escolhidos. Na sua opinião, prosseguiu ele, para corrigir a situação crítica atual, os pequenos países insulares do Caribe necessitam de esforços mais concentrados por parte das agências internacionais. Declarando que um dos produtos de exportação — a banana — representa 80% da receita de exportação de Santa Lúcia, enumerou graves problemas internos, entre eles o aumento da importação de alimentos, a redução do número de agricultores e das terras cultivadas, e a fragmentação da agricultura.
- 4.37 O Ministro Henry assegurou ao plenário que seu país vinha intensificando esforços no sentido de implementar nova e dinâmica política de diversificação, com o apoio de grande número de organismos internacionais. Entre as áreas específicas definidas como prioritárias acham-se as seguintes: sistemas modernos de administração e informação, descentralização de estruturas institucionais, geração e transferência de tecnologia (especialmente de biotecnologia), capacitação de técnicos e da mulher rural, e promoção do comércio extra-regional e intra-regional. Concluiu sua exposição realçando o papel central do IICA em todos esses esforços e insistindo em que a união política dos países da Organização dos Países do Caribe Oriental é iminente e deveria ser orientada pela Declaração e pelas recomendações da IX CIMA.
- 4.38 Levantou-se a sessão às 12,20h.

QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

- 5.1 A Quinta Sessão Plenária iniciou-se às 14,25h da terça-feira, 10. de setembro, sob a presidência do Vice-Ministro da Agricultura do Canadá, Sr. Jean-Jacques Noreau.
- 5.2 O Representante de St. Kitts e Nevis, Sr. Hugh C. Heyliger, Ministro da Agricultura, Terras, Habitação e Desenvolvimento, salientou o papel do pequeno produtor como base das políticas agrícolas, mencionando especialmente a integração da mulher ao processo de desenvolvimento. Acrescentou que as novas diretrizes deviam orientar-se para o desenvolvimento econômico e social da população.
- 5.3 No contexto dos ajustamentos estruturais, lembrou o Ministro Heyliger que a produção agrícola de seu país se baseia no açúcar, monocultura que representa 60% das exportações, 20% do PIB e 30% do emprego do país. Isto requer enfoque realista, especialmente pelas características de seu país, de grande dependência econômica e seriamente afetado pelas condições internacionais. Insistiu na criação de programas específicos para países pequenos do Caribe, ao mesmo tempo que questionou o critério baseado na renda per capita para medir a ajuda a pequenos países, como o seu, por parte dos países desenvolvidos. Observou que o desenvolvimento dos povos deve ser a meta última, e não só o interesse econômico.
- 5.4 Em seguida, o Representante de St. Kitts e Nevis referiu-se a diversos problemas de seu país, tais como a dificuldade de acesso aos mercados internacionais, somada ao peso dos ajustamentos estruturais, e as altas taxas de juros dos empréstimos. Finalmente, comunicou aos presentes a intenção de seu país de ingressar no IICA.

- 5.5 O Representante do Canadá, Sr. John E. McGowan, Assistente Principal do Vice-Ministro da Agricultura, levantou a questão dos incentivos, insistindo na necessidade de ações complementares (políticas macroeconômicas e setoriais e ações dos setores público e privado). Observou que essa complementariedade deve ser cuidadosamente planejada, de maneira a evitar redundância ou excessiva concorrência, mas ao mesmo tempo os produtores e suas organizações de auto-gestão devem ter adequado acesso aos serviços governamentais. O Sr. McGowan concluiu salientando a necessidade de incorporar a mulher ao processo de desenvolvimento e de traçar políticas de incentivos relativas a produtos, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, que se orientem para a comercialização.
- 5.6 O Representante da República Dominicana, Sr. Juan Francisco Grullón, Subsecretário de Pesquisa, Extensão e Capacitação Agropecuária, definiu as prioridades do setor agropecuário de seu país. Mencionou, entre outros aspectos, a diversificação da produção primária e industrial, de cultivos tradicionais, cuja colocação em mercados internacionais é seriamente limitada pelo protecionismo dos países desenvolvidos; o manejo adequado dos recursos naturais e a concentração de recursos nos assentamentos rurais.
- 5.7 O Sr. Grullón manifestou o desejo de que os organismos internacionais de cooperação tomem as necessárias medidas de apoio aos autênticos esforços de desenvolvimento dos países da Região, encarando o homem do campo como sujeito e não como objeto.
- 5.8 Em seguida, usou da palavra o Representante do Chile, Sr. Emilio Madrid, Presidente Executivo do Instituto de Pesquisa Agrícola. Em referência ao tema 3, observou ele a relativa falta de sistemas nacionais de transferência de tecnologia, insistindo na necessidade da captação de recursos para seu estabelecimento; elogiou os esforços de alguns países desenvolvidos e de entidades internacionais nesse sentido. Salientou especialmente a necessidade de fortalecer a pesquisa em matéria de biotecnologia, em atendimento

à crescente demanda interna. Por conseguinte, pediu à Conferência que recomende a procura dos necessários recursos orçamentários para maior apoio à pesquisa biotecnológica nos centros internacionais de pesquisa, especificamente solicitando ao BID e ao IICA que, para isso se empenhem junto ao CGIAR.

- 5.9 O Representante do México, Sr. Carlos Vidalí Carbajal, Diretor-Geral de Relações Internacionais da Secretaria de Agricultura e Recursos Hidráulicos, em suas considerações sobre o tema 3, salientou inicialmente uma orientação comum de política, embora talvez falha: a geração e transferência de tecnologia com mais frequência utilizada para melhorar qualitativa e quantitativamente as exportações, ao passo que sua utilização para aumentar a auto-suficiência das produções rurais é amíúde descurada.
- 5.10 O Sr. Vidalí observou, a seguir, que a atual deterioração das vantagens comparativas decorre, em grande parte, da geração de nova tecnologia em empresas internacionais privadas e entre estas, as quais impedem o acesso à nova tecnologia mediante o registro de patentes. Salientou que se deveria procurar o equilíbrio entre os mercados internos (nacionais) e externos de novas tecnologias, através, por exemplo, do direito de usufruto de certa tecnologia patenteada.
- 5.11 O Representante do México salientou a importância de negociações multilaterais e bilaterais como as do GATT nas tentativas de solução dos problemas de provisão de alimentos, e que não só a agroindústria deve se beneficiar da nova tecnologia.
- 5.12 O orador seguinte, o Representante da Argentina, Sr. Víctor Eduardo Machinea, Diretor do Serviço Agrário Internacional, observou que os aspectos relacionados com a geração e transferência de tecnologia eram de especial importância para seu país, que registrara considerável crescimento das taxas de produção, mas se ressentira com a queda dos preços. Fazendo eco às palavras do Representante do México, o

Sr. Machinea insistiu em que todos os processos de geração e transferência de tecnologia devem empenhar-se em reduzir as drásticas diferenças entre as sociedades da Região, procurando institucionalizar acesso equitativo a tais benefícios.

- 5.13 Citando o dito popular a respeito de que nos cabe guardar a terra em custódia para os nossos filhos, instou a Conferência a incluir na sua Declaração a importância de políticas adequadas de conservação do solo. Concluiu indicando que algumas das funções dos atuais centros internacionais de pesquisa deviam ser transferidas aos centros nacionais e, como exemplo, citou as experiências do INTA o do PROCISUL.
- 5.14 O Representante do Canadá, Sr. John E. McGowan, realçou a importância da tecnologia na América Latina e no Caribe e observou que os países menores se devem reunir para efetivamente conseguí-la e, juntamente com os países maiores, devem utilizar os centros internacionais de pesquisa. Observou também que a Região é especialmente deficiente no que se refere às ciências biológicas que servem de base à pesquisa biotecnológica moderna e que esta última deve ser encarada do ponto de vista de seu potencial e não de seus benefícios específicos. O Sr. McGowan concluiu dizendo que o apoio à geração e transferência de tecnologia é um dos principais aspectos do programa quadrienal de apoio do Canadá ao IICA.
- 5.15 O Representante do Paraguai, Sr. Luís Alberto Alvarez, Diretor dos Serviços de Pesquisa e Extensão para a Agricultura e a Silvicultura, iniciou seu discurso citando os numerosos problemas que afetam o setor agrícola. Continuou dizendo que o Paraguai havia feito progresso quanto aos mercados externos, com o aumento de sua produção de soja, algodão, gado e trigo, o que de certo modo ajudara a diminuir os desequilíbrios internos e a aliviar o serviço da dívida externa. O Sr. Alvarez declarou que o Paraguai procurara a ajuda em grande escala de organismos internacionais e instou a que os futuros planos de ação do IICA

concedam alta prioridade às atividades de pesquisa, a fim de elevar o nível de bem-estar rural.

- 5.16 O Representante de Trinidad e Tobago, Sr. Lincoln Myers, M.P., Ministro da Produção Alimentar, Exploração Marinha, Silvicultura e Meio Ambiente, começou declarando estar em geral de acordo com a documentação sobre o tema 3, mas observou que se deveria dispensar maior atenção ao problema de escala. Na sua opinião, cumpre planejar tecnologia "intermediária" adequada aos pequenos países do Caribe, observando que o novo papel do CARDI no sistema do CGIAR muito contribuiria para a realização dessa tarefa.
- 5.17 O Sr. Myers manifestou preocupação no sentido de que algumas pesquisas biotecnológicas atuais se concentram em métodos de cultivo de produtos tropicais em países de clima temperado, o que bem poderia pôr em perigo os futuros mercados de produtos de exportação da América Latina e do Caribe, aspecto que talvez devesse ser reconsiderado.
- 5.18 O Representante da Jamaica, Sr. Clarence Franklin, Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, tomou a palavra para salientar o problema dos meios inadequados de transferência de informação sobre a nova tecnologia. Na sua opinião, a cooperação entre a Jamaica e renomados centros de pesquisa como o CIMMYT e o CATIE é com frequência entravada pela falta de comunicação entre as fontes de dados e pela barreira do idioma.
- 5.19 O Presidente observou então que a Sexta Sessão Plenária, programada para as 8,30h de 2 de setembro, devia incluir a discussão do tema 4, bem como a consideração do projeto de Declaração de Ottawa.
- 5.20 Levantou-se a sessão às 15,40h.

SEXTA SESSÃO PLENÁRIA

- 6.1 A Sexta Sessão Plenária da CIMA iniciou-se às 8,45h da quarta-feira, 2 de setembro de 1987. O Presidente concedeu a palavra ao Representante da Costa Rica, Sr. Osvaldo Pandolfo, Vice-Ministro da Agricultura e Pecuária, que após agradecer ao Governo do Canadá sua hospitalidade e ao IICA o excelente trabalho realizado na elaboração dos documentos básicos, leu uma carta do Sr. Ministro da Agricultura da Costa Rica, a quem acontecimentos inesperados de última hora haviam impedido de viajar.
- 6.2 O Sr. Pandolfo fez um breve resumo dos fatores negativos que incidem no crescimento do setor agropecuário dos países da Região em geral, referindo-se, de modo especial àqueles que cada um dos Representantes havia apontado e que são muito semelhantes. Externou, como motivo de preocupação, o fato de ser mais simples analisar os problemas e procurar suas origens do que encontrar soluções viáveis, propô-las e levá-las a cabo. Instou a que se assumam posições consistentes, num esforço comum, no sentido de melhorar as condições do setor agrícola de nossos países. Solicitou que os organismos internacionais adaptem suas ações para torná-las elementos de apoio na superação dessa problemática.
- 6.3 A seguir, referiu-se especialmente ao caso da América Central e à maneira pela qual os conflitos bélicos afetam o desenvolvimento econômico e social, dando ênfase à iniciativa do Presidente do seu país na formulação e negociação de um plano de paz para a região, aprovado pelos Presidentes na Guatemala e para o qual solicitava o apoio deste foro. Também pedia que a OEA e o IICA tomassem a iniciativa de criar um grupo de trabalho dos organismos do Sistema Interamericano para consolidar esforços e prover recursos econômicos e cooperação técnica.

- 6.4 O Presidente concedeu a palavra ao Representante da Guatemala, Sr. Rodolfo Estrada Hurtarte, Ministro de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que descreveu de maneira breve as ações levadas a efeito por seu Governo nos seus 20 meses de gestão. Informou que, com o plano macroeconômico, se obtivera o seguinte: a aplicação de um plano de reordenamento econômico e social para recuperar o valor cambial da sua moeda em relação ao dólar americano; a redução dos níveis inflacionários e a adoção do quetzal nas operações de exportação. Indicou que, no setor agrícola, foram estes os resultados mais importantes: a definição clara do que é preciso fazer, condensada em um documento de 49 páginas; a identificação de 30 projetos chamados "de emergência", cujo andamento está resumido em outro documento e que tratam da produção de sal, da regulamentação dos preços de fertilizantes, da transferência de tecnologia, de reservas hídricas e de outros assuntos.
- 6.5 Finalmente, o Sr. Hurtarte declarou que, no referido planejamento, também se está levando em conta o médio e longo prazo, embora a oportunidade de pô-lo em prática seja a hora presente, a fim de que o século XXI encontre um setor agrícola mais pujante.
- 6.6 O Presidente demonstrou sua satisfação pelo fato de que se encontrava presente no recinto o Ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai, Sr. Pedro Bonino Garmendia, a quem o Plenário estendeu suas boas-vindas. A seguir, o Sr. Bonino, apresentou cumprimentos ao colega John Wise, agradeceu a hospitalidade do Canadá e felicitou o IICA pela boa forma dos documentos preparados. Assinalou que, com relação ao tema a ser hoje analisado, o IICA cumprira relevante tarefa.
- 6.7 Continuando, o Sr. Bonino ressaltou que o Uruguai dispensa especial atenção às negociações econômicas internacionais, tais como as que se desenvolvem na Rodada do Uruguai do GATT, e que espera ver cumpridas as resoluções acordadas para os produtos agrícolas. Mencionou também o Grupo de Cairns, que reúne os países exportadores agrícolas que não

empregam subsídios nas suas exportações, e a Declaração da VII Conferência da UNCTAD, que oferece melhores perspectivas no tocante ao comércio internacional de alimentos e produtos básicos.

- 6.8 No que tange à cooperação regional e sub-regional no Continente, citou os acordos com o Brasil e a Argentina dentro da ALADI, bem como outros acordos sobre comércio celebrados com países da América Latina e do Caribe. Quanto à cooperação técnica, referiu-se a convênios com a Argentina sobre oleaginosas e ao apoio que o Uruguai dá a esse país em matéria de produção ovina e de registro genealógico de animais; com a Argentina e o Brasil, com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, para o controle e erradicação da febre aftosa; com o Canadá, cuja Agência para o Desenvolvimento mantém programas de cooperação em agricultura, principalmente em trigo, pescado e carnes processadas; com o México, para a cooperação científico-técnica e econômico-comercial em matéria agropecuária, florestal e hidráulica.
- 6.9 O Sr. Bonino fez ainda referência ao papel dos organismos internacionais de cooperação técnica e mencionou a forma pela qual o Uruguai tem encarado a modernização da agricultura e o processo de geração e transferência de tecnologia. Indicou que, no campo interno da pesquisa e com o apoio do IICA, fora elaborado um projeto de lei para criar um Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária.
- 6.10 Finalizando, disse que esperava resultados frutíferos desta Reunião, para melhorar a situação da agricultura na Região.
- 6.11 O Presidente concedeu a palavra ao Representante de São Vicente e Granadinas que acrescentou alguns pontos à exposição que havia feito no dia anterior. O Sr. Ministro De Freitas comentou o problema da posse da terra e a necessidade de se transferirem parcelas para os pequenos produtores agrícolas em um país com problemas topográficos, a fim de conseguir maior produção e produtividade. Solicitou ajuda para levar a cabo essa transferência, assim como a

diversificação de culturas. Manifestou a preocupação de seu país com o crescente tráfico de entorpecentes que o tem afetado. Fez referência a dois produtos, um sal e uma raiz, que são altamente comerciáveis, porém que não se apresentam de forma atraente para a exportação. Finalizou reiterando sua solicitação de colaboração dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais para os pequenos países de sua região.

- 6.12 O Presidente concedeu a palavra ao Representante de Dominica, que externou sua opinião no sentido de que o tema então em estudo se achava bem apresentado no documento, porém cabia-lhe chamar a atenção especificamente para alguns dos seus parágrafos referentes a medidas adotadas para melhorar o processo de comercialização. Esclareceu que, para os países pequenos, os mecanismos indicados não são tão eficazes e que há pautas impostas de fora. Fez referência à ajuda prestada pelo Canadá, há seis ou sete anos, para a produção de óleo de coco, com um investimento vultoso, embora logo se houvesse descoberto o problema do colesterol, o que havia tolhido o uso do produto e sua subsequente comercialização. Apoiou a iniciativa da Bacia do Caribe e a ajuda proporcionada pelos Estados Unidos aos mecanismos para o cumprimento das normas relativas a plantas e animais que regulam a exportação desses produtos.
- 6.13 O Ministro Maynard acrescentou que, no material em estudo, não se havia dado suficiente ênfase ao CARICOM e, em seguida, fez referência a partes específicas do referido documento, sobretudo às que respeitam à diversificação na produção agrícola, para incluir outros itens, tais como flores e legumes. Finalmente, reiterou o seu agradecimento ao Canadá pela atenção deste aos problemas dos países do Caribe e declarou que o IICA se achava bem posicionado, recomendando que fossem indicados os meios para fixar o calendário e as prioridades das ações necessárias.
- 6.14 O Presidente interpôs uma observação sobre as importantes normas que seu Governo adota em relação ao gado leiteiro, que foram elaboradas por um grupo de técnicos entre os

quais se conta o Sr. McGowan, a quem em seguida foi dada a palavra, na qualidade de membro da Delegação do Canadá. O Sr. McGowan declarou que o Canadá dá importância prioritária às reformas referentes ao comércio internacional, a exemplo do que sucede com os países membros do grupo Cairns.

- 6.15 Fez referência às negociações em andamento na Rodada do Uruguai, às recomendações da OCDE para a introdução de políticas menos protecionistas confirmadas na reunião de cúpula de Veneza e ao reconhecimento dessas gestões no Conselho Mundial da Alimentação e na VII Reunião da UNCTAD. Disse que os Estados Unidos tinham apresentado um projeto de reforma que o Canadá apóia, esperando todos que essas reuniões acabem por frutificar em negociações viáveis nos próximos meses.
- 6.16 Ressaltou igualmente a disposição do Canadá de apoiar os países da América Latina e do Caribe em seus esforços de integração, um dos quais diz respeito ao CARIBCAN, e o outro, anunciado na sessão de abertura, se refere à cooperação oferecida pela ACDI para que o IICA apóie projetos concretos. Manifestou que nesta Conferência as discussões ajudarão a estabelecer novos mecanismos de coordenação.
- 6.17 A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao Representante da Argentina, que frisou que, no decorrer das sessões plenárias, se torna evidente que há consenso sobre a necessidade de redefinir um novo perfil para o desenvolvimento do setor agropecuário na América Latina e no Caribe, e que a sua Delegação apóia a intensificação do comércio intra-regional como meio de chegar a melhor cooperação internacional.
- 6.18 Prosseguindo, fez uma recapitulação do que sucedeu na década de 1970 no campo das importações intra-regionais de alimentos, que foram declinando, e das conseqüências, nos últimos anos, da dívida externa e do uso crescente das exportações subsidiadas de produtos agrícolas por parte de alguns países desenvolvidos. Indicou que, diante desse

cenário, era conveniente analisar o enorme potencial de comércio agrícola que tem a Região. Apoiou o incremento do comércio intra-regional como elemento dinamizador desta e de outras áreas da economia, e aludiu aos acordos celebrados pela Argentina com países vizinhos.

- 6.19 Por último, pronunciou-se a favor de que se reforcem as posições nos foros de debate multilateral, como ALADI, CARICOM e outros, como única alternativa ante a crise do comércio internacional, bem como se fortaleçam estratégias de cooperação econômica através do Sistema Geral de Preferências tanto no eixo Norte-Sul como no Sul-Sul. Disse que a sua Delegação apresentará uma proposta de recomendação em apoio dessas posições.
- 6.20 O Presidente deu a palavra ao Representante do México, que teceu alguns comentários sobre o tema em debate e declarou que o documento se centra em duas vertentes: cooperação Norte-Sul e cooperação Sul-Sul. Com relação à primeira, declarou que na prática os esquemas preferenciais são utilizados à discrição dos países que os outorgam e que isso sucedeu no México em várias ocasiões; dando como exemplo o uso político da Iniciativa da Bacia do Caribe e as preferências da CEE. Também se referiu às negociações da UNCTAD VII e da Rodada do Uruguai, manifestando seu ceticismo quanto à verdadeira posição dos países desenvolvidos diante das reivindicações daqueles em desenvolvimento.
- 6.21 Continuou dizendo que se reconhece que os principais obstáculos ao comércio mundial não são de natureza tarifária, motivo pelo qual o argumento de que a abertura comercial por si mesma permitiria melhorar o sistema produtivo agropecuário carece de validade. Acrescentou que seria necessário incluir alternativas para uma estratégia integral de comercialização que permitisse o desenvolvimento rural dos países da América Latina e do Caribe e o estabelecimento de um mecanismo comercial fundamentado num liberalismo "controlado", com livre troca de produtos dentro da área e gradual e seletiva abertura para o exterior.

6.22 A sessão foi levantada às 10,55h.

SÉTIMA SESSÃO PLENÁRIA

- 7.1 A Sétima Sessão Plenária da CIMB iniciou-se às 14,45h da quarta-feira, 2 de setembro de 1987, sob a presidência do Ministro da Agricultura do Canadá, Sr. John Wise.
- 7.2 O Presidente solicitou ao Sr. Carlos Vidali Carbajal, Diretor-Geral de Relações Internacionais da Secretaria de Agricultura e Recursos Hidráulicos do México e Chefe da Comissão de Redação da Declaração de Ottawa, que lesse o documento preparado, assim como as recomendações propostas. Após agradecer à Secretaria da CIMB, ao IICA e a seus colegas a cooperação prestada, o Sr. Vidali fez a leitura da referida Declaração.
- 7.3 Terminada a leitura, o Presidente solicitou os comentários do plenário. O Representante da Jamaica observou que, no parágrafo 1, a paz no Hemisfério deveria ser considerada como "uma" das condições para a consecução das legítimas aspirações dos países, e não, "a" condição.
- 7.4 Neste ponto, o Representante do Paraguai pediu mais tempo para considerar a proposta da Declaração de Ottawa, uma vez que não tivera oportunidade de participar da Comissão de Redação que havia elaborado o documento.
- 7.5 O Representante da República Dominicana observou então que, embora apoiasse o sentido geral da Declaração, era necessário fazer referência, no parágrafo 13, ao papel da juventude rural no processo de desenvolvimento, juntamente com a referência ao papel da mulher, que já fora feita. A seguir, enfatizou a importância da juventude rural em seu país, e instou que fossem envidados todos os esforços no sentido de ajudar os jovens a assentarem raízes no seu meio rural natal, pois eles, à semelhança das mulheres, são

fundamentais para a interação e a manutenção da família rural.

- 7.6 Em outra breve intervenção, o Representante da Guiana sugeriu que, no parágrafo 12 da versão inglesa, se substituísse "campesino peasant" por agricultores de "subsistence". O Representante do Chile, referindo-se ao parágrafo 13, solicitou que o papel da mulher não se restringisse ao desenvolvimento "rural", mas que se reconhecesse o papel por elas desempenhado no desenvolvimento "global". Por sua vez, o Representante da Bolívia observou que "implementación", no parágrafo 1, não era uma palavra de uso corrente em espanhol.
- 7.7 O Representante de El Salvador sugeriu, então, que se concebesse uma forma de incorporação ordenada de todas as sugestões, tendo o Representante dos Estados Unidos dito que, se o número de modificações previstas fosse grande, a melhor solução seria o adiamento da aprovação da Declaração até que as modificações fossem formuladas nas comissões.
- 7.8 Neste ponto, o Presidente perguntou quantas modificações estavam sendo consideradas. Como se esperavam outras mudanças, sugeriu que se procedesse à revisão e aprovação de cada um dos parágrafos da Declaração de Ottawa. Observou ele ainda que as sugestões até então feitas se afiguravam viáveis para serem incluídas.
- 7.9 O parágrafo 1 foi aprovado, com a pequena modificação indicada. Os parágrafos 2 a 11 foram aprovados sem modificação e o parágrafo 12 foi aprovado com a pequena modificação sugerida para a versão inglesa. Seguiu-se considerável discussão quanto à maneira de modificar o parágrafo 13 e decidiu-se finalmente inserir um parágrafo (14) sobre o papel da juventude rural no desenvolvimento, que foi aprovado juntamente com o parágrafo 13 ligeiramente modificado, de acordo com a sugestão do Representante do Chile. Os demais parágrafos também foram aprovados, tendo havido apenas uma pequena modificação. O número de parágrafos passou a ser 18.

- 7.10 O Representante do Paraguai voltou a pedir mais tempo para estudar a Declaração, porém o Presidente observou que todos os representantes haviam tido a mesma oportunidade de participar da Comissão de Redação e que a Conferência deveria passar à consideração das recomendações.
- 7.11 Após a Secretaria haver lido novamente os parágrafos 13 e 14 revistos, a Declaração de Ottawa foi unanimemente aprovada pela IX CIMA. O Representante do Peru expressou seu agradecimento à Comissão de Redação por seu trabalho harmônico em tão árdua tarefa. O Representante de Honduras aderiu a essas observações, estendendo seu agradecimento ao IICA pelo excelente trabalho de preparação dos documentos para a CIMA e sugerindo que, nas próximas CIMA, a declaração fosse estudada com bastante antecedência.
- 7.12 O Presidente da Comissão de Redação, Sr. Vidali, procedeu à leitura das recomendações, a pedido do Presidente da Conferência. As Recomendações Nos. 1 (Modernização do setor público agropecuário), 2 (Programas de ajustamento setorial) e 4 (Cooperação horizontal e transferência internacional de tecnologia) foram aprovadas, com ligeira modificação semântica da primeira. A Recomendação No. 5 (Atividades do sistema do CGIAR e de outros centros internacionais de pesquisa na América Latina e no Caribe) foi aprovada com ligeira modificação dos parágrafos 1 e 3 (a referência a certas "sub-regiões" tornou-se mais geral), após comentários dos Representantes do Chile, Uruguai e Peru, e dos Srs. Vidali e Cirio.
- 7.13 A Recomendação No. 6 (Desenvolvimento da biotecnologia na América Latina e no Caribe) foi aprovada com ligeira modificação da versão em espanhol, sugerida pelo Representante do Peru.
- 7.14 A Recomendação No. 10 (Plano estratégico de ação conjunta para a revitalização da agricultura na América Latina e no Caribe) foi aprovada após a discussão das relações hierárquicas formais entre a CIMA, a JIA e o IICA, as observações

dos Representantes do Peru e da Bolívia, e os esclarecimentos do Diretor-Geral do IICA.

- 7.15 A Recomendação No. 7 (Apoio tecnológico aos países de menor desenvolvimento relativo) foi aprovada com pequena modificação sugerida pelos Representantes da Guiana e de Grenada a respeito da capacidade de realização de pesquisa nesses países. A Recomendação No. 8 (Apoio à integração regional e às negociações comerciais) foi aprovada sem modificações.
- 7.16 A Recomendação No. 9 (Estudo de estratégias para a modernização da agricultura) deu origem a calorosa discussão sobre a alínea a do parágrafo 1, que se refere a modernização. O Representante da Venezuela foi de opinião que esse parágrafo era impreciso, observando que o mesmo não mencionava a reforma agrária, que considerava um dos elementos-chave para o êxito do desenvolvimento rural. O Representante de Grenada sugeriu que a expressão "land tenure", no mesmo parágrafo, fosse substituída por "land ownership". Na discussão que se seguiu, os Representantes da Jamaica, El Salvador e República Dominicana observaram que "tenure" é termo mais amplo e que compreende a propriedade. Decidiu-se então utilizar os dois termos. Após a leitura, pelos Representantes da Venezuela e do Peru, das novas versões da alínea a do parágrafo 1, que mencionava a reforma agrária como parte do processo de modernização, a Recomendação No. 9 foi aprovada, juntamente com a Recomendação No. 3 (Apoio aos sistemas nacionais de pesquisa e transferência de tecnologia), após a inclusão de um parágrafo que não figurava na versão em espanhol.
- 7.17 Neste ponto, o Representante da Venezuela observou que, como não lhe fora possível estar presente às discussões da Declaração de Ottawa, especialmente do parágrafo 11, referente à modernização e aos meios de aliviar a pobreza rural, desejava acrescentar uma referência à consolidação de políticas de reforma agrária, tal como acontecera com a Recomendação No. 9. O Presidente observou que a Declaração de Ottawa já havia sido aprovada, mas indagou se:

havia outras delegações que quisessem reiniciar a discussão. Os Representantes do Equador, México, Estados Unidos e Trinidad e Tobago responderam afirmativamente.

- 7.18 O Presidente convidou a quem se fizessem comentários, mas esclareceu que a Declaração de Ottawa propriamente dita não estava sujeita a modificações. Seguiu-se longa discussão na qual a Representante dos Estados Unidos observou que a definição de reforma agrária, sugerida pela Venezuela, estava sujeita a dúvidas. Muitos outros representantes, especialmente os do Panamá, Bolívia, Colômbia, Equador e Nicarágua, se referiram à importância da reforma agrária em seus países e observaram que a modernização não devia ser interpretada como simples mecanização da agroindústria, mas devia concentrar-se nas necessidades do homem pobre do campo. Os Representantes da República Dominicana, El Salvador, Argentina, Trinidad e Tobago e Uruguai, embora apoiassem em geral a reforma agrária, salientaram que não havia um modelo generalizado para esse tipo de reforma e que, com frequência, as condições eram muito diferentes de um país para outro. A Representante dos Estados Unidos declarou que não podia aceitar o texto proposto pela Venezuela de emenda ao parágrafo 11 da Declaração de Ottawa, mas que as sugestões da Argentina e de outros países pareciam viáveis.
- 7.19 Ante a natureza polêmica do debate, o Presidente propôs um breve recesso para que fosse redigida uma proposta que pudesse ser aceita unanimemente. Uma vez redigida a proposta, o Presidente teve o sumo cuidado de advertir que somente consideraria a reabertura da discussão da Declaração se o texto fosse aprovado unanimemente. Procedeu-se à leitura de duas propostas de emenda ao parágrafo 11. Como nenhuma das duas foi aprovada por unanimidade, a discussão não foi reaberta.
- 7.20 A sessão foi levantada às 19,10 horas.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

- 8.1 No Centro de Convenções e sob a presidência do Ministro da Agricultura do Canadá foi realizada a sessão conjunta de encerramento da IX CIMA e da Quarta Reunião Ordinária da JIA, na sexta-feira, 4 de setembro de 1987, às 18,50h.
- 8.2 Inicialmente, e em nome das delegações, fez uso da palavra o Representante de Trinidad e Tobago, Ministro Lincoln Myers, que agradeceu a hospitalidade e as demonstrações de amizade do povo e do Governo canadense. Assinalando que tomava a liberdade de falar como Presidente por alguns minutos, o Ministro Myers solicitou ao Diretor-Geral do IICA que transmitisse, em nome dos participantes, o sincero apreço de todos pelo fato de os canadenses terem sido anfitriões tão perfeitos. Cumprimentou o Diretor-Geral e seus colaboradores pela eficiência com que haviam conduzido as reuniões.
- 8.3 Em seguida, fez um resumo dos importantes temas tratados durante os eventos, observando que nenhuma outra reunião de ministros da agricultura no Hemisfério se revestia de tamanha transcendência. Indicou ser a Declaração de Ottawa nossa Carta Magna, cabendo a todos os colegas ministros trabalhar para que os princípios e estratégias enunciados não permanecessem como mera retórica, mas se traduzissem em fatos concretos.
- 8.4 Cumprimentou os ministros e chefes de delegação por sua liderança e pelo respeito mútuo demonstrados ao longo dos debates. Finalmente, felicitou o Presidente das reuniões, Ministro John Wise, por sua personalidade, sua habilidade e sua eficiência na condução dos trabalhos.
- 8.5 A seguir, o Diretor-Geral do IICA expressou a sua satisfação por terem as reuniões da maior importância para o Instituto, chegado a bom termo. Enfatizou o fato de que a Declaração e as recomendações aprovadas definiam um consenso entre os

países sobre o papel da agricultura no momento histórico atual, a importância da sua modernização e o potencial da cooperação internacional.

- 8.6 Assinalou que, além disso, as resoluções da JIA constituíam um mandato preciso para o Instituto, por complementarem e aprofundarem a orientação técnica do Plano de Médio Prazo e o fortalecerem politicamente. Manifestou sua satisfação por ter sido o orçamento-programa de 1988-1989 aprovado com um aumento nas contribuições dos países, e renovou o compromisso de administrar os recursos do Instituto com eficiência e com vistas a atender às necessidades dos Estados membros.
- 8.7 Afirmou que considerava a decisão no sentido de que o Instituto preparasse um plano estratégico orientado para a reativação do setor agropecuário na Região como um novo desafio e a síntese do desejo dos países de que as decisões resultantes da IX CIMA se concretizem em ações. Acrescentou que, para o sucesso dessa iniciativa, cumpria obter amplo consenso quanto à importância da agricultura para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a estabilidade política e a paz na Região.
- 8.8 Concluindo, o Diretor-Geral agradeceu ao Brasil o seu oferecimento de sede para a próxima reunião ordinária da JIA; ao povo do Canadá, a sua hospitalidade; ao Ministro John Wise e seus colaboradores, o apoio prestado; a todo o pessoal, a colaboração eficiente nos trabalhos do dia-a-dia, e aos participantes, sua contribuição fundamental para as reuniões.
- 8.9 Finalmente, o Dr. Píñero fez a entrega de diplomas de reconhecimento ao Ministro John Wise, à Sra. Annie Wise e ao Sr. John McGowan, e seguindo a tradição, entregou o martelo usado nas sessões ao Presidente das reuniões.
- 8.10 O Presidente da IX CIMA e da Quarta Reunião Ordinária da JIA, por sua vez, dirigiu seu agradecimento aos representantes, por sua ativa participação e pela qualidade da contribuição por eles prestada; ao IICA, pelo nível dos serviços de secretaria; aos observadores, pelo interesse com que

havia acompanhado as reuniões; a todas as pessoas que auxiliaram, pela qualidade dos trabalhos de organização e suporte logístico, e à Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, pelo apoio prestado aos eventos.

- 8.11 Prosseguindo, salientou o alto espírito de cooperação que prevalecera nas reuniões, pois, apesar das diferenças sempre existentes, os resultados alcançados haviam sido fruto do consenso. Ressaltou que, na reunião da JIA, fora dado ao IICA respaldo para a implementação do Plano de Médio Prazo e que a Declaração e as recomendações da IX CIMA haviam estabelecido mandatos e diretrizes para ações concretas.
- 8.12 Ao terminar, assinalou que as reuniões haviam constituído uma excelente oportunidade para que os países menores compartilhassem suas preocupações e se sentissem membros ativos e plenos da nossa Instituição. Acrescentou que o Canadá se sentia honrado por ter sido o país sede das reuniões e que aguardava com entusiasmo a próxima reunião da JIA no Brasil.
- 8.13 Às 19,25h o Presidente declarou encerradas a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e a Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

IV. DECLARAÇÃO DE OTTAWA

DECLARAÇÃO DE OTTAWA

1. O espírito que norteou nossas deliberações durante a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura não foi senão o de procurar meios para o desenvolvimento econômico e social de nossos povos, como forma de assentar solidamente a democracia e a paz no Continente; estamos convencidos de que a ação solidária e o diálogo permanente são os melhores mecanismos para a realização dessa tarefa comum em que todos nos devemos empenhar. Por conseguinte, apoiamos os esforços em prol da paz em todo o Hemisfério, bem como o recente progresso havido nesse campo na América Central, como uma das condições essenciais para atender às legítimas aspirações de prosperidade socioeconômica dos países da América Latina e do Caribe, e condição fundamental para a produção agrícola e o desenvolvimento.

Inspirados nesses princípios, consideramos oportuno aprovar esta Declaração que sintetiza nossas preocupações e anseios mais prementes e indica as frentes que exigem maior urgência e prioridade em nossa atuação.

A maioria de nossos países hoje se defronta com uma crise de magnitude e amplitude nunca registradas nos quase noventa anos deste século. Ante essa grave situação, impõe-se a cuidadosa revisão das idéias sobre a atividade econômica e o desenvolvimento que por muitos anos prevaleceram em nossos países.

Tal revisão diz respeito à estratégia de médio e longo prazo, às políticas econômicas imediatas e ao peso relativo de diversos setores na reativação de nossas economias. A análise desses temas, à qual dedicamos grande parte de nossas deliberações, constitui sem dúvida importante passo no sentido da implementação de ações que permitam a nossos países retomar o caminho do desenvolvimento e superar o atraso, a pobreza e a desnutrição.

A Modernização Agrícola: Chave de uma Nova Estratégia de Desenvolvimento

2. No contexto atual e futuro de nossas economias, a modernização e a diversificação da agricultura devem constituir elemento central das estratégias de reativação econômica e de desenvolvimento de nossos países. O aumento da produtividade, que essa modernização implica, e a ampla distribuição de seus frutos representam a sólida base de uma opção de desenvolvimento econômico com poderoso efeito multiplicador sobre o resto da economia e imediata influência benéfica no mais amplo conglomerado de pobres e indigentes, o que vive precisamente na zona rural.

A Necessidade de Modificar as Condições Externas

3. A modernização da agricultura e sua contribuição para reativar economicamente a América Latina e o Caribe estão condicionadas, em grande medida, à ocorrência de mudanças no contexto internacional e à adequada atribuição de prioridade ao setor agropecuário em nível nacional.
4. É de fundamental importância que se encontrem novas alternativas de solução para o problema da dívida externa e que se chegue a um compromisso internacional que elimine substancialmente as restrições e distorções no tocante ao comércio agrícola, possibilitando aos nossos países beneficiar-se de suas maiores vantagens comparativas na produção agrícola. Afiguram-se importantes para nós os resultados da Reunião Ministerial do GATT em Punta del Este que serviram de sólida base para as negociações sobre comércio agrícola na Rodada do Uruguai, bem como a recente declaração dos países da OCDE favoráveis a uma reforma de suas políticas agrícolas e à normalização das práticas comerciais. Preocupa-nos, porém, a contradição entre esses progressos no plano declarativo e a persistência — e ameaça de agravamento — de práticas protecionistas. Declaramos que é urgente consolidar a vontade política manifestada em ações concretas, objetivo que foi reiteradamente reclamado pelo Grupo de Cairns, e consideramos que

a rodada de negociação que no momento se desenvolve plenamente no GATT oferece uma oportunidade excepcional para a consecução de tais objetivos.

5. Facilitar maior liberalização e transparência do comércio agrícola seria uma contribuição da comunidade internacional ao desenvolvimento econômico e, portanto, à paz social e à estabilidade política dos países do Hemisfério.

Do mesmo modo, a reativação da economia regional redundaria em maiores importações, com o conseqüente efeito benéfico para as economias dos países desenvolvidos e de outros em desenvolvimento, favorecendo o restabelecimento da economia mundial.

Ajustamento Necessário das Políticas Internas Globais

6. A maioria de nossos países vem procedendo a profundos e penosos ajustamentos no sentido de estabilizar suas economias e fazer frente à difícil conjuntura comercial e financeira. Nós, os Ministros da Agricultura, reiteramos a nossa convicção quanto à necessidade de introduzir essas mudanças estruturais nas economias de nossos países, sempre que coincidam com um adequado ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico e não prejudiquem os setores mais marginalizados.
7. As políticas macroeconômicas exercem uma influência cada vez mais forte na agricultura. É necessário assegurar que as mesmas sejam coerentes com os objetivos de modernização agrícola e permitam potenciar as relações intersetoriais, eliminando distorções e favorecendo o crescimento conjunto da agricultura e da indústria. Por isso, lembramos a conveniência de que se revejam os mecanismos institucionais de formulação da política econômica em muitos de nossos países, a fim de assegurar adequada participação do setor público agropecuário na definição das políticas econômicas globais que afetam a agricultura.

8. A modernização do setor público é uma das condições necessárias para a modernização agrícola em muitos de nossos países, pois é mister assegurar que os serviços públicos e a atividade econômica estatal alcancem padrões competitivos e que a função orientadora no tocante à agricultura seja eficientemente cumprida. Entre outras tarefas, será necessário redefinir as áreas de ação estatal e melhorar a complementariedade com o setor privado, modificar as normas jurídicas que regem a atividade pública, melhorar a capacidade gerencial e empresarial da gestão oficial e favorecer a descentralização operacional, quando conveniente. A cooperação técnica e financeira internacional deveria outorgar prioridade à colaboração com nossos países nesta relevante tarefa.

Modificação das Políticas Setoriais Nacionais

9. As políticas de incentivos que orientam o comportamento dos agentes econômicos requerem, na maioria de nossos países, readequação a um contexto econômico global caracterizado pela crescente competitividade dos mercados e pela escassez de recursos internos. Cumpre aumentar a eficiência e competitividade da agricultura, motivo por que as políticas setoriais de preços, investimentos e impostos deverão dar prioridade bem definida às ações promocionais, fomentar mecanismos de saudável concorrência privada e favorecer a distribuição equitativa da renda. O fortalecimento da capacidade nacional de análise e avaliação de políticas agrícolas aparece como tarefa prioritária que requererá apoio dos organismos internacionais.
10. É necessário assegurar aos países da América Latina e do Caribe o acesso contínuo e crescente às inovações tecnológicas, as quais serão cada vez mais definitórias da competitividade nos mercados externos. O desenvolvimento da biotecnologia e outros progressos científicos e tecnológicos, de enorme influência potencial sobre a produção agrícola, apontam a necessidade de que nos preparemos para aproveitá-los adequadamente. Apesar das dificuldades existentes, devemos assegurar orçamentos adequados e estáveis às nossas

instituições de geração e transferência de tecnologia e facilitar sua melhoria organizacional e gerencial, para que possam fazer uso mais eficiente e efetivo de seus recursos humanos e financeiros.

Também devemos aprofundar a cooperação horizontal entre os nossos países e os organismos financeiros e de cooperação técnica internacional, assim como rever e reformular nossos vínculos com o sistema internacional de tecnologia, a fim de assegurar o uso mais eficiente e coordenado dos recursos disponíveis. A ação conjunta entre os países da América Latina e do Caribe é uma das melhores alternativas com que contamos para enfrentar esse desafio, que por sua natureza e magnitude excede a capacidade dos países.

11. Uma vez mais desejamos renovar o nosso compromisso no sentido de eliminar a pobreza rural. Estamos convencidos de que a marginalização em que vive boa parte dos agricultores, em muitos dos nossos países, não poderá ser superada com medidas isoladas e parciais, mas sim com ações integrais que permitam a esses setores incorporar-se definitivamente ao processo de modernização. Nossos esforços devem orientar-se para a capacitação e organização do homem do campo, a fim de permitir-lhe o adequado acesso ao conhecimento e aos fatores de produção —em especial à propriedade da terra, à tecnologia adequada e ao crédito—, que, juntamente com o apoio de infra-estrutura e de comercialização adequadas, constituem elementos que assegurarão seu desenvolvimento sustentado. O delineamento de estratégias específicas que facilitem esse processo é um aspecto central da estratégia global de modernização agrícola, pois permitirá que se aproveite o efeito dinamizador sobre a economia decorrente de melhor receita do setor agrícola.
12. A eliminação da pobreza, especialmente em suas manifestações extremas, deve contemplar também medidas específicas que visem a aumentar, para amplos estratos da população, a segurança alimentar, entendida como a garantia do acesso contínuo a níveis adequados e suficientes de alimentação e nutrição. Sabemos que uma das melhores formas de alcançar

esse objetivo consiste em programas produtivos que, ao mesmo tempo em que aumentam a disponibilidade de alimentos, propiciam, através do emprego, a organização, a capacitação e a criação de infra-estrutura, maior capitalização e capacidade de demanda das famílias mais empobrecidas, sobretudo as dos agricultores de subsistência.

13. Cõscios do papel relevante que cabe à mulher no processo global de desenvolvimento de nossos países, na sua qualidade de elemento fundamental da produção e do consumo nas unidades familiares e de agente principal da difusão de melhorias no tocante a saúde, bem-estar e educação, incentivamos sua crescente participação nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza.
14. Reconhecendo que a juventude constitui um amplo e importante segmento da população rural e é força vital para o desenvolvimento dos países, cumpre fortalecer os esforços no sentido de aumentar a capacitação e participação da juventude rural na produção e nos programas agrícolas, contribuindo desse modo para sua fixação no meio agropecuário e, por conseguinte, para o desenvolvimento integral da família rural.
15. Os organismos financeiros internacionais devem ser incentivados a reforçar sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura mediante o incremento dos fluxos financeiros de variada natureza. No tocante aos programas de ajustamento setorial desenvolvidos por alguns desses organismos, eles poderiam representar uma boa alternativa para o financiamento das mudanças necessárias à modernização agrícola, se se assegurar que os mesmos sejam flexíveis e contemplem as características e necessidades específicas de cada país e seu impacto nos diferentes estratos produtivos. Com esse propósito, a representação do setor público agropecuário é essencial no delineamento dos programas de ajustamento setorial. Além disso, tais programas deveriam incluir na sua elaboração e execução, fundos para assistência técnica e programas de investimento que permitam a instrumentação das mudanças acordadas.

O Papel da Cooperação Internacional e da Integração Regional

16. A cooperação internacional seria fortemente potenciada e daria substancial contribuição ao desenvolvimento da agricultura em nossos países se os múltiplos mecanismos existentes fossem reforçados com maior dotação de recursos técnicos, financeiros e de outra natureza e se houvesse melhor utilização dos mesmos. Consideramos que tanto a redução do protecionismo agrícola como o incremento da cooperação internacional constituiriam importante contribuição à maior equidade e racionalidade nas relações econômicas internacionais.
17. Salientamos uma vez mais que a integração econômica regional na América Latina e no Caribe, seja por meio de mecanismos institucionais existentes ou de outras opções com o mesmo objetivo, constitui instrumento chave na busca de soluções para problemas que lhes são comuns. A modernização da agricultura de nossos países acelerará seu ritmo se juntos empreendermos ações que nos permitam conseguir unidos o que não podemos obter isoladamente. A reativação do comércio intra-regional, a harmonização nas negociações comerciais e a cooperação horizontal no campo tecnológico são apenas algumas das múltiplas ações que devemos iniciar o quanto antes. Os organismos de cooperação regional podem e devem desempenhar um papel primordial no apoio aos nossos esforços conjuntos em prol da modernização agrícola e do desenvolvimento econômico e social.
18. Preocupa-nos especialmente o problema que os países de menor desenvolvimento relativo da Região, particularmente os menores, enfrentam para a mobilização dos recursos humanos e financeiros necessários ao desenvolvimento do seu setor agropecuário. A reduzida dimensão econômica de bom número de países da América Latina e do Caribe constitui sério obstáculo para a consecução de adequado acesso à tecnologia, para a realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento de sua infra-estrutura produtiva e comercial, bem como para a solução de uma série de outros problemas que os impedem de resolver a situação de pobreza rural que os aflige.

Embora seja responsabilidade de cada país determinar e implementar suas próprias fórmulas para solucionar esses problemas, é inegável que os empreendimentos conjuntos em áreas de interesse comum constituem o elemento central de qualquer estratégia que vise ao melhor aproveitamento dos escassos recursos disponíveis. Por esse motivo, fazemos um forte apelo aos organismos internacionais de assistência técnica e financeira, bem como aos demais países do Hemisfério, no sentido de que atribuam prioridade ao apoio aos países de menor desenvolvimento relativo e menor área da América Latina e do Caribe, promovendo de maneira muito especial ações conjuntas entre grupos desses países, no âmbito sub-regional.

V. RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO No. IMODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO AGROPECUÁRIO

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos preparados pelo IICA e que abrangem diversos aspectos da "modernização agrícola, o comércio internacional e a política de preços no contexto da integração regional e da atual conjuntura internacional",

CONSIDERANDO:

Que o debate das idéias apresentadas em tais documentos na CIMA foi enriquecedor no que tange ao papel fundamental do setor público agropecuário dos países na orientação do processo de desenvolvimento agrário;

Que é de especial interesse para os governos modernizar o setor público agropecuário, a fim de torná-lo mais eficaz e eficiente; e

Que os organismos financeiros internacionais dispõem dos meios para apoiar os países na modernização do setor público,

RECOMENDA:

1. Que sejam formuladas ações destinadas à modernização do setor público agropecuário.
2. Que se solicite aos organismos internacionais de financiamento e às agências de cooperação a redistribuição

de recursos para modernizar o setor público agropecuário mediante a incorporação de técnicas modernas de pesquisa científica, administração, gerência e informática, que tornem mais eficiente o setor público agropecuário e mais efetiva a sua relação com o setor privado.

3. Que se exortem as agências de cooperação internacional a proporcionarem inovadores mecanismos administrativos que permitam o recrutamento de profissionais nacionais altamente competentes, para fortalecer o setor público agropecuário em seus esforços de modernização.

RECOMENDAÇÃO No. IIPROGRAMAS DE AJUSTAMENTO SETORIAL

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais para a Conferência, especialmente o que se refere aos incentivos para a modernização da agricultura.

CONSIDERANDO:

Que o debate das idéias apresentadas em tais documentos na CIMA corroborou o reconhecimento da considerável influência das políticas macroeconômicas (monetárias, fiscais e de investimento público de comércio e finanças internacionais) no desempenho da agricultura;

Que a necessidade de condução das economias em seu conjunto, principalmente para o cumprimento de compromissos externos, levou os países a implementarem programas de ajustamento em que não foram suficientemente considerados os aspectos de equidade e sobretudo não foram realçados os efeitos negativos sobre os grupos urbanos e rurais mais pobres; e

Que é necessário reestruturar as economias da Região, embora não se possa fazê-lo plenamente sem que ao mesmo tempo se ajustem as economias dos países desenvolvidos num contexto de equidade.

RECOMENDA:

1. Aos governos que reconheçam a necessidade de buscar maior articulação entre as políticas macroeconômicas -monetárias, fiscais e de investimento- e as setoriais agropecuárias, de maneira que se assegure a reativação da agricultura.
2. Aos governos que, nesse esforço, dispensem particular atenção à definição, instrumentação e ajustamento de políticas de investimento para a agricultura que incentivem o investimento privado e a integração agroindustrial.
3. Aos organismos financeiros internacionais e instituições de cooperação técnica financeira dos países desenvolvidos que elaborem programas de ajustamento estrutural que restabeleçam um fluxo positivo de recursos de investimento e não afetem negativamente a agricultura, de acordo com as estratégias dos programas nacionais.
4. Ao IICA que capte e destine recursos para que, em cooperação com todos os Estados membros, os organismos financeiros internacionais e as entidades de cooperação técnico-financeira dos países desenvolvidos, empreenda atividades de pesquisa e treinamento que fortaleçam a capacidade dos países de formular, instrumentar e ajustar as políticas e programas de investimento que possibilitem o desempenho que se espera da agricultura.
5. Aos organismos internacionais de cooperação técnica que apoiem os países da América Latina e do Caribe nos estudos preparatórios para a apresentação de pedidos de créditos em programas de ajustamento setorial.

RECOMENDAÇÃO No. IIIAPOIO AOS SISTEMAS NACIONAIS DE PESQUISA
E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais da Conferência e especialmente o documento referente à inovação tecnológica e ao desenvolvimento agropecuário.

CONSIDERANDO:

As importantes contribuições ao desenvolvimento agropecuário e ao crescimento econômico prestadas no passado pelas instituições nacionais de pesquisa e transferência de tecnologia;

A ampla evidência disponível de que a existência de instituições nacionais fortes, eficazes e estáveis constitui condição necessária para o desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;

A renovada importância da tecnologia apropriada como elemento central do processo de modernização agropecuária que se faz necessário em resposta à crise econômica que enfrentam os países da Região; e

As mudanças institucionais ocorridas nos últimos tempos, particularmente o crescente interesse e importância do setor privado como participante ativo do processo de geração e transferência de tecnologia.

RECOMENDA:

1. Que os governos da América Latina e do Caribe melhorem e aumentem seu apoio aos respectivos sistemas nacionais de pesquisa e transferência de tecnologia, no nível de produtores, buscando identificar e implementar esquemas inovadores no campo organizacional, operacional e financeiro que assegurem a mobilização eficaz e harmoniosa de todos os recursos públicos e privados para esse tipo de atividade.
2. Que os organismos financeiros internacionais e as instituições de cooperação técnico-financeira aumentem a disponibilidade de recursos destinados ao financiamento de projetos de investimento na geração e transferência de tecnologia no nível nacional, incluindo financiamento para o orçamento operacional, o que assegurará o uso mais eficiente dos mencionados investimentos.
3. Que os programas nacionais e regionais dos órgãos de pesquisa e transferência de tecnologia considerem prioritário que as inovações tecnológicas levem em conta a conservação, a longo prazo, dos recursos naturais (solo e água) do setor agrícola.
4. Que o IICA, isolada ou juntamente com outros organismos internacionais de cooperação técnica e financeira, apóie os referidos esforços nacionais, avaliando as políticas atuais e propondo modelos e mecanismos alternativos que harmonizem as ações das instituições nacionais de geração e transferência de tecnologia com as necessidades dos diferentes estratos de produtores, bem como apóie a formulação de projetos específicos de fortalecimento dessas instituições.

RECOMENDAÇÃO No. IVCOOPERAÇÃO HORIZONTAL E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL
DE TECNOLOGIA

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais da Conferência e especialmente o documento referente à inovação tecnológica e o desenvolvimento agropecuário.

CONSIDERANDO:

Que, em muitos casos, as necessidades de pesquisa de um país vão muito além de suas possibilidades econômicas de investimento nesse tipo de atividade;

Que, por sua própria natureza, as atividades de pesquisa se prestam a esforços conjuntos de países que experimentam problemas comuns;

Que há na América Latina e no Caribe experiência ampla e bem-sucedida no que se refere a esforços cooperativos de pesquisa baseados nas vantagens comparativas de cada país participante; e

Que, dados os antecedentes histórico-culturais e as características agroecológicas dos países da Região, é possível identificar ampla gama de oportunidades de cooperação técnica horizontal na área tecnológica.

RECOMENDA:

1. Que prossigam e se intensifiquem os esforços destinados a explorar as possibilidades de cooperação horizontal no campo científico e tecnológico.
2. Que os organismos financeiros internacionais, especialmente o BID, continuem a promover esforços de cooperação horizontal e transferência internacional de informação e tecnologia, mediante o estabelecimento de mecanismos de financiamento mais flexíveis e de longo prazo que facilitem sua institucionalização, permitindo aos países que paulatinamente assumam a responsabilidade financeira dos mesmos.
3. Que o IICA, na qualidade de organismo do Sistema Interamericano especializado em agricultura, prossiga suas atividades relacionadas com a cooperação técnica horizontal e a transferência internacional de informação e tecnologia, estabelecendo acordos com os organismos financeiros a fim de assegurar a viabilidade de tais programas a longo prazo.
4. Que em tais esforços se dê ênfase às ações destinadas a conseguir melhor aproveitamento das vantagens comparativas de cada país na solução de problemas comuns a vários deles e que se dê prioridade tanto ao desenvolvimento de novas iniciativas em benefício dos países de menor desenvolvimento relativo, como à ampliação e consolidação dos esforços já em andamento.

RECOMENDAÇÃO No. VATIVIDADES DO SISTEMA DO OGIAR E DE OUTROS CENTROS
INTERNACIONAIS DE PESQUISA NA AMÉRICA LATINA E
NO CARIBE

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais da Conferência e especialmente o documento referente à inovação tecnológica e ao desenvolvimento agropecuário.

CONSIDERANDO:

As importantes contribuições, para o desenvolvimento agropecuário da Região, dos centros internacionais de pesquisa agropecuária do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (OGIAR) e de outros centros internacionais de pesquisa da Região;

A constante necessidade de apoio internacional que há na esfera regional, especialmente ante as restrições orçamentárias resultantes da crise financeira que afeta a maioria dos países;

A natural complementariedade que há entre as atividades dos centros internacionais e os esforços de pesquisa e transferência de tecnologia no nível nacional; e

A conveniência de conseguir maior integração entre as atividades nacionais e internacionais e melhor aproveitamento das vantagens comparativas de todas as instituições interessadas.

RECOMENDA:

1. Que os Governos da América Latina e do Caribe, em reconhecimento das contribuições do sistema de pesquisa agrícola internacional para o desenvolvimento agropecuário da Região, implementem políticas e ações destinadas a aproveitar ainda mais esse sistema em benefício de sua produção agropecuária.
2. Que o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional e outros centros internacionais de pesquisa da Região envidem esforços no sentido de manter o apoio orçamentário às atividades de pesquisa relacionadas com os problemas que os países da América Latina e do Caribe defrontam.
3. Que os centros internacionais de pesquisa vinculados à Região reexaminem suas prioridades de trabalho, levando em conta as necessidades tecnológicas das diferentes sub-regiões, principalmente no tocante ao trópico, aos cultivos andinos de altitude, à agricultura de sequeiro e ao manejo dos recursos fitogenéticos, bem como seu futuro papel na biotecnologia e a possibilidade de que alguns sistemas nacionais sejam chamados a aumentar sua responsabilidade quanto a algumas das atividades que os referidos centros realizam atualmente.
4. Que os organismos do Sistema Interamericano, principalmente o BID e o IICA, através da sua participação no OGIAR e da sua colaboração com os centros internacionais do referido Sistema, promovam participação maior e mais efetiva da Região na orientação das atividades desse Grupo Consultivo.

RECOMENDAÇÃO No. VIDESENVOLVIMENTO DA BIOTECNOLOGIA NA
AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais da Conferência e especialmente o documento referente à inovação tecnológica e o desenvolvimento agropecuário.

CONSIDERANDO:

A crescente importância da pesquisa biotecnológica como fonte de novas tecnologias e produtos necessários para acelerar o processo de modernização agropecuária;

O relativo atraso das disciplinas científicas básicas indispensáveis ao desenvolvimento de atividades no campo da biotecnologia;

O alto custo do desenvolvimento tanto dos recursos humanos como das infra-estruturas físicas requeridas por esse tipo de pesquisa;

As dificuldades que ainda enfrentam os países de maior tamanho relativo para promover um desenvolvimento autônomo mais significativo nesse setor;

A conveniência e a viabilidade comprovadas do estabelecimento de mecanismos de cooperação horizontal na área científico-tecnológica que tirem proveito das vantagens comparativas de cada país, permitam a especialização e multipliquem o impacto dos recursos disponíveis no nível agregado; e

A necessidade de estabelecer políticas claras que incentivem e ordenem os investimentos nesses setores e regulem seus aspectos essenciais.

RECOMENDA:

1. Que os governos da América Latina e do Caribe reconheçam a importância dos novos desenvolvimentos científico - tecnológicos derivados dos progressos alcançados no campo da biotecnologia e instrumentem políticas e mecanismos legais e institucionais que permitam o aproveitamento dos benefícios advindos dos mesmos, de acordo com as prioridades de desenvolvimento de cada país e em cumprimento das condições mínimas de segurança para a saúde humana e a proteção do meio ambiente.
2. Que os organismos do Sistema Interamericano e principalmente o IICA promovam atividades concretas de apoio aos países na definição e implementação de políticas orientadas para a incorporação dos novos avanços da biotecnologia a seu acervo tecnológico, bem como para o atendimento das necessidades de ajustamentos organizacionais e gerenciais requeridos pelos mesmos.
3. Que, como parte dessas atividades, sejam fortalecidas as ações que visem a revitalizar os programas de capacitação em ciências agrícolas no nível de pós-graduação, dando-se prioridade aos esforços de caráter multilateral nas disciplinas vinculadas com o campo da biotecnologia e com as ciências básicas que lhe servem de fundamento e apoio.
4. Que, juntamente com o exposto acima e em cooperação com outros organismos internacionais vinculados com atividades científico-tecnológicas, o IICA desenvolva ações tendentes à harmonização de critérios e propostas de políticas pertinentes à definição, proteção e controle de

produtos e tecnologias gerados pelos avanços no campo da biotecnologia.

5. Que, dada a importância que esta problemática representa para a economia dos países da América Latina e do Caribe, o IICA explore mecanismos que permitam aos países da América Latina e do Caribe participarem dos progressos esperados da biotecnologia no seu sentido mais amplo.

RECOMENDAÇÃO No. VIIAPOIO TECNOLÓGICO AOS PAÍSES DE MENOR
DESENVOLVIMENTO RELATIVO

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTOS:

Os documentos de trabalho apresentados como antecedentes gerais da Conferência e especialmente o documento referente à inovação tecnológica e ao desenvolvimento agropecuário,

CONSIDERANDO:

Que, por seu reduzido tamanho, grande número de países da Região estão impossibilitados de destinar individualmente suficientes recursos humanos e financeiros para a modernização do seu setor agrícola;

Que os resultados de pesquisas da comunidade internacional serão menos acessíveis a esses países relativamente pequenos, tanto por razões de proteção do direito de propriedade da nova tecnologia como pela carência de infra-estrutura de pesquisa no nível nacional;

Que a atual crise econômica terá como consequência o ainda maior debilitamento dos já fracos sistemas nacionais de pesquisa dos países menores; e

Que os centros internacionais de pesquisa e os países mais desenvolvidos da Região disporão no futuro de maior acervo de tecnologias que serão úteis aos países menores.

RECOMENDA:

1. Que os centros internacionais de pesquisa aumentem seus esforços a fim de incentivar a modernização agrícola dos países de menor tamanho e desenvolvimento da Região.
2. Que a comunidade internacional de pesquisa apoie e fortaleça os mecanismos regionais existentes, a fim de garantir que os países de menor tamanho e desenvolvimento possam conduzir pesquisas e receber, adaptar e utilizar os resultados do sistema de pesquisa internacional.

RECOMENDAÇÃO No. VIIIAPOIO À INTEGRAÇÃO REGIONAL E ÀS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

VISTO:

O documento sobre o tema No. 4, "Cooperação Internacional e Integração Regional: Opções diante da Crise Comercial e do Desenvolvimento Agrícola".

CONSIDERANDO:

Que o comércio internacional de produtos e insumos agrícolas é um mecanismo importante para a promoção e modernização do setor;

Que o aperfeiçoamento do comércio internacional exige compromissos específicos para melhorar o acesso ao mercado e eliminar progressivamente todas as formas de subsídio que afetam negativamente o comércio internacional;

Que os esforços dos países da América Latina e do Caribe no sentido de incentivar seus esquemas de integração regional e sub-regional também contribuem para a consecução desses objetivos e constituem nova forma de cooperação e de reinserção no comércio inter-regional e intra-regional;

Que o êxito dos referidos esforços depende em grande parte do espírito de equidade e cooperação entre os países desenvolvidos e aqueles em via de desenvolvimento, dentre estes últimos os de menor desenvolvimento econômico relativo;

Que ao lançar as negociações comerciais multilaterais da Rodada do Uruguai, a Declaração Ministerial de Punta del Este

refletiu o consenso de todos os países participantes quanto aos termos de referência dessas negociações, principalmente no que diz respeito ao setor agropecuário;

Que o acima exposto se deve concretizar em políticas, programas e projetos que permitam e incentivem ações coordenadas em matéria de integração econômica e comércio multilateral; e

Que, para que possam participar em negociações comerciais, os países da América Latina e do Caribe devem fortalecer a estrutura institucional dos seus setores público e privado, preparar seus quadros técnicos e dispor da necessária informação analítica.

RECOMENDA:

1. Aos Governos da América Latina e do Caribe que apoiem os diferentes esquemas de integração regional e sub-regional e os esforços no sentido do estabelecimento e aperfeiçoamento de normas mais equitativas para o comércio internacional, em geral, e o de produtos e insumos agrícolas, em especial.
2. Aos organismos internacionais que, no campo de sua competência, fortaleçam sua ação em prol dos países nas iniciativas supracitadas.
3. Ao IICA que solicite apoio e recursos aos organismos internacionais, a fim de que possa proporcionar cooperação técnica às referidas iniciativas, por meio do devido desenvolvimento analítico e da capacitação de quadros técnicos nacionais sobre aspectos técnicos da participação no GATT.

RECOMENDAÇÃO No. IXESTUDO DE ESTRATÉGIAS PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

CONSIDERANDO:

Que, nesta Conferência, se salientou a importância das políticas macroeconômicas e setoriais que deverão orientar nossa agricultura para a modernização seletiva, adaptando-a à difícil situação atual das economias latino-americanas e do comércio internacional;

Que é necessário vincular a reforma econômica em matéria de preços, de crédito e de tecnologia a políticas de investimento que exijam maior participação dos organismos internacionais;

Que essas políticas exigem a ação conjunta dos países da América Latina e do Caribe;

Que o IICA estabeleceu e dotou dos recursos necessários os programas que constituem o Plano de Médio Prazo, do qual um dos objetivos é a análise e o intercâmbio de experiência em matéria de estratégias alternativas;

Que os países da Região necessitam de minuciosas análises que lhes permitam formular e planejar políticas coerentes com os objetivos de ajustamento estrutural e de desenvolvimento agropecuário; e

Que a FAO está realizando um estudo sobre os problemas mencionados nos parágrafos anteriores, em cumprimento de resolução da XIX Conferência Regional da FAO, realizada em Barbados em agosto de 1986,

RECOMENDA:

1. Que o IICA continue colaborando com a FAO e que, mediante os programas pertinentes e a análise e recomendações que se propõe formular, sejam levados em conta os seguintes objetivos:
 - a. as estratégias requeridas para a modernização agrícola em nossos países devem abranger, entre outros, os fatores de consolidação do processo de reforma agrária, aumento da rentabilidade, preços, crédito, posse e propriedade da terra, transferência e adoção de tecnologia, participação do setor privado e complementariedade entre as políticas setoriais e as políticas fiscais, monetárias e cambiais;
 - b. estratégias regionais e internacionais com vistas à mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento agropecuário, provenientes da poupança interna e dos organismos internacionais de financiamento; e
 - c. estratégias que permitam aos países da América Latina e do Caribe tomar as decisões mais convenientes nas negociações comerciais internacionais, em função da diversidade de suas economias e de suas diferentes vantagens comparativas.
2. Que os resultados sirvam de ponto de referência para que o IICA conceda prioridade à assistência técnica que os países requerem e a fortaleça visando à modernização da agricultura e à promoção do comércio exterior de seus produtos agropecuários.

RECOMENDAÇÃO No. XPLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO CONJUNTA PARA A REVITALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

CONSIDERANDO:

Que as declarações e recomendações formuladas nesta IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura abrangem ampla gama de questões e iniciativas e se destinam a várias regiões, sub-regiões e organizações, bem como aos Estados membros do IICA;

Que todos os países do Hemisfério concordam na necessidade de revitalizar e modernizar a agricultura e, nesse sentido, manifestaram disposição de coordenar seu trabalho nos níveis regional e sub-regional, bem como de intensificar a cooperação Norte-Sul;

Que deve ser estabelecida a cooperação técnica e financeira internacional cada vez mais em base multilateral, ao invés de unicamente nacional, a fim de assegurar maior impacto na economia nacional e maior eficiência e mais amplo efeito multiplicador dos recursos comprometidos;

Que os organismos técnicos especializados, os governos nacionais e outras instituições realizaram e continuam a realizar estudos técnicos sobre os problemas da agricultura e do desenvolvimento rural nos países da América Latina e do Caribe, proporcionando excelente base para o planejamento de ações conjuntas de revitalização do setor agropecuário;

Que, do ponto de vista operacional, é necessário que haja uma estrutura que seja coerente com as iniciativas atuais e futuras no sentido da revitalização do setor agropecuário nos países da América Latina e do Caribe;

Que essa estrutura concorreria para garantir que as ações resultantes de nossas recomendações sejam coordenadas para sua máxima complementariedade e sinergia;

Que é necessário estabelecer uma estrutura que dê impulso maior ao desenvolvimento de cada área de programa do Plano de Médio Prazo do IICA; e

Que a atribuição de prioridade às ações e sua coordenação segundo tal estrutura facilitariam as decisões dos países doadores e das instituições financeiras internacionais e serviriam para atrair recursos, que seriam melhor utilizados.

RECOMENDA:

1. Que a JIA encarregue o IICA de desenvolver, na qualidade de organismo especializado do Sistema Interamericano, em colaboração com os Estados membros, os demais organismos do Sistema Interamericano e outros organismos especializados, um plano estratégico de ação conjunta em prol da revitalização da agricultura e do desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe, fundamentado nas diretrizes acima relacionadas e com enfoque no seguinte:
 - a. ações conjuntas dos países, nos níveis regional e sub-regional, para solucionar problemas concretos;
 - b. maximização da complementariedade e sinergia das diferentes iniciativas no sentido de revitalizar o setor;
 - c. necessário apoio financeiro e técnico por parte dos países doadores e organismos;
 - d. mecanismos sugeridos para a coordenação interinstitucional; e

- e. indicação das prioridades das ações e iniciativas conjuntas de forma a aproveitar melhor os recursos disponíveis.
2. Que o esboço do plano seja submetido à consideração do Comitê Executivo em sua reunião ordinária a realizar-se em 1988, como etapa preliminar à sua implementação.
 3. Que a JIA solicite ao IICA captar os recursos necessários para financiar a elaboração do referido plano.

VI. RESOLUÇÃO

IICA/CIMA/Res.1 (IX/87)

3 setembro 1987

Original: espanhol

RESOLUÇÃO No. 1

AGRADECIMENTO AO GOVERNO E AO POVO DO CANADÁ

A IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA,

CONSIDERANDO:

Que a hospitalidade do Governo e do povo do Canadá constitui fator decisivo para que as deliberações da IX CIMA se desenvolvessem em ambiente de ordem e cordialidade.

RESOLVE:

Expressar o seu mais sincero agradecimento ao Governo e ao povo do Canadá, por intermédio dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura e Ministro das Relações Exteriores e dos funcionários de seus Ministérios, bem como às autoridades da cidade de Ottawa e ao pessoal de apoio, cuja valiosa ajuda permitiu realizar a contento a tarefa prevista.

**VII. ASSINATURA DO RELATÓRIO
FINAL**

ASSINATURA DO RELATÓRIO DA IX CONFERÊNCIA
INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA

Em cumprimento ao disposto no artigo 37 do Regulamento da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, procede-se à assinatura do Relatório da Conferência, às 18,00 horas do dia dois de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, no Centro de Convenções do Governo Canadense.

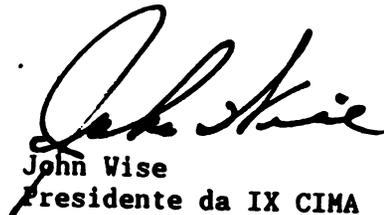
O Relatório é apresentado em português, espanhol, francês e inglês, e os textos são igualmente autênticos e válidos.

O Secretário Técnico da Conferência depositará os textos originais nos arquivos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e a Direção-Geral enviará cópias da versão oficial do Relatório aos Governos dos Estados membros, aos Observadores Permanentes junto à OEA e ao IICA, e aos demais participantes da Conferência.

Ottawa, Canadá



Martin B. Piñeiro
Diretor-Geral



John Wise
Presidente da IX CIMA

**VIII. ATAS DAS COMISSÕES DE DECLARAÇÃO
E RECOMENDAÇÕES**

COMISSÃO DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

1a. Sessão

Segunda-feira, 31 de agosto de 1987

01. A primeira sessão da Comissão de Declaração e Recomendações da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura realizou-se na Sala Sussex do Centro de Convenções do Governo Canadense em Ottawa. A sessão teve início às 14,30h.
02. Dela participaram membros das Delegações da Argentina, Bolívia, Canadá, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, México, Panamá, Peru, Santa Lúcia e Venezuela.
03. O Coordenador Técnico da Conferência, Sr. Félix Cirio, explicou que a Comissão teria a tarefa de preparar a minuta da Declaração de Ottawa e das Recomendações que seriam apresentadas ao plenário para sua consideração.

Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator

04. Foi eleito Presidente da Comissão o Sr. Carlos Vidali Carbajal, membro da Delegação do México. O Coordenador Técnico convidou o Sr. Vidali para assumir a Presidência da Reunião.
05. Foi eleito Vice-Presidente da Comissão o Sr. David Demacque, membro da Delegação de Santa Lúcia.
06. O Sr. Jaime Muñoz-Reyes, membro da Delegação da Bolívia, foi eleito Relator da Comissão.
07. O Presidente da Comissão submeteu aos representantes as alternativas de dar início aos debates ou participar da sessão plenária que nesse momento se realizava. Respondendo a consulta da Delegação do Peru, o Presidente explicou que todos

os representantes tinham em seu poder o documento Idéias para a Declaração de Ottawa. Acrescentou que à Comissão, atuando como Comissão de Redação, cabia dar-lhe a forma definitiva, analisando-o parágrafo por parágrafo, com os acréscimos que pudessem advir do plenário. Finalmente, o Presidente sugeriu que se levantasse a reunião e que os delegados voltassem a reunir-se às 16,30h.

08. Em resposta a consulta do Representante do Canadá, o Presidente declarou que às 16,30h se daria início à consideração do documento Idéias para a Declaração de Ottawa, com a incorporação das sugestões feitas na Sessão Técnica Preparatória realizada no sábado, 29 de agosto, e das novas propostas das delegações.
09. O Coordenador Técnico, ante a intervenção da Delegação do Equador, lembrou que as tarefas da Comissão incluíam a redação definitiva da Declaração e das Recomendações da IX Conferência. Acrescentou que as delegações deviam entregar seus projetos de Recomendação ao Presidente da Assembléia ou ao Presidente da Comissão de Declaração e Recomendações.
10. Às 14,50h, o Presidente deu por terminada a sessão e convidou os delegados a dar-lhe prosseguimento às 16,30h, a fim de iniciar os debates específicos com as novas idéias que surgissem no plenário e com o material de que as delegações lhe fizessem entrega.

COMISSÃO DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

2a. Sessão

Segunda-feira, 31 de agosto de 1987

Discussão do documento Idéias para a Declaração de Ottawa

01. Às 16,35h, teve início a sessão com a discussão do documento Idéias para a Declaração de Ottawa, de que participaram as seguintes Delegações: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Panamá, Peru, Santa Lúcia, Uruguai e Venezuela.
02. O Presidente da Comissão sugeriu que os representantes discutissem suas propostas de modificação de fundo, reservando as de forma para serem entregues diretamente ao Relator.
03. Procedeu-se à discussão do parágrafo 1 (nova redação). As delegações de Santa Lúcia, Equador e México (este último intermediário de uma solicitação dos Estados membros do CORECA) fizeram observações que posteriormente seriam entregues por escrito ao Relator.
04. O parágrafo 2 (nova redação) foi aprovado sem comentários.
05. Por sugestão da Delegação do Canadá, resolveu-se melhorar a redação do Parágrafo 3. O referido parágrafo foi aprovado.
06. O parágrafo 4 foi aprovado depois de várias emendas au seu texto, para maior clareza.
07. O parágrafo 5 foi aprovado sem comentários.

08. A Comissão voltou a considerar o parágrafo 1, com a inclusão das propostas de algumas delegações. Ante a necessidade de que algumas delegações elaborassem o texto do parágrafo, e inclusive fizessem consulta a seus governos, decidiu-se que o tema fosse retomado no dia seguinte.
09. O parágrafo 6 foi aprovado com algumas modificações de forma.
10. O parágrafo 7 foi aprovado com algumas modificações de forma.
11. O parágrafo 8 foi aprovado com algumas modificações de forma.
12. Solicitou-se ao Relator nova redação do parágrafo 9, o qual seria posteriormente submetido a revisão.
13. Solicitou-se ao Relator nova redação do parágrafo 10, o qual seria posteriormente submetido a revisão.
14. O Coordenador Técnico solicitou às delegações que manifestassem suas idéias com a maior brevidade possível, a fim de permitir que se adiantasse a redação final dos documentos.
15. Às 19,00h, o Presidente deu por encerrada a Reunião, havendo convidado as delegações a prosseguirem as deliberações no dia seguinte, às 9,30h.

COMISSÃO DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

3a. Sessão

Terça-feira, 10. de setembro

01. A sessão teve início às 9,50h. Dela participaram as seguintes Delegações: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Venezuela. Ficou esclarecido que a Delegação de Grenada havia participado da segunda sessão, embora não figurasse na ata pertinente.

Discussão do documento Ideias para a Declaração de Ottawa

02. Reiniciou-se a discussão do documento Ideias para a Declaração de Ottawa.
03. O Coordenador Técnico indicou que estavam sendo distribuídos os textos dos parágrafos 1 a 8, com as modificações introduzidas no dia anterior; a proposta da Delegação do Brasil, para ser incorporada ao parágrafo 1; e os novos textos dos parágrafos 9 a 15, para discussão.
04. O Parágrafo 9 foi aprovado sem comentários.
05. O parágrafo 10 foi aprovado com modificações de forma.
06. O Presidente sugeriu que se constituísse um grupo de trabalho com a participação das Delegações da Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, México e Peru, para redigir projetos de recomendação específica sobre temas decorrentes dos debates.

07. O parágrafo 11 foi aprovado com modificações de forma.
08. Foi aprovado o novo parágrafo sobre o papel da mulher no desenvolvimento rural. Decidiu-se que a Coordenação Técnica o incluiria no Projeto de Declaração.
09. O parágrafo 12 foi aprovado com modificações de forma.
10. O parágrafo 13 foi aprovado com modificações de forma.
11. O parágrafo 14 foi aprovado com modificações de forma.
12. O parágrafo 15 ficou pendente de nova redação por parte do Relator.
13. Leu-se o texto apresentado pelo México sobre segurança alimentar, o qual foi aprovado com modificações de forma. Decidiu-se que a Coordenação Técnica o incluísse no Projeto de Declaração.
14. Leu-se o texto sobre o desenvolvimento da agroindústria, proposto pela Argentina, o qual foi aprovado com modificações de forma. Decidiu-se que a Coordenação Técnica o incluísse no Projeto de Declaração.
15. Leu-se o texto sobre esforços em prol da paz, proposto pela Delegação da Guatemala, para ser incluído no parágrafo 1, o qual foi aprovado com modificações de forma.
16. O Coordenador Técnico solicitou às delegações que apresentassem seus projetos de recomendação antes das 15,00h.
17. As 12,15h deu-se por concluída a reunião. Sugeriu-se às delegações que continuassem suas deliberações às 16,00h.

COMISSÃO DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

4a. sessão

Terça-feira, 1o. de setembro de 1987

- 0.1 A sessão teve início às 16,20h. Dela participaram as seguintes Delegações: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, Uruguai e Venezuela.

Discussão de propostas de recomendação

02. A Coordenação Técnica recebeu, até o início da sessão, nove propostas de recomendação.
03. O Relator deu início à leitura da proposta de recomendação da Delegação do Uruguai, sobre cooperação horizontal e transferência internacional de tecnologia, a qual foi aprovada com modificações.
04. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação do México sobre desenvolvimento da biotecnologia na América Latina e no Caribe, a qual passou a ser discutida.
05. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação da Argentina sobre programas de ajustamento setorial, a qual foi aprovada com modificações.
06. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação de Grenada sobre os países menores e menos desenvolvidos da Região, a qual foi aprovada com modificações.
07. Decidiu-se que diversas propostas de recomendação referentes a tecnologia seriam uniformizadas pela Coordenação Técnica, do ponto de vista da terminologia.

08. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação do Peru sobre modernização do setor público agrário. Após a discussão da proposta, o Presidente solicitou à Delegação do Peru que fizesse o ajustamento do texto para a discussão definitiva, na sessão seguinte, solicitando também à Coordenação Técnica que harmonizasse as outras propostas entre si, após consultar devidamente as delegações mais envolvidas com o tema.
09. Deu-se por concluída a sessão às 19,25h. Ofereceu-se às delegações a oportunidade de prosseguir as deliberações no dia seguinte às 8,00h.

COMISSÃO DE DECLARAÇÃO E RECOMENDAÇÕES

5a. Sessão

Quarta-feira, 2 de setembro de 1987

01. A sessão teve início às 8,30h. Dela participaram as seguintes Delegações: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia e Venezuela.

Discussão de propostas de recomendações

02. O Relator leu nova versão da proposta de recomendação da Delegação do Peru sobre modernização do setor público agropecuário, a qual foi aprovada com algumas modificações.
03. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação do Canadá sobre um plano estratégico de ação conjunta de revitalização agrícola na América Latina e no Caribe. A proposta foi aprovada com algumas modificações.
04. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação do Chile sobre atividades do sistema do CGIAR na América Latina e no Caribe. A proposta foi aprovada com algumas modificações.
05. A pedido da Comissão, o Subdiretor Geral da FAO e Representante Regional para a América Latina e o Caribe, Sr. Mario Jalil, e o Diretor da Divisão Agrícola Conjunta CEPAL/FAO, Sr. Luis López-Cordovez, que participavam das sessões plenárias da Conferência, informaram a respeito de estudos realizados pela FAO sobre problemática semelhante à do projeto de recomendação sobre estratégias específicas para a modernização da agricultura, apresentado pelo Equador.

06. O Relator leu a proposta do Equador mencionada no parágrafo anterior, a qual foi aprovada com algumas modificações.
07. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação da Argentina sobre apoio à integração regional e negociações comerciais, a qual foi aprovada com algumas modificações.
08. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação de Honduras sobre apoio ao desenvolvimento de uma estrutura legal atualizada de incentivos para a modernização da agricultura.
09. Procedeu-se à aprovação da proposta de recomendação da Delegação do México sobre desenvolvimento da biotecnologia na América Latina e no Caribe, que fora discutida na quarta sessão.
10. O Relator leu a proposta de recomendação da Delegação do Equador sobre apoio aos sistemas de pesquisa e transferência de tecnologia, a qual foi aprovada com algumas modificações.
11. As delegações chegaram a consenso quanto a que a proposta de recomendação da Delegação de Honduras, mencionada no parágrafo 8, não fosse aprovada, dado que o mesmo tema já fora em parte considerado na proposta de recomendação da Delegação da Argentina sobre programas de ajustamento setorial, aprovada na quarta sessão, e além disso, outra parte da proposta significava uma tomada de posição a respeito de problemas internos dos países.
12. O Coordenador Técnico lembrou que na sessão plenária a realizar-se nesse mesmo dia, às 14,00h, seriam considerados os projetos de Declaração e de Recomendação elaborados pela Comissão de Declaração e Recomendações.
13. A sessão foi levantada às 12,50h.

**IX. RELATÓRIO DA COMISSÃO DE
CREDENCIAIS**

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CREDENCIAIS DA
IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE
MINISTROS DA AGRICULTURA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9 do Capítulo II do Regulamento da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e ao acordado na Sessão Preparatória da Conferência a respeito da composição da Comissão de Credenciais, esta foi constituída pelos Representantes do Brasil, Equador, Estados Unidos, Jamaica e St. Kitts e Nevis.

A Comissão examinou as credenciais dos representantes dos Estados membros da OEA e do IICA na IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, encontrando em boa e devida forma as credenciais correspondentes a Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Assinado em 10. de setembro de 1987, na cidade de Ottawa,
Canadá.

Roberto Rodrigues Correia de Araujo
Brasil

James L. Walker
Estados Unidos

Carlos Rendón
Equador

Clarence Franklin
Jamaica

Eugene Petty
St. Kitts e Nevis

**X. DISCURSOS DA SESSÃO DE
ENCERRAMENTO**

DISCURSO DO SR. JOHN WISE, P.C., M.P., PRESIDENTE DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA E DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA

Ao chegarmos ao final tanto da Conferência como da Reunião da Junta, desejo tomar alguns minutos para agradecer às muitas pessoas que contribuíram para o sucesso desses eventos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os delegados a sua ativa participação. A qualidade da contribuição que prestaram, tanto verbal como escrita, resultou em debates e resoluções altamente produtivas.

Ao falar em nome de todas as delegações, agradeço ao IICA os excelentes serviços de secretaria que proporcionou, de modo especial os trabalhos de bastidores de tradução e processamento de documentos. Eles permitiram o bom êxito do nosso encontro.

Agradeço também aos observadores, que demonstraram interesse por nossos debates.

Quero agradecer ainda ao pessoal que trabalhou na organização e apoio logístico deste encontro, a maioria nos bastidores: funcionários da Intertask, intérpretes, oficiais de protocolo, agentes de informação, mensageiros, revisores de provas, pessoal do meu e de outros ministérios, e toda a equipe de apoio.

No decorrer desta semana ouvi comentários positivos sobre a organização desses eventos, sobre o meu Ministério e sobre o Canadá, no papel de país anfitrião, e recebi muitos cumprimentos. Agradeço a todos que expressaram sentimentos tão gentis. De minha parte, a oportunidade de estar e conversar com muitos dos senhores individualmente tornará esta última semana memorável para mim.

Por fim, eu seria ingrato se não reconhecesse também o apoio prestado à nossa conferência pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA).

Conseguimos muito nos últimos dias. Nossos logros são produto do conhecimento, da experiência e do desejo dos senhores de aprender pelo diálogo, e são, acima de tudo, produto da sua cooperação.

Na qualidade de Ministro da Agricultura do Canadá, sou forte defensor do enfoque cooperativo. Geograficamente, o Canadá é um país imenso. Também somos um país diversificado: nossas regiões são todas singulares, assim como o são as necessidades e interesses das indústrias rurais em cada região. Não obstante todas as nossas diferenças, há interesses comuns e objetivos compartilhados: é sobre essas bases que formamos o nosso consenso. Por isso entendo muito bem o valor da cooperação. Sei que ela precisa de equilíbrio no dar e no receber. Esse é o espírito que faz do IICA um instrumento válido para a promoção do desenvolvimento agrícola.

Consideremos o que conseguimos realizar no decorrer desta semana. Na Junta, expressamos a nossa confiança na administração e nos planos futuros do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE). Também aprovamos um orçamento que nos proporcionará os recursos financeiros necessários para levar avante os programas nos próximos dois anos. Por meio da nossa Declaração e das resoluções adotadas na Conferência de Ministros demos instruções ao IICA a respeito de como implementar o Plano de Médio Prazo. A própria Declaração trata especificamente de questões decisivas para viabilizar o setor agrícola nos Estados membros. As resoluções, por sua vez, traduzem a Declaração em ações concretas e de cooperação.

Agradeço a todos a contribuição que deram para a Declaração de Ottawa e as recomendações subseqüentes. Estas podem servir, e certamente servirão, de base para nossa ação a curto e médio prazo. A Declaração surgiu de saudáveis debates. Entretanto, em todos os momentos prevaleceu o espírito de cooperação, fato que muito me impressionou; eu os felicito por isso.

Gostaria de fazer uma última observação: este encontro constituiu uma excelente oportunidade para que os países menores externassem suas opiniões e fossem plenos e ativos parceiros em nossa Organização. A todos os países menores digo o seguinte: os

países maiores os ouviram. Acatamos com prazer seu entusiasmo e suas aspirações. Além disso, aprendemos com as idéias que expuseram de forma tão eloqüente e hábil.

Para o Canadá foi uma grande honra ser anfitrião da Conferência de Ministros e desta Reunião da Junta. Isso serviu para aumentar a nossa fé no Instituto como o mais efetivo meio de orientar os esforços para o desenvolvimento agrícola da Região. Nosso país é amplamente reconhecido como um ativo partícipe da Organização. Aguardamos com prazer futuros esforços conjuntos, quer no âmbito da Organização, quer no nível dos Estados membros individualmente. Também esperamos, com grande interesse, a próxima Reunião da Junta a realizar-se no Brasil.

Para mim, pessoalmente, foi grata a oportunidade de compartilhar informações e idéias com os senhores. Agradeço-lhes, uma vez mais, por terem vindo ao Canadá para estes eventos. A todos desejo uma feliz viagem de regresso.

DISCURSO DO SR. LINCOLN MYERS, MINISTRO DA PRODUÇÃO DE
ALIMENTOS, EXPLORAÇÃO MARINHA, FLORESTAS E MEIO
AMBIENTE DE TRINIDAD E TOBAGO

É para mim uma honra e um prazer esta oportunidade de dirigir-me aos senhores na sessão conjunta de encerramento da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura e da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura.

Senhor Presidente, não tenho dúvida de que falo em nome de todos os delegados quando manifesto a Vossa Excelência, Ministro e Presidente John Wise, que nós, visitantes do seu país nesta ocasião, sempre nos recordaremos da cálida hospitalidade e gentileza do seu povo, em todos os níveis, evidenciadas no decorrer destas reuniões. A fluência com que se desenrolaram os eventos, o nível de segurança e a eficiência tão natural com que nosso bem-estar foi cuidado são dignos de menção especial. Tomo a liberdade, falando como Presidente por alguns instantes, de solicitar ao Diretor-Geral que transmita ao Governo e ao povo do Canadá, em nome de todos nós, o nosso mais sincero apreço por terem sido tão perfeitos anfitriões.

Ao nosso Diretor-Geral, Dr. Martín Piñero, todos queremos felicitar pelo programa que conseguiu levar a cabo no Instituto ao cumprir os diversos mandatos e resoluções que tanto os Ministros como a Junta adotaram em diferentes ocasiões.

Cumpre, certamente, reconhecer o árduo trabalho, a presteza e a eficiência com que atuou o seu pessoal, inclusive o Subdiretor-Geral, o Secretário Técnico e os vários membros da equipe de apoio, que vieram de longe, da Costa Rica. Além disso, todos admiram, tenho a certeza, as elegantes jovens com seus laços de fita vermelha, andando continuamente de um lado para outro, ocupando-se dos nossos pedidos e mantendo a Conferência em movimento. Senhor Presidente, peço novamente aos meus colegas Ministros, aos Delegados, que todos nós demonstremos o nosso apreço pelo excelente apoio recebido desse grupo de jovens, em que incluo também os rapazes de gravata vermelha, dando-lhes uma salva de palmas.

Senhor Presidente, este histórico encontro conjunto da Conferência de Ministros e da Junta abordou uma vasta gama de temas, todos eles de grande significado para o maior impulso dos objetivos fundamentais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Não há outra reunião de Ministros da Agricultura neste Hemisfério que revista maior importância. Digo isso não só pelas personalidades que se reuniram esta semana aqui, em Ottawa, mas sobretudo talvez pelas circunstâncias verdadeiramente importantes da hora presente. Fomos lembrados de que em quase todos os países da família interamericana situações da economia global vêm provocando não apenas a estagnação, mas o retrocesso das vantagens sociais e econômicas que muitos dos nossos povos começaram a obter na última década. O que ouvimos nos últimos dias de parte de muitos oradores, Senhor Presidente, é que não há uma alternativa amplamente reconhecida para o fato de que a mudança no destino das nossas economias depende, em primeiro lugar, da modernização, da reabilitação, da revitalização e da transformação do nosso setor agrícola.

Senhor Presidente, é nosso sagrado dever, como Ministros responsáveis pela agricultura, convencer nossos Primeiros-Ministros, nossos Presidentes, nosso povo — e permitam-me fazer menção especial aos nossos Ministros da Fazenda, conforme o ilustre Ministro da Agricultura de Barbados tão sabiamente nos lembrou nesta semana — da necessidade de assegurar que um adequado volume de recursos seja destinado à agricultura e ao desenvolvimento rural.

Na qualidade de Ministros da família interamericana, demos ao mundo, emanada de nossas deliberações esta semana, a Declaração de Ottawa.

Senhor Presidente, essa Declaração é o nosso toque de clarim para conclamar o desenvolvimento e a transformação da agricultura, e o progresso do meio rural nos países em desenvolvimento da América. Ela é, Senhor Presidente, a nossa Carta Magna. Nós, Ministros, jamais seremos perdoados pelas gerações futuras se, em consequência dos nossos atos, das atuais realizações de nossos governos, falharmos em dar sentido aos princípios e estratégias enunciados nessa Declaração. Jamais devemos ser acusados de haver

definido que a retórica seja simplesmente um produto final aceitável. Em outras palavras, Senhor Presidente, devemos ser precisos no nosso entendimento de que a palavra não é o fato. Digo isso porque, se falharmos no esforço para ir além da retórica, então nossas grandiosas expressões de preocupação com aqueles que passam fome, com os doentes, os pobres, os lavradores e os pequenos produtores sem-terra e espoliados, nos perseguirão e porão em jogo a nossa gestão como Ministros da Agricultura.

Senhor Presidente, quero cumprimentar os meus colegas Ministros e Chefes de Delegação por terem atuado como estadistas, por sua compreensão e pelo respeito que tão habilmente demonstraram pelas circunstâncias próprias de cada país durante os nossos debates. O IICA recebeu orientação precisa sobre a maneira de proceder na luta pelo desenvolvimento do setor agrícola e do meio ambiente rural dos países da América Latina e do Caribe.

Como vamos dar prosseguimento a estratégias adequadas e a vários projetos de desenvolvimento, Senhor Presidente, creio ser muito importante que nos lembremos todos do que se tem chamado de nova "Agenda Internacional do Meio Ambiente". Essa Agenda abrange temas internos tais como erosão do solo, extinção em massa de espécies, mau aproveitamento dos recursos de solo e água, chuva ácida, desmatamento de florestas tropicais, etc. É preciso não esquecer que o desenvolvimento econômico sustentado demanda rigorosa atenção e adesão às medidas protetoras do meio ambiente. Devemos atender às demandas da presente geração, sem diminuir as expectativas das próximas.

Para não parecer a alguns de nós que essas afirmativas são exageradas, permitam-me apenas recordar que dados de satélites dão conta de que a Índia perdeu cerca de 16% da sua reserva florestal em oito anos, entre 1973 e 1981. Além disso, no período de 1982-83 sete incêndios florestais na Indonésia e na Malásia consumiram uma área equivalente à metade quase da perda anual média de florestas de todo o tipo do Trópico Úmido. Registros científicos sobre as consequências da poluição industrial indicam efeitos alarmantes em 34% da reserva florestal na Alemanha Ocidental, 20% em algumas regiões da Suécia, 10% na Iugoslávia, além de 30% em algumas partes da França. E nós, Senhor Presidente, sabemos que

número, que percentagem de árvores estarão igualmente afetadas nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe?. Com isso quero apenas dizer que nunca é cedo para começar.

Senhor Presidente, temos de fato um interesse real e nos sentimos verdadeiramente responsáveis nos aspectos relacionados com o controle do desenvolvimento e do efeito global de novas fronteiras no microcosmos da biotecnologia e da engenharia genética, ao mesmo tempo em que adotamos as medidas necessárias para preservar e aprimorar o macrocosmos de meio ambiente físico mais abrangente em que vivemos no dia-a-dia.

Senhor Presidente, como sempre acontece, algumas das melhores coisas são deixadas para o final. Vossa Excelência, Senhor Ministro, revelou uma personalidade extraordinária, que cativou a todos nós. Além disso, sua habilidade e eficiência, como Presidente da Conferência foram admiradas por todos. Peço a meus colegas que demonstrem os nossos sentimentos por Vossa Excelência. Todos lhe desejamos, e à sua família, boa sorte.

Senhor Presidente, meus nobres colegas, até o próximo encontro.

Obrigado, merci beaucoup, muchas gracias, thank you.

DISCURSO DO DR. MARLÍN E. PIÑEIRO,
DIRETOR-GERAL DO IICA

Estamos encerrando nossa reunião que, tenho a certeza, será lembrada como uma das mais importantes do Instituto. Esta reunião simultânea da JIA e da CIMAB abordou uma vasta gama de temas, alguns de grande transcendência para o IICA e, acredito, para a agricultura do Continente.

Além disso, foram considerados assuntos relevantes, que conformam a Declaração de Ottawa; foram formuladas importantes resoluções e recebemos a adesão de dois novos Estados membros.

A Declaração e as recomendações definem o consenso dos países sobre temas importantes, tais como o papel da agricultura, a importância da sua modernização em coerência com a idiossincrasia de nossos agricultores, a importância da modernização do setor público e a potencialidade da cooperação internacional.

Creio que nos encontramos num momento histórico importante para a agricultura. Assim como as décadas de 50 e 60 foram de desenvolvimento industrial, hoje parece emergir um renovado otimismo e uma renovada vontade em torno da agricultura. Também há mais clareza e um consenso mais amplo quanto aos problemas principais e suas possíveis soluções.

Se essas percepções estiverem corretas, esta terá sido de fato uma reunião importante para todos nós e para os que dependem da agricultura, porque teremos ingressado numa nova etapa do desenvolvimento agropecuario.

A Declaração de Ottawa, as recomendações e -mais significativamente- as resoluções da JIA, constituem um mandato preciso para o Instituto, complementam e aprofundam a orientação técnica do Plano de Médio Prazo e o fortalecem politicamente, permitindo que programemos nossas atividades na direção já apontada pela Junta há um ano atrás, no México.

A decisão no sentido de que preparemos um plano estratégico para reativar o setor agropecuário na Região representa, sem dúvida, um novo desafio para o IICA. Sintetiza o desejo dos países de que os debates e diretrizes resultantes da IX CIMA se traduzam numa proposta de ações concretas. As diretrizes traçadas para a sua preparação estabelecem com clareza a necessidade de que sejam propostos novos mecanismos que dinamizem as ações conjuntas entre os países para a solução de problemas comuns, o que representa um intenso trabalho de consultas durante o processo de elaboração do Plano, as quais alcançarão sua expressão máxima quando forem submetidas ao Comitê Executivo, no próximo ano.

A magnitude que essa iniciativa possa ter depende de todos nós. Na medida em que obtenhamos maior consenso quanto ao papel da agricultura e sua importância para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, sua contribuição para a estabilidade política e a paz na Região, poderemos conseguir que essa idéia se transforme no primeiro passo de uma vigorosa ação conjunta. De nossa parte, aceitamos o desafio aí implícito.

Não poderia deixar de mencionar, neste momento, a aprovação do orçamento-programa com um aumento nas contribuições dos países, apesar das dificuldades por eles enfrentadas. Essa ação traduz, como o expressou o Excelentíssimo Senhor Ministro de Barbados, uma convicção sobre a importância da agricultura. Comprometo-me a tudo fazer para administrar esses recursos com eficiência, procurando atender às necessidades dos países.

Para finalizar, quero formular o meu agradecimento ao Brasil por haver oferecido a sede para a próxima reunião ordinária da Junta. Associo-me às palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura de Trinidad e Tobago e agradeço a todos que contribuíram para o sucesso desta reunião. Em primeiro lugar, ao povo deste maravilhoso país, o Canadá, e a suas autoridades, cuja hospitalidade deixará gravada em todos nós a recordação destes dias em que nos foi possível admirar a gentileza, a generosidade e o espírito de trabalho de uma sociedade que dá mostras da sua preocupação com o progresso da Humanidade.

Os meus sinceros agradecimentos, pois, ao Canadá e as suas autoridades, personalizadas no Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, John Wise, e em seus colaboradores, que tanto se esforçaram não só por tornar seu trabalho mais eficiente, como, também, mais grato para nós.

Agradeço, ainda, aos intérpretes e ao pessoal de apoio logístico que, com presteza, facilitaram o nosso trabalho diário. Meu muito obrigado a todos os participantes, sem cuja contribuição nada se poderia ter feito.

XI. LISTA DE PARTICIPANTES

ESTADOS MEMBROS DO IICA

ANTÍGUA E BARBUDA

Titular

Hilroy Humphreys
Minister of Agriculture, Fisheries, Lands and
Housing
Ministry of Agriculture, Fisheries, Lands and
Housing
High Street
St. John's

Suplente

Ernest Benjamin
Permanent Secretary
Ministry of Agriculture, Fisheries, Lands and
Housing
High Street
St. John's

ARGENTINA

Titular

Ruy de Villalobos
Subsecretario de Economía Agraria
Ministerio de Economía
Secretaría de Agricultura, Ganadería y
Pesca
Buenos Aires

Suplentes

Víctor Eduardo Machinea
Director del Servicio Agrario Internacional
Secretaría de Agricultura, Ganadería y
Pesca
Buenos Aires

Manuel Otero
Ministro Consejero
Embajada de Argentina
Royal Bank Center
90 Sparks St., Suite 620
Ottawa, Ontario K1P 5B4
Canadá

Alfredo Alcorta
Ministro Consejero
Embajada de Argentina
151 Slater Street
Ottawa, Ontario K1P 5H3
Canadá

Alberto Prospero
Consejero
Embajada de Argentina
151 Slater St.
Ottawa, Ontario K1P 5H3
Canadá

Julián Luis Tetamanti
Primer Secretario
Embajada de Argentina
Royal Bank Center
90 Sparks St., Suite 620
Ottawa, Ontario K1P 5B4
Canadá

José Pérez Gabilondo
 Segundo Secretario
 Embajada de Argentina
 Royal Bank Center
 90 Sparks Street, Suite 620
 Ottawa, Ontario K1P 5B4
 Canadá

BARBADOS

Titular

Warwick O. Franklin
 Minister of Agriculture, Food and Fisheries
 Ministry of Agriculture, Food and Fisheries
 Graeme Hall
 Christ Church

Suplente

Clifton E. Maynard
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture, Food and Fisheries
 Graeme Hall
 Christ Church

BOLÍVIA

Titular

José Guillermo Justiniano Sandoval
 Ministro de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 Ministerio de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 La Paz

Suplente

Jaime Muñoz-Reyes
 Asesor General - Cooperación Internacional
 Ministerio de Asuntos Campesinos y
 Agropecuarios
 La Paz

BRASIL

Titular

Iris Rezende Machado
 Ministro da Agricultura
 Ministério da Agricultura
 Brasília, D.F.

Suplentes

Pedro Paulo Pinto Assumpção
 Coordenador
 Coordenação de Assuntos Internacionais de
 Agricultura - CINGRA
 Ministério da Agricultura
 Brasília, D.F.

Paulo Ernane Miranda Ortegãl
 Assessor do Ministro da Agricultura
 Ministério da Agricultura
 Brasília, D.F.

Roberto Rodrigues Correia de Araujo
 Diretor da Divisão Técnica - DITEC
 Coordenação de Assuntos Internacionais de Agricultura - CINGRA
 Ministério da Agricultura
 Brasília, D.F.

Joaquim Whitaker Salles
 Chefe da Divisão da
 Organização dos Estados Americanos
 Ministério das Relações Exteriores
 Brasília, D.F.

Nuno Alvaro Guilherme D'Oliveira
 Ministro
 Embaixada do Brasil no Canadá
 255 Albert, Ste 900
 Ottawa, Ontario K1P 6A9
 Canadá

Andrea Regueira David
 Secretário
 Embaixada do Brasil do Canadá
 255 Albert, Ste 900
 Ottawa, Ontario K1P 6A9
 Canadá

CANADÁ

Titular

John Wise, P.C., M.P.
 Minister of Agriculture
 Department of Agriculture
 Sir John Carling Building
 Ottawa, Ontario
 K1A 0C5

Suplentes

Jean-Jacques Noreau
 Sous-Ministre
 Agriculture Canada
 Sir John Carling Building
 Ottawa, Ontario
 K1A 0C5

Charles Mayer
Minister of State
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Pierre Blais
Minister of State
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Michel Champagne
Parliamentary Secretary to the Minister of
Agriculture
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Roger Clinch
Parliamentary Secretary to the Minister of
External Relations
Department of External Relations
Lester B. Pearson Bldg.
125 Sussex Drive
Ottawa, Ontario
K1A 0G2

John E. McGowan
Senior Assistant Deputy Minister
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Peter Elzinga
Minister of Agriculture for the Province of
Alberta
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Bryan Perkins
Director General
Farm Development Policy
Agriculture Canada
Sir John Carling Building
Ottawa, Ontario
K1A 0C5

Kenneth J. Harley
Director, South America Relations Division
Department of External Affairs
Ottawa, Ontario
K1A 0A6

Bethany Armstrong
Deputy Director General
Agricultural Trade Policy Division
Department of External Affairs
Tower C. 6th Fl., Pearson Building
125 Sussex Drive
Ottawa, Ontario
K1A 0G2

Domingus Donida
Director General for South America Region
Canadian International Development Agency
(CIDA)
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec
H1A 0G4

COLOMBIA

Titular

Luis Guillermo Parra Dussán
 Ministro de Agricultura
 Ministerio de Agricultura
 Bogotá

Suplente

Jorge Bustamante Roldán
 Gerente General del Fondo de Desarrollo Rural
 Integrado (DRI)
 Carrera 10a., No. 27-27, Piso 11
 Bogotá

COSTA RICA

Titular

Oswaldo Pandolfo
 Vice-Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San José

Suplentes

Mario Aurelio Guillén Solano
 Embajador de Costa Rica en Canadá
 Embajada de Costa Rica
 150 Argyle Street, Suite 115
 Ottawa, Ontario, K2P 1B7
 Canadá

Ezequiel García
 Director Ejecutivo Secretaría de
 Planificación Sectorial de Desarrollo
 Agropecuario (SEPSA)
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San José

Urías Ugalde Varela
 Director Proyecto Incremento
 Productividad Agrícola (PIPA)
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San José

CHILE

Titular

Emilio Madrid
 Presidente Ejecutivo
 Instituto de Investigaciones Agropecuarias
 Ministerio de Agricultura
 Santiago

Suplente

Hernán Burgos Mujica
 Jefe Departamento Comercio y Asistencia
 Técnica Internacional
 Oficina de Planificación Agrícola
 Ministerio de Agricultura
 Santiago

DOMINICA

Titular

Charles A. Maynard
 Minister for Agriculture, Trade,
 Industry and Tourism
 Government Headquarters
 Roseau

EL SALVADOR

Titular

Carlos Aquilino Duarte Funes
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San Salvador

Suplente

Alirio Mendoza
 Asesor del Ministro de Agricultura
 y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 San Salvador

EQUADOR

Titular

Marcos Espinel Martínez
 Ministro de Agricultura y Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Quito

Suplentes

Diego Gándara
Subsecretario de la Sierra y Amazonía
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Quito

Jorge Soria
Asesor del Ministro de Agricultura y
Ganadería
Ministerio de Agricultura y
Ganadería
Quito

Carlos Rendón
Asesor Económico del Ministerio de
Agricultura y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Quito

Julio Ycaza
Asesor del Ministerio de Agricultura
y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Quito

Carlos Luzuriaga
Asesor
Unidad de Análisis de Política
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Quito

ESTADOS UNIDOS

Titular

Richard E. Lyng
 Secretary of Agriculture
 Department of Agriculture
 Washington, D.C., 20250

Suplentes

Joan Wallace-Dawkins
 Administrador
 Office of International Cooperation and
 Development (OICD)
 Department of Agriculture
 Washington D.C., 20250

Roger P. Lewis
 International Relations Adviser
 Office of International Cooperation and
 Development (OICD)
 Department of Agriculture
 Washington D.C., 20250

Donald E. J. Stewart
 Alternate Representative
 Permanent Mission of the
 United States to the OAS
 Department of States
 Washington D.C., 20520

Gordon Straub
 Deputy Director
 Regional Office of Central America
 Programs (ROCAP)
 Agency for International Development
 US Embassy
 Guatemala, Guatemala

Larry F. Thomasson
 Counselor Agricultural Affairs
 Embassy of the United States of America
 100 Wellington Street
 Ottawa, Ontario K1P 5T1
 Canada

James Walker
 Assistant Administrator for Research
 and Development
 Office of International Cooperation
 and Development
 Department of Agriculture
 Washington, D.C. 20250

Jeffrey A. Hesse
 Agricultural Attaché
 Embassy of the United States
 100 Wellington Street
 Ottawa, Ontario K1P 5T1
 Canada

Charles J. O'Mara
 Assistant Administrator
 International Trade Policy
 Foreign Agricultural Service
 Department of Agriculture
 Washington, D.C., 20250

James R. Tarrant
 Counselor for Economic Affairs
 Embassy of the United States
 100 Wellington St.
 Ottawa, Ontario K1P 5T1
 Canada

GRENADA

Titular

Denis Noel
Acting Permanent Secretary
Ministry of Agriculture
Botanic Gardens and Archibald Avenue
St. George's

Suplente

Mark Isaac
Acting Consul General
Government of Grenada
439 University Avenue
Toronto, Ontario M5G 1Y8
Canada

GUATEMALA

Titular

Rodolfo Estrada Hurtarte
Ministro de Agricultura, Ganadería
y Alimentación
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Alimentación
Guatemala

Suplente

Carlos de León Prera
Vice-Ministro de Agricultura
Ministerio de Agricultura, Ganadería
y Alimentación
Guatemala

GUYANA

Titular

Patrick L. McKenzie, A.A.
 Senior Minister in the Ministry
 of Agriculture
 Ministry of Agriculture
 Georgetown

HAITI

Titular

Gustave Menager
 Ministre de l'Agriculture, des Ressources
 Naturelles et du Développement Rural
 Ministère de l'Agriculture
 Damién
 Port-au-Prince

Suplente

Lucien Duviérier
 Conseiller du Ministre de l'Agriculture
 Ministère de l'Agriculture
 Damién
 Port-au-Prince

HONDURAS

Titular

José Montenegro
 Vice-Ministro de Recursos Naturales
 Ministerio de Recursos Naturales
 Tegucigalpa

Suplentes

Alejandro Flores Mendoza
 Embajador de Honduras en Canadá
 Embajada de Honduras
 151 Slater Street
 Ottawa, Ontario K1P 5H3
 Canadá

Roberto Villeda Toledo
 Asesor del Ministro de Recursos Naturales
 Ministerio de Recursos Naturales
 Tegucigalpa

O. Leopoldo Alvarado
 Secretaría de Recursos Naturales
 Ave. Gao, Boulevard Miraflores
 Tegucigalpa

JAMAICA

Titular

Percival Broderick
 Minister of Agriculture
 Ministry of Agriculture
 Hope Gardens
 Kingston 6

Suplentes

Clarence Franklin
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture
 Hope Gardens
 Kingston 6

Norma Taylor-Roberts
 Deputy High Commissioner
 Jamaica High Commission to Canada
 275 Slater St.
 Ottawa, Ontario
 Canada

Joy Johnson
 Coordinator of Agricultural Research
 Ministry of Agriculture
 Hope Gardens
 Kingston 6

MÉXICO

Titular

Eduardo Pesqueira Olea
 Secretario de Agricultura y Recursos
 Hidráulicos
 Secretaría de Agricultura y Recursos
 Hidráulicos
 México D.F.

Suplentes

Emilio Carrillo-Gamboa
 Embajador de México en Canadá
 Embajada de México
 130 Albert Street, Suite 206
 Ottawa, Ontario K1P 5G4
 Canadá

Carlos Vidali Carbajal
 Director General de Asuntos Internacionales
 Secretaría de Agricultura y Recursos
 Hidráulicos
 México D.F.

Nicolás Escalante-Barret
 Ministro
 Embajada de México
 130 Albert Street, Suite 206
 Ottawa, Ontario K1P 5G4
 Canadá

Rosamaría Villarello Reza
 Coordinadora de Proyectos Internacionales
 Secretaría de Agricultura y Recursos
 Hidráulicos
 México D.F.

Guadalupe Belloc Ybarra
 Subdirectora de Cooperación para América
 Latina y el Caribe
 Secretaría de Agricultura y Recursos
 Hidráulicos
 México D.F.

NICARÁGUA

Titular

Salvador Mayorga Sacasa
 Primer Vice-Ministro
 Ministerio de Desarrollo Agropecuario
 y Reforma Agraria
 Managua

Suplente

María Caridad González
 Directora de Colaboración Económica
 Externa
 Ministerio de Desarrollo Agropecuario
 y Reforma Agraria
 Managua

PANAMÁ**Titular**

Cayo Julio Rodríguez
Vice-Ministro de Desarrollo Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Panamá

Suplente

Gustavo González
Asesor del Ministro de Desarrollo
Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Panamá

PARAGUAI**Titular**

Luis Alberto Alvarez
Director de Investigación y Extensión
Agropecuaria y Forestal
Ministerio de Agricultura y Ganadería
Asunción

PERU**Titular**

Guillermo Burga Ortiz
Director Ejecutivo
Proyecto de Planificación Agrícola
y Desarrollo Institucional (PADI)
Ministerio de Agricultura
Lima

REPÚBLICA DOMINICANA

Titular

Juan Francisco Grullón
 Subsecretario de Estado de Investigación,
 Extensión y Capacitación Agropecuaria
 Secretaría de Estado de Agricultura
 Santo Domingo

Suplente

Fausto Grisanty
 Asistente del Subsecretario Técnico de
 Planificación Sectorial Agropecuaria
 Secretaría de Estado de Agricultura
 Santo Domingo

SANTA LÚCIA

Titular

Ferdinand Henry
 Minister for Agriculture, Lands, Fisheries
 and Cooperatives
 Ministry for Agriculture, Lands, Fisheries
 and Cooperatives
 Castries

Suplente

David Demacque
 Director of Agricultural Services
 Ministry for Agriculture, Lands, Fisheries
 and Cooperatives
 Castries

SÃO VICENTE E GRANADINAS**Titular**

Marcus De Freitas
Minister of Trade, Industry and
Agriculture
Ministry of Trade, Industry and
Agriculture
Kingstown

SURINAME**Titular**

Cornelis S.H. Ardjosemito
Minister for Agriculture, Animal
Husbandry and Fishery
Ministry of Agriculture, Animal
Husbandry and Fishery
Cultuurtuinlaan
Paramaribo

Suplente

Frank A. del Prado
Deputy Permanent Secretary
Ministry of Agriculture, Animal
Husbandry and Fishery
Cultuurtuinlaan
Paramaribo

TRINIDAD E TOBAGO

Titular

Lincoln Myers, M.P.
 Minister of Food Production, Marine
 Exploitation, Forestry and the Environment
 Ministry of Food Production, Marine
 Exploitation, Forestry and the Environment
 Port of Spain

Suplente

E. Patrick Alleyne
 Permanent Secretary
 Ministry of Food Production, Marine
 Exploitation, Forestry and the
 Environment
 Port of Spain

URUGUAI

Titular

Pedro Bonino Garmendia
 Ministro de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Montevideo

Suplentes

Pedro Olmos
 Subdirector General
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Montevideo

Zulma Guelman
Encargada de Negocios a.i.
Embajada de Uruguay
130 Albert Street, Ste 1907
Ottawa, Ontario, K1P 5G4
Canadá

VENEZUELA

Titular

Felipe Gómez Alvarez
Ministro de Agricultura y Cría
Ministerio de Agricultura y Cría
Caracas

Suplentes

Martín Ramírez Blanco
Presidente
Fondo de Crédito Agropecuario
Edificio FCA
Salvador de León
A Socarras, Caracas 1010

Rafael Pinto Montenegro
Asesor
Ministerio de Agricultura y Cría
Caracas

Gerardo Thielen
Segundo Secretario
Embajada de Venezuela
294 Albert Street, Suite 602
Ottawa, Ontario K1P 6E6
Canadá

ESTADOS MEMBROS DA OEA NÃO MEMBROS DO IICA

ST. KITTS E NEVIS

Titular

Hugh C. Heyliger
Minister of Agriculture, Lands, Housing
and Development
Ministry of Agriculture, Lands, Housing
and Development
Church Street
Basseterre

Suplente

Eugene Petty
Permanent Secretary
Ministry of Agriculture, Lands, Housing
and Development
Church Street
Basseterre

PAÍSES OBSERVADORES PERMANENTES

ALEMANHA

Michael Deckwitz
First Secretary
Embassy of the Federal Republic
of Germany
4645 Reservoir Road
Washington D.C. 20007
USA

BÉLGICA

Pierre de Wulf
Agricultural Attaché
Ambassade de Belgique
85 Range Road
Ottawa, Ontario K1N 8J6
Canada

COREIA

Bang Bin Huh
Counsellor
Embassy of the Republic of Korea
in Canada
85 Elwood Street, Floor No.10
Ottawa, Ontario K1P 684
Canada

ESPAÑA

Vicente González Loscertales
 Coordinador de Relaciones ICI-IICA
 Instituto de Cooperación Iberoamericana
 Embajada de España en Costa Rica
 Apartado Postal 10.150
 1.000 San José, Costa Rica

José Alvarez Ramos
 Consejero de Agricultura, Pesca y
 Alimentación
 Embajada de España en Costa Rica
 Apartado Postal 10.150
 1.000 San José, Costa Rica

FRANÇA

Jean-Pierre Cabouat
 Ambassadeur de France au Canada
 Ambassade de la République Française
 10 John Street
 Ottawa, Ontario K1M 1P5
 Canada

Bernard Charpantier
 Attaché Agricole
 Ambassade de la République Française
 10 John Street
 Ottawa, Ontario K1M 1P5
 Canada

Philippe Gujo
 Consejero Regional de Cooperación
 Científica y Técnica en América Central
 Embajada de Francia en Costa Rica
 Apartado 10.177
 1.000 San José
 Costa Rica

ISRAEL

Yahalomah Shehory
Minister for Agricultural Affairs
Embassy of Israel
Washington, D.C.
USA

Gideon Meir
Counsellor
Embassy of Israel
410 Laurier Ave. W., Ste 601
Ottawa, Ontario K1R 7T3
Canada

ITALIA

Pierina Marocco
Commercial Attaché
Embassy of Italy
275 Slater Street
Ottawa, Ontario K1P 5H9
Canada

JAPÃO

Motoi Kodaira
First Secretary
Embassy of Japan
255 Sussex Drive
Ottawa, Ontario K1N 9E6
Canada

ORGANISMOS DO SISTEMA INTERAMERICANO

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

João Clemente Baena Soares
Secretario General
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C. 20006
EUA

Gustavo Martínez
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C. 20006
EUA

Hugo Cohan
Organización de los Estados Americanos
1889 F. St., N.W.
Washington, D.C. 20060
EUA

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
(BID)

Leonardo A. da Silva
Subgerente, Desarrollo Agropecuario y
Social
Departamento de Análisis de Proyectos
Banco Interamericano de Desarrollo
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
EUA

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)

Sara Navas de Siefer
 Presidenta
 Comisión Interamericana de Mujeres
 1889 F. Street, N.W., 8th Floor
 Washington, D.C., 20006
 EUA

Julieta Jardí de Morales Macedo
 Delegada Titular del Uruguay ante la CIM
 1889 F. Street, N.W., 8th Floor
 Washington, D.C., 20006
 EUA

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS)

Joe Held
 Veterinary Public Health Program
 525 23rd St. N.W.
 Washington, D.C. 20037
 USA

**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
 PARA A AGRICULTURA (IICA)**

Martín E. Piñero
 Director General
 Oficina Central del IICA
 Apartado Postal 55
 2200 Coronado
 San José, Costa Rica

L. Harlan Davis
 Subdirector General
 Oficina Central del IICA
 Apartado Postal 55
 2200 Coronado
 San José, Costa Rica

CENTRO AGRONÓMICO TROPICAL DE PESQUISA
E ENSINO (CATE)

Rodrigo Tarté
Director
Apartado Postal 74
Turrialba
Costa Rica

Oscar Fonseca
Subdirector General
Apartado Postal 74
Turrialba
Costa Rica

Donald McArthur
Director de Finanzas
Apartado Postal 74
Turrialba
Costa Rica

José Luis Parísí
Jefe, Departamento Estudios de Post-grado
Apartado Postal 74
Turrialba
Costa Rica

Agustín López
Jefe de Administración
Apartado Postal 74
Turrialba
Costa Rica

OUTROS FUNCIONÁRIOS CANADENSES

CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY (CIDA)

Gilles Lessard
Director General
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Bruno Hebert
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Iain C. MacGillivray
Specialist
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Phil Hazelton
Senior Planning Officer
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Nicholas Norcott
Country Program Manager
Colombia-Ecuador Section
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Ron Macintosh
Institutional Development Officer
Multilateral Programs Branch
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Elaine Nickerson
Planning Officer, Americas Branch
200 Promenade du Portage
Hull, Quebec

Louise Marchand
 Country Program Manager, American Branch
 200 Promenade du Portage
 Hull, Quebec

AGRICULTURAL INTERNATIONAL DEVELOPMENT
 ASSOCIATES OF CANADA (AICDAC)

Eugene Whelan
 President
 350 Sparks St.
 Suite 703
 Ottawa, Ontario
 K1R 7S8

Vivaldo Latoche
 Director Latin American Division
 350 Sparks St. Suite 703
 Ottawa, Ontario
 K1R 7S8

AGRICULTURAL INSTITUTE OF CANADA

José Tubino
 Representative
 Agricultural Institute of Canada
 151 Slater Street
 Ottawa, Ontario

CANADIAN SEED TRADE ASSOCIATION

Executive Vice-President
 204-2948 Baseline Road
 Ottawa, Ontario
 K0A 3P0

CO-OPERATIVE UNION OF CANADA

Albert Chambers
 Director for Government Affairs
 400-275 Bank St.
 Ottawa, Ontario
 K2P 2L6

GUELPH INTERNATIONAL DEVELOPMENT
CONSULTANTS

Brian Brandenburg
 President
 212 Speedvale Ave.
 Guelph, Ontario
 N1H 1C4

INTERNATIONAL FEDERATION OF AGRICULTURAL
PRODUCERS

Frank Shefrin
 North American Representative
 2043 Dover Court Ave.
 Ottawa, Ontario
 K2A 0X2

NATIONAL FARMERS UNION

Wayne Easter
 250C Second Ave. S.
 Saskatoon, Saskatchewan
 S7K 2M1

Raye-Anne Briscoe
 250C Second Ave. S.
 Saskatoon, Saskatchewan
 S7K 2M1

UNIVERSITY OF GUELPH

Elizabeth McGregor
Coordinator International Programs
University of Guelph
Guelph, Ontario
N1G 2W1

Truman Phillips
Professor
Department of Agricultural Economics
and Business
University of Guelph
Guelph, Ontario
N1G 2W1

RURAL DEVELOPMENT CORPORATION

Max Bade
President
1292 Chattaway Avenue
Ottawa, Ontario
K1H 7S4

WORLD FOOD DAY ASSOCIATION OF CANADA

Paul Ares
Executive Director
255 Argyle Avenue
Ottawa, Ontario
K2P 1B8

ORGANISMOS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO)

Mario E. Jalil
Subdirector General de la FAO
y Representante Regional para América
Latina y el Caribe
Casilla 10.095
Santiago, Chile

Frederick Zenny
FAO Representative in Barbados
Kay's House
Roebuck Street
Bridgetown, Barbados

James Hill
Senior Economist
FAO Liaison
Office North America
Washington, D.C., USA

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO
E DESENVOLVIMENTO (BIRD)

Avishai Braverman
Chief
Agriculture Development Division
Agriculture and Rural Development Department
International Bank for Reconstruction
and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
USA

CONSELHO MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO (CMA)

Gerald I. Trant
 Executive Director
 World Food Council
 United Nations
 Via delle Terme di Caracalla
 00100 Rome, Italy

Uwe Kracht
 Chief
 Policy Development and Economics Analysis
 World Food Council
 Via delle Terme di Caracalla
 00100 Rome, Italy

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA
E O CARIBE (CEPAL)

Luis López-Cordovez
 Director de la División Agrícola
 Conjunta CEPAL/FAO
 Casilla 179-D
 Santiago, Chile

FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA (FIDA)

Bachir Souhail
 Director for Latin America
 and the Caribbean
 107, Via del Serafico
 00142 Rome, Italy

Moise Mensah
 Assistant President
 Embassy of People's Republic of Benin
 58 Glebe Ave.
 Ottawa, Ontario
 Canada

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

H. John Harker
 Director Canada Branch Office
 75 Albert St., Ste 202
 Ottawa, Ontario
 K1P 5E7

OBSERVADORES DE OUTROS ORGANISMOS

CARIBBEAN AGRICULTURAL RESEARCH AND
 DEVELOPMENT INSTITUTE (CARDI)

Derrick Dyer
 Executive Director
 Caribbean Agricultural Research and
 Development Institute
 University of the West Indies
 St. Augustine, Trinidad and Tobago

CARIBBEAN COMMUNITY SECRETARIAT (CARICOM)

Ronald M. Gordon
 Officer in-charge
 Agricultural Development Section
 Caribbean Community Secretariat
 P.O. Box 10827
 Georgetown, Guyana

CENTRO INTERNACIONAL DE AGRICULTURA
TROPICAL (CIAT)

Fillemón Torres
Director General Adjunto
Centro Internacional de Agricultura
Tropical
Apartado Aéreo 6713
Cali, Colombia

CENTRO REGIONAL DE EDUCACION DE ADULTOS
Y ALFABETIZACION FUNCIONAL PARA AMERICA
LATINA (CREFAL)

Luis G. Benavides I.
Director General
Centro Regional de Educación de Adultos
y Alfabetización Funcional para América
Latina
Quinta Eréndira
61600 Pátzcuaro
Michoacán, México

CONSEJO ASESOR IBEROAMERICANO DE
JUVENTUDES RURALES (CALJR)

Carlos Aquino González
Presidente
Consejo Asesor Iberoamericano de
Juventudes Rurales
Santo Domingo
República Dominicana

INSTITUTO DE COOPERACION IBEROAMERICANA
(ICI)

Jesús Plaza Llorente
Coordinador de la Unidad de Proyectos
Agrarios de Cooperación para el
Desarrollo
Instituto de Cooperación Iberoamericana
Avda. Reyes Católicos 4
28040 Madrid
España

INSTITUT DE DÉVELOPPEMENT INTERNATIONAL ET
DE COOPÉRATION (IDIC)

Georges Hénault
Directeur
Institut de Développement International
et de Coopération
Université d'Ottawa
50 Collège Lane
Ottawa, Ontario K1N 6N5
Canada

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH
INSTITUTE (IFPRI)

Rafael Celis
Research Fellow
International Food Policy Research
Institute
1776 Massachusetts Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20036
USA

OFFICE INTERNATIONAL DES EPIZZOTIES (OIE)

John E. McGowan
 Permanent Delegate of Canada to the OIE
 Agriculture Canada
 Sir John Carling Building
 Ottawa, Ontario K1A 0C5
 Canada

ORGANISMO INTERNACIONAL REGIONAL DE
 SANIDAD AGROPECUARIA (OIRSA)

Rafael Ernesto Mata Pereira
 Director Ejecutivo
 Organismo Internacional Regional de
 Sanidad Agropecuaria
 Apartado Postal (01) 61
 San Salvador, El Salvador

ORGANIZATION OF EASTERN CARIBBEAN STATES

James Pompey
 Acting High Commissioner
 Organization of Eastern Caribbean States
 112 Kent St., Ste 1701
 Ottawa, Ontario K1P 5P2
 Canada

SECRETARIA PERMANENTE DEL TRATADO GENERAL
 DE INTEGRACION ECONOMICA CENTROAMERICANA
 (SIECA)

Raúl Sierra Franco
 Secretario General
 Secretaría Permanente del Tratado General
 de Integración Económica Centroamericana
 Apartado Postal 1237
 Guatemala, Guatemala

Manuel Martínez y Martínez
Director del Departamento Agrícola
Secretaría Permanente del Tratado General
de Integración Económica Centroamericana
Apartado Postal 1237
Guatemala, Guatemala

DIRETORES EMÉRITOS DO IICA

José Emilio G. Araujo
Rua Antonio Basilio 450, Apt. 801
20511 Tijuca
Rfo de Janeiro, R.J.,
Brasil

Armando Samper
Apartado Aéreo 100-286
Bogotá, Colombia

PESSOAL DO IICA

Martín E. Piñeiro	Diretor-Geral
L. Harlan Davis	Subdiretor-Geral
Cassio Luiselli	Subdiretor-Geral Adjunto de Operações
Félix M. Cirio	Assessor do Diretor-Geral
Ernani Fiori	Representante do IICA no Canadá
Fausto Jordán	Diretor do Programa III
Diego Londono	Diretor de Programação e Avaliação
Rodolfo Martínez	Diretor de Operações da Área Norte
Luis A. Montoya	Diretor de Operações da Área Andina
Harry C. Mussman	Diretor do Programa V
J. André Ouellette	Diretor da Coordenação de Assuntos Institucionais

Reynaldo Pérez	Secretário Técnico do CORECA
Reginald Pierre	Diretor de Operações da Área do Caribe
Carlos Pomareda	Diretor do Programa I
Rodolfo Quiros	Diretor do Programa IV
Paul E. Sisk	Diretor de Finanças
Fernando Suárez	Assessor do Diretor- Geral para Assuntos Especiais
Eduardo Trigo	Diretor do Programa II
Arnaldo Veras	Diretor de Opera- ções da Área Sul
Jorge Werthein	Diretor de Relações Externas

XII. FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

Diretor-Geral	Martín E. Pineiro
Coordenador Geral	Félix M. Cirio
Secretária Coordenador Geral	Rosa María Arias
Secretário Técnico	J. André Ouellette
Assessores Jurídicos	William M. Berenson Fernando Suárez de Castro
Secretaria de Coordenação do Governo Canadense	Claire Beaudoin Jeanne Bélanger Ron Charron Peggy Cheyne John Donald Mark André Fredette Warren Major Judi Maki Tim Miller Moyra Nicholson Robert Prine Denis Ware Bill Zittes
Redatores de Atas	Susana Lalli Tomás Saraví Michael J. Snarskis Danielle Trottier
Coordenador Meios de Comunicação	Miguel Martí
Apoio Financeiro e Contábil	Harry Scott

Protocolo IICA	José Antonio Picado
Serviço de Idiomas	
Chefe	Elizabeth Lewis
Subchefe	Marilia Alvarez
Datilógrafas	Colleen Butler* Valerie Henry* Suzanne Levesque* Fanny Preschard* Rosamaria Zanetti*
Espanhol	
Revisão-Edição	Alejandra Campbell
Tradução	Ana Mallarino de Ospina* Eric Martínez* José Novell* Rafael Solís
Inglês	
Revisão-Edição	Deborah Cheifetz-Pira
Tradução	Margaret Butler* Lorraine Hernández* Jennifer Shillingford* Hall Williams*
Francês	
Revisão-Edição	Henri Dumas*
Tradução	Monique Dufournaud* Robert Hart* Nathalie Hout* Bruno Lobrichon* Jean Marcotte*

Português

Revisão-Edição

Rômulo Baptista***
Zita Pessoa

Tradução

Antonio Braz*
Dorival Moreira
Waldivia Portinho

Interpretação

Espanhol

María Teresa Buendía*
Christine Daguerre-Massieu*Jennifer Dykstra*
Lorraine Hernández*
Fernando Morales-Macedo*
Virginia Polk*
Dorothy Schultzki*
Beátriz Tell*

Inglês

C. Bellagamba*
Gabriela Etcheverry*
Annegret Nill*
Maja Khankhoje*
José Rivas*

Francês

Irène Fontana*
Jacques Gruber*
Michel Wolteche*

Português

Manuel Dorês*
Péricles Stussi*
Michel Valeur*

Secretaria de Documentos

Chefe

Roxana Montero

Subchefes

Alba Muñoz
Aiza Vargas

Coordenação Datilografia
e Correção de Provas

Leda Avila
Maritza Chavarría

Coordenação Manejo
Processador de Palavras

Hilda Hay*
Doris Hyndford*
Lise Proulx*
Marilyn Olmstead*
Silvia Walsh*

Correção de Provas

Espanhol

Laura Ospina*
Alicia Pintos de Borello*
Eduardo Reyes Ruz*
Rocío Tucker*

Inglês

John Coghlan*
Marc Gorman*
Madelaine Guérin*
Donna Leith*

Francês

Lyse Charron*
Claudine Dumais*
Suzanne Dupont*
Jutta Teigeler*

Português

Regina V. Aveni**
Silvia de Oliveira Louzada
Celia de Oliveira Teixeira
Ana María Silman**

Operadoras de Processador
de Palavras

Espanhol

Ofelia Bandera*
Concha Regina Cáceres*
Olga Odilia Qua Rodas*

	Margarita Garay*
	Zaida Granados
	Roseline MacGillivray*
	Renate Perley*
Inglês	Shirley Bélanger*
	Cathy Chapman*
	Phyllis Chin*
	Sharon Gigliotti*
	Jane Jessome*
	Pierrette Mercier*
	Gloria Mesnic*
	Manuella Vella*
Francês	Marie-Claire DeBonville*
	Lise Emerson*
	Nicole Fréchette*
	Peggy Gray*
	Francine Lalande*
	Diane Lalande-Tremblay*
	Nicole Lavoie*
	Jenny Shemilt*
Português	Agnes Bradbury**
	Margarita Castillo***
	Lycia da Cunha**
	Cristina Favaro**
	Sebastiana Hamilton***
	Flor Loaiza
	Antonieta Lobo**
	Clotilde Rodríguez
Inscrição	Suzanne de Abreu*
	Maureen Obando
	Brigitte Paris*
Distribuição Documentos	María Elena González
	Sonia Kim*
	Kate Robertson*

Serviços de Sala	Daniel Biganese* Caroline Caullard* Mariantonieta Cordido Martine Hill* Lally Kaut* Anita Puivo* Olga Zeledón
Coordenação Impressão de Documentos IICA	Guiselle Madrigal Edith Torres
Chefe de Imprensa	Michel Raizenne*
Operadores	Claude Corneau* Pierrette Danis* Gilles Noel* Denise Normand* Jacques Parent* Nocole Séguin*
Mensageiros e Fotocopistas	Paul Akehurst, Jr.* Patrícia Bonaldo* Richard Duford* Brenda Hollingsworth* Susan James* Peter Kouri* Pamela Miller* Leo Wyard* Julie Thibault*

* Funcionários do Governo do Canadá
** Funcionários do BID
*** Funcionários da OEA

**XIII. LISTA DOS DOCUMENTOS
DE TRABALHO**

LISTA DE DOCUMENTOS

1. Regulamento da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.3/87
2. Tema 1
Evolução Recente, Perspectivas e Potencial da Agricultura das Américas no Contexto Econômico Internacional
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.4/87
3. Tema 2
A Política de Incentivos na Modernização da Agricultura
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.5/87
4. Tema 3
Inovação Tecnológica e o Desenvolvimento Agropecuário na América Latina e no Caribe: Desafios e Oportunidades
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.6/87
5. Tema 4
Cooperação Internacional e Integração Regional: Opções diante da Crise Comercial e do Desenvolvimento Agrícola
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.7/87
6. Tema 5
Resumo Geral
OEA/Ser.K/11.9.1
IICA/Doc.8/87

**XIV. REGULAMENTO DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DA AGRICULTURA**

**REGULAMENTO DA IX CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DA AGRICULTURA 1/**

I. DA CONFERÊNCIA E SUAS FINALIDADES

Artigo 1. A finalidade da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura 2/ é estudar, em nível intergovernamental, o tema "A modernização agrícola, o comércio internacional e a política de preços no contexto da integração regional da atual conjuntura internacional".

II. DOS PARTICIPANTES

Artigo 2. Os Estados membros da Organização dos Estados Americanos ("OEA") ou do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ("IICA") poderão participar da Conferência por intermédio de delegações para tanto designadas. Cada delegação compreenderá um chefe de delegação, que será sempre que possível o

1/ De acordo com o Artigo 129 da Carta da Organização dos Estados Americanos, este Regulamento traduz as disposições das Normas das Conferências Especializadas Interamericanas, AS/RES.85(II-0/72), e do Modelo de Regulamento das Conferências Especializadas Interamericanas, CP/RES.76(84/72).

2/ A Assembleia Geral da OEA, no Décimo Sexto Período Ordinário de Sessões realizado na cidade da Guatemala, Guatemala, em 14 de novembro de 1986, resolveu convocar esta Conferência, atendo à solicitação da Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura (Ver AG/RES.795(XVI-0/86) e IICA/JIA/Res.110(III-E/86)).

Ministro ou Secretário da Agricultura, e suplentes, representantes, técnicos, assessores e outros membros que, a critério dos governos, forem considerados necessários. A ordem de precedência das delegações nas sessões da Conferência será estabelecida por sorteio na sessão preparatória.

Artigo 3. O Diretor-Geral do IICA ("Diretor-Geral") convidará os observadores permanentes junto à OEA ou o IICA para comparecerem à Conferência na qualidade de Observadores.

Artigo 4. O Secretário-Geral da OEA ("Secretário-Geral") e o Diretor-Geral, ou seus representantes, poderão participar das deliberações, porém sem direito a voto.

Artigo 5. O Diretor-Geral enviará convite a outras organizações, em conformidade com o Artigo 6 deste Regulamento.

Artigo 6. Observadores das seguintes organizações poderão apresentar credenciais à Conferência:

- a. Organismos especializados interamericanos e organizações intergovernamentais regionais e sub-regionais das Américas;
- b. A Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas;
- c. As organizações internacionais e nacionais que mantêm relações de cooperação com a OEA ou o IICA;
- d. Os Governos de Estados que não são membros da OEA ou do IICA, se tais Governos houverem expressado interesse em participar da Conferência;
- e. Ouvido o país sede, as organizações internacionais governamentais e não-governamentais internacionalmente reconhecidas e que têm especial interesse pelos assuntos a serem tratados na Conferência; e

- f. Com a aprovação do país sede, as organizações canadenses que representam setores importantes relacionados com a Conferência.

Artigo 7. Os observadores poderão assistir à sessão de abertura, às sessões plenárias, às sessões públicas das comissões, às sessões privadas quando convidados pelas respectivas presidências e à sessão de encerramento. Desde que autorizados, pela presidência, poderão fazer uso da palavra nas sessões plenárias e das comissões, porém não terão direito a voto nas mesmas. A Secretaria da Conferência fornecerá aos observadores cópia das atas das sessões públicas e demais documentos oficiais, à exceção daqueles considerados de distribuição restrita.

Artigo 8. Em conformidade com o Artigo 12 das Normas das Conferências Especializadas Interamericanas, o Diretor-Geral e o Secretário Geral poderão formular convite a convidados especiais da Conferência. Estes poderão assistir às sessões de abertura e encerramento, às sessões públicas plenárias e das comissões, assim como às sessões privadas desde que convidados pelas respectivas presidências.

Artigo 9. O credenciamento dos participantes na Conferência se fará por comunicação escrita ao Diretor-Geral.

III. DAS AUTORIDADES DA CONFERÊNCIA

Artigo 10. A Conferência terá um Presidente, eleito dentre os Chefes de Delegação. Na ausência ou impedimento do Presidente, um membro da sua delegação exercerá a presidência. Os chefes das demais delegações serão Vice-Presidentes ex-officio da Conferência, observada a ordem de precedência.

Artigo 11. O Presidente da Terceira Reunião Extraordinária da JIA atuará como Presidente Provisório da Conferência até que o Presidente desta seja eleito na primeira sessão plenária depois da sessão preparatória.

Artigo 12. Caberá ao Presidente a responsabilidade de:

- a. Convocar as sessões plenárias e estabelecer a ordem do dia;
- b. Abrir, encerrar e dirigir as sessões plenárias da Conferência, assim como propor temas para serem considerados, de acordo com a ordem do dia;
- c. Orientar as discussões, conceder a palavra aos delegados na mesma ordem em que esta for solicitada, submeter a votação os temas em debate e anunciar o resultado da mesma;
- d. Julgar questões de ordem não objeto de decisão pela Conferência a pedido de uma delegação;
- e. Formar comissões;
- f. Tomar todas as medidas necessárias para facilitar o trabalho da Conferência e assegurar que as disposições deste Regulamento sejam respeitadas e cumpridas; e
- g. Com a aprovação da Conferência, limitar de maneira razoável o tempo concedido a cada orador.

IV. DA SECRETARIA

Artigo 13. A Direção-Geral do IICA será responsável pela Secretaria da Conferência e, juntamente com o país sede, fornecerá os serviços de pessoal técnico e de secretaria.

Artigo 14. O Diretor-Geral do IICA indicará um membro do quadro de pessoal do IICA para atuar como Coordenador Geral na preparação dos documentos de trabalho e dos instrumentos para acordos da Conferência, e outro funcionário para atuar como Secretário Técnico.

V. DAS COMISSÕES

Artigo 15. A Comissão de Credenciais será formada pela Comissão de Credenciais da Quarta Reunião Ordinária da JIA, mais um membro designado pelo Presidente da Conferência dentre os representantes dos Estados membros da OEA que não são membros do IICA.

Artigo 16. A Comissão de Redação será formada pela Comissão de Redação da Quarta Reunião Ordinária da JIA mais um membro designado pelo Presidente da Conferência dentre os representantes dos Estados membros da OEA que não são membros do IICA. A Comissão de Redação será responsável pela fidedignidade dos textos dos documentos da Conferência nos idiomas oficiais e, para tanto, nelas fará as modificações de estilo que se tornem necessárias.

Artigo 17. A Comissão de Declaração e Recomendações será formada por um membro de cada delegação que manifestar desejo de nela participar. Caberá a essa comissão estudar as proposições de recomendações e do projeto de declaração a serem submetidas à consideração do plenário. Outras comissões de trabalho formadas pela Presidência da Conferência serão responsáveis pelo estudo dos vários tópicos constantes do temário. As delegações terão o direito de representação em cada uma das comissões de trabalho. Cada comissão de trabalho elegerá um presidente, um vice-presidente e um relator.

Artigo 18. Cada comissão poderá formar as subcomissões ou grupos de trabalho que considerar necessários ao estudo dos temas a ela atribuídos para consideração. As delegações poderão participar, com direito a palavra mas sem voto, de uma comissão, subcomissão ou grupo de trabalho de que não sejam membros.

Artigo 19. Dos relatórios das comissões constarão um resumo dos antecedentes, a relação dos documentos estudados, os pontos essenciais dos debates, os resultados das votações levadas a efeito e o texto completo das conclusões e recomendações aprovadas, bem como esclarecimentos a respeito de como tais decisões foram tomadas.

Artigo 20. As disposições deste regulamento no tocante a procedimento, debates e votação também orientarão os relatórios das comissões, subcomissões e grupos de trabalho no que forem aplicáveis.

VI. DAS SESSÕES

Artigo 21. A IX Conferência e a Quarta Reunião Ordinária da JIA realizarão, conjuntamente, uma sessão preparatória e a de abertura. Todas as demais sessões plenárias, inclusive a de encerramento, serão celebradas separadamente, podendo ser públicas ou privadas. As comissões poderão realizar reuniões públicas ou reservadas.

Artigo 22. Na sessão preparatória os representantes estabelecerão acordo relativamente ao seguinte:

- a. O regulamento;
- b. O temário;
- c. A adoção da ordem de precedência da Quarta Reunião Ordinária da JIA, estabelecida por sorteio;
- d. Os métodos de trabalho e a composição de outras comissões;
- e. A designação das comissões de credenciais, redação e de declaração e recomendações e outras para a Conferência;
- f. O prazo para a apresentação de proposições;
- g. A eleição do Presidente da Conferência; e
- h. Assuntos diversos.

Tais acordos serão formalizados na primeira sessão plenária, após a sessão preparatória.

Artigo 23. A presença da maioria das delegações dos Estados membros da OEA e dos Estados membros do IICA não membros da OEA, ou seja, 18 membros, constituirá o quorum para as sessões plenárias da Conferência. A presença da maioria das delegações que compõem cada comissão constituirá o quorum da mesma.

Artigo 24. Todas as decisões das sessões plenárias exigirão o voto favorável da maioria das delegações dos Estados que participam da Conferência. As decisões das comissões exigirão o voto favorável da maioria das delegações que compõem a comissão presentes no momento da votação.

Artigo 25. Cada delegação terá direito a um voto. Todos os votos serão dados pelo levantamento de mãos. Qualquer representante poderá, entretanto, solicitar que a votação seja nominal, em cujo caso a ordem de precedência das delegações será observada.

Nenhum representante poderá interromper a votação, a não ser para discutir uma questão de ordem relacionada com a maneira pela qual a votação estiver sendo realizada. Esta será dada por encerrada quando a Presidência anunciar seu resultado.

Artigo 26. Tanto nas sessões plenárias como nas das comissões, as deliberações limitar-se-ão a assuntos concernentes ao temário, excetuada a disposição em contrário feita no Artigo 32 do presente Regulamento.

Artigo 27. As sessões da Conferência serão públicas. Entretanto, por decisão da Presidência ou por solicitação de um delegado, uma sessão ou reunião será reservada e assim permanecerá, a menos que o plenário ou a comissão pertinente decida em contrário.

Artigo 28. As seguintes normas serão observadas nos debates:

- a. As proposições serão apresentadas por escrito à Secretaria, que distribuirá a todas as delegações cópias das mesmas, antes de iniciar-se a sessão em que elas serão discutidas. Entretanto, se o órgão interessado julgar conveniente, poderá autorizar o debate e mesmo a votação

de uma proposta cujo texto não tenha sido anteriormente distribuído.

- b. Toda emenda será posta em debate e votada antes que o Artigo ou a proposição que ela pretende modificar seja objeto de votação. Quando várias emendas à mesma proposição forem apresentadas, a que mais se afastar da proposta original será votada em primeiro lugar. O mesmo princípio aplicar-se-á à votação das demais emendas, porém, quando a aprovação de uma emenda implicar necessariamente a exclusão de outra, esta última não será submetida a votação.
- c. As proposições sobre a mesma matéria serão votadas na ordem em que forem apresentadas.
- d. Uma proposição que substitua a proposição original na sua totalidade ou que com ela não esteja diretamente relacionada não será considerada emenda.
- e. Se uma ou mais emendas forem aprovadas, a proposição assim emendada será votada como um todo.
- f. As proposições e emendas serão votadas por partes quando assim o solicitar um representante, devendo proceder-se imediatamente à votação do todo formado pelas partes que tiverem sido aprovadas.
- g. Quando uma proposição ou emenda for aprovada ou rejeitada, não poderá ser objeto de mais consideração, a menos que o órgão interessado decida nesse sentido pelo voto de dois terços das delegações que o compõem.

VII. DAS PROPOSIÇÕES E DOS DOCUMENTOS DE TRABALHO

Artigo 29. Os documentos destinados à Conferência constarão do seguinte: a) documentos de trabalho sobre tópicos do temário; b) proposições ou documentos apresentados pelas delegações oficiais; e c) documentos de referência.

Artigo 30. Os documentos de trabalho serão preparados pelo IICA e distribuídos aos Estados membros da OEA e do IICA 45 dias antes da Conferência.

Artigo 31. As proposições, estudos e relatórios indicarão o item do temário a que se referem e serão encaminhados pela Secretaria à comissão pertinente.

Artigo 32. Quando uma proposição for apresentada para consideração e, no entender de uma delegação ou da Secretaria da Conferência, não estiver relacionada de maneira clara com um item do temário, será imediatamente tomada uma decisão, pelo voto majoritário das delegações acreditadas junto à Conferência, a respeito da pertinência do seu debate.

Artigo 33. Os documentos de referência deverão estar a disposição, em seu idioma original, para consulta pelos representantes.

VIII. DOS IDIOMAS OFICIAIS

Artigo 34. Os idiomas oficiais da Conferência são o português, espanhol, inglês e francês.

IX. DAS ATAS, DO RELATÓRIO FINAL E DOS ARQUIVOS DA CONFERÊNCIA

Artigo 35. Serão lavradas atas resumidas das sessões plenárias e das comissões de trabalho, contendo um resumo dos debates e o texto completo das resoluções aprovadas.

Artigo 36. Assim que possível após cada sessão plenária, a Secretaria distribuirá às delegações a minuta da respectiva ata. Dentro das 24 horas seguintes à distribuição desse texto, as delegações poderão encaminhar à Secretaria as emendas que lhes parecerem necessárias.

Artigo 37. Será elaborado um relatório preliminar da Conferência, do qual constarão a ata de cada sessão plenária e as conclusões e acordos da Conferência, para ser considerado e subscrito na sessão de encerramento. Além disso, a todos os participantes será enviado um Relatório Final em que figurarão as atas resumidas, as conclusões e os acordos, os antecedentes da organização da Conferência, a lista de participantes, as informações básicas sobre o desenvolvimento da Conferência e os relatórios dos respectivos relatores.

Artigo 38. O IICA enviará cópias do Relatório Final, nos quatro idiomas oficiais, aos governos dos Estados membros da OEA e do IICA, bem como às organizações que participaram da Conferência.

Artigo 39. O Diretor-Geral entregará ao Secretário-Geral o original do Relatório Final e todos os documentos e arquivos relevantes sobre o mesmo, a fim de serem depositados e guardados na Secretaria-Geral da OEA, em conformidade com o Artigo 128 da Carta da Organização.

X. DAS EMENDAS AO REGULAMENTO

Artigo 40. Este Regulamento poderá ser modificado pelo voto favorável de dois terços das delegações presentes à Conferência, desde que as emendas feitas respeitem as Normas das Conferências Especializadas Interamericanas estabelecidas na resolução AG/RES.85(II-0/72).

NÚMEROS PUBLICADOS NA SÉRIE DE DOCUMENTOS OFICIAIS

**Doc.
Nº**

- 1 **Plano Geral do IICA**
(1970 – espanhol e inglês)
- 2* **Comissão Assessora**
(1970 – espanhol e inglês)
- 3* **Resoluções do CIES sobre Desenvolvimento Rural**
(1971 – espanhol)
- 4 **Décima Primeira Reunião Anual da Junta Diretora – San Salvador, El Salvador, 5 a 9 de maio de 1972**
(espanhol e inglês)
- 5 **Sexta Conferência Interamericana de Agricultura – Lima, Peru, 27 de maio a 2 de junho de 1971**
(espanhol)
- 6* **Décima Segunda Reunião Anual da Junta Diretora – Santiago, Chile, 10 a 13 de maio de 1973**
(espanhol e inglês)
- 7 **Principais Resoluções da Junta Diretora – Washington, D.C., Período: 1962-1972**
(espanhol e inglês)
- 8 **Décima Terceira Reunião Anual da Junta Diretora – Caracas, Venezuela, 16 a 18 de maio de 1974**
(espanhol e inglês)

* Edição esgotada

- 9* Décima Quarta Reunião Anual da Junta Diretora – Ottawa, Canadá, 6 a 9 de maio de 1975
(espanhol e inglês)
- 10* Implementação do Plano Geral do IICA. Elementos para sua Análise
(1976 – espanhol e inglês)
- 11 Décima Quinta Reunião Anual da Junta Diretora – Washington, D.C., 6 a 12 de maio de 1976
(espanhol e inglês)
- 12* Regulamentos e Normas do Fundo Simón Bolívar
(1977 – espanhol e inglês)
- 13* Décima Sexta Reunião Anual da Junta Diretora – Santo Domingo, República Dominicana, 11 a 19 de maio de 1977
(espanhol e inglês)
- 14* Sétima Conferência Interamericana de Agricultura – Tegucigalpa, Honduras, 5 a 10 de setembro de 1977
(espanhol e inglês)
- 15* Plano Indicativo de Médio Prazo. O IICA nos próximos cinco anos.
(1977 – espanhol e inglês)
- 16 Décima Sétima Reunião Anual da Junta Diretora – Assunção, Paraguai, 22 a 24 de maio de 1978
(espanhol e inglês)
- 17* Décima Oitava Reunião Anual da Junta Diretora – La Paz, Bolívia, 14 a 16 de maio de 1979
(espanhol e inglês)
- 18 Décima Nona Reunião Anual da Junta Diretora – México, D.F., 22 a 26 de setembro de 1980
(espanhol e inglês)
- 19 Principais Resoluções da Junta Diretora – Washington, D.C., Período: 1973-1980
(espanhol e inglês)
- 20 Primeira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura – San José, Costa Rica, 17 a 19 de fevereiro de 1981
(espanhol e inglês)

* Edição esgotada

- 21 Oitava Conferência Interamericana de Agricultura - Santiago, Chile, 6 a 11 de abril de 1981
(espanhol e inglês)
- 22rev. Documentos Fundamentais: Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Regulamentos da Junta Interamericana de Agricultura, do Comitê Executivo e da Direção-Geral
(1984 - português, espanhol, inglês e francês)
- 23 Resoluções adotadas pela Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas que continuam em vigor nesta data
(1984 - português, espanhol, inglês e francês)
- 24 Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Junta Interamericana de Agricultura - San José, Costa Rica, 9 a 12 de junho de 1981, e Buenos Aires, Argentina, 7 a 13 de agosto de 1981
(espanhol e inglês)
- 25 Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo - San José, Costa Rica, 12 a 17 de setembro e 25 a 26 de outubro de 1982
(português, espanhol, inglês e francês)
- 26 Segunda Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura - San José, Costa Rica, 27 a 29 de outubro de 1982
(português, espanhol, inglês e francês)
- 27 Políticas Gerais do IICA
(1982 - português, espanhol, inglês e francês)
- 28 Plano de Médio Prazo 1983-1987
(1982 - português, espanhol, inglês e francês)
- 29 Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - Kingston, Jamaica, 24 a 28 de outubro de 1983
(português, espanhol, inglês e francês)
- 30 Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - San José, Costa Rica, 2 a 7 de dezembro de 1984
(português, espanhol, inglês e francês)
- 31 Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - San José, Costa Rica, 29 de julho a 2 de agosto de 1985.
(português, espanhol, inglês e francês)
- 32 Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, Montevidéo, Uruguai, 21 a 25 de outubro de 1985
(português, espanhol, inglês e francês)

- 33 Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo – San José, Costa Rica, 13 a 17 julho de 1986
(português, espanhol, inglês e francês)
- 34 Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura – México, D.F., México, 27 a 29 de outubro de 1986
(português, espanhol, inglês e francês)
- 35 Plano de Médio Prazo 1987-1991
(1986 – português, espanhol, inglês e francês)
- 36 Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo – San José, Costa Rica, 15 a 17 de junho de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 37 Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia. Diretrizes para a Cooperação.
(português, espanhol, inglês e francês)
- 38 Programa I: Análise e Planejamento da Política Agrária. Diretrizes para a Cooperação.
(português, espanhol, inglês e francês)
- 39 Programa III: Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 40 Programa IV: Comercialização e Agroindústria. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 41 Programa V: Saúde Animal e Sanidade Vegetal. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 42 Relatório da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura. Ottawa, Canadá, 29 de agosto a 2 de setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)

NOTA: As publicações disponíveis podem ser obtidas no seguinte endereço:

Direção para a Coordenação de Assuntos Institucionais
Escritório Central do IICA
Apartado 55 – 2200 Coronado
San José, Costa Rica

A edição e publicação deste documento é da responsabilidade da Direção para a Coordenação de Assuntos Institucionais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Participaram desta edição funcionários de dita Direção, do Serviço Editorial e da Gráfica do IICA. Concluiu-se esta impressão no mês de janeiro de 1988, com uma tiragem de 200 exemplares.



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Apdo. 55-2200 Coronado, Costa Rica - Tel.: 29-0222 - End. Teleg.: IICASANJOSE - Telex: 2144 IICA,
Correio eletrônico EIES: 1332 IICA DG - FACSIMIL (506)294741 IICA COSTA RICA